



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA  
COORDENAÇÃO DE PESQUISA  
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM**

**ROSIMERE PEREIRA DE ALBUQUERQUE**

**MENINA DO RIO: DISCURSO DA MÍDIA SOBRE UM CASO DE ESTUPRO  
COLETIVO EM 2016**

**Recife -PE  
2019**

**ROSIMERE PEREIRA DE ALBUQUERQUE**

**MENINA DO RIO: DISCURSO DA MÍDIA SOBRE UM CASO DE ESTUPRO  
COLETIVO EM 2016**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Ciências da Linguagem, da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Ciências da Linguagem com área de concentração em análise Crítica do Discurso, e linha de pesquisa em Processo de Organização Linguística. Sob orientação do Prof. Dr. Moab Duarte Acioli.

**Recife -PE  
2019**

**MENINA DO RIO: DISCURSO DA MÍDIA SOBRE UM CASO DE ESTUPRO  
COLETIVO EM 2016**

**AUTORA: ROSIMERE PEREIRA DE ALBUQUERQUE**

**ORIENTADOR: DR. MOAB DUARTE ACIOLI**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Ciências da Linguagem, da Universidade Católica de Pernambuco, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Aprovado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Moab Duarte Acioli  
Orientador

---

Prof. Dr. Karl Heinz Efken  
Professor da Unicap

---

Prof. Dr. Heitor Costa Lima da Rocha  
Professor da UFPE

**Recife -PE  
2019**

*Às mulheres de minha família,  
que ressignificaram seus estigmas e batalhas.*

## AGRADECIMENTOS

Uma página é muito pouco para agradecer a tanta gente e dar as devidas explicações. No entanto, não posso ser injusta com aquelas pessoas que fizeram parte da minha trajetória até aqui e que se destacaram nessa jornada, comigo, em momentos bons e ruins.

Agradeço ao meu filho, João Victor, pela paciência e compreensão, mesmo com tão pouca idade. À minha família, especialmente a mamãe, papai, minha irmã Rosa Albuquerque e minha sobrinha Juliana Albuquerque. Cada passo dado, antes e durante, não teria acontecido se não fossem essas pessoas que estão sempre do meu lado. Eles acreditam em mim e me motivam, diariamente, a seguir em frente. Também sou grata a cada familiar que me incentivou nesse caminho.

Ao meu orientador, Moab Acioli, pela generosa paciência, inspiração, risadas, confiança e incentivos. Eu imaginei a minha dissertação e ele acreditou. E assim, com os ensinamentos dele, esta dissertação saiu de acordo com o que projetamos.

Agradeço aos meus professores pelos momentos de aulas, de sabedoria e de incentivos. Cada um teve um papel significativo em toda essa jornada.

À Universidade Católica de Pernambuco pela acolhida. Aqui, pude dar um passo muito significativo na minha vida: fazer a minha segunda graduação e me tornar jornalista. Além disso, esta Universidade me permitiu conhecer excelentes professores, como Aline Grego, minha grande incentivadora para dar esse grande passo. Sou muito grata a essa magnífica docente!

Aos colegas de curso, de programa, de Universidade ou de trabalho pelo apoio e incentivo durante o meu percurso. No entanto, minha gratidão é imensa aos analistas do discurso, especialmente os integrantes do grupo de Análise Crítica do Discurso, guiado pelo professor Karl Heinz Efken. Cada momento de discussão, reflexão e partilha de material foi imprescindível para a evolução e compreensão do que trata a ACD.

Agradeço aos meus amigos de antes e de durante essa jornada, pela paciência e compreensão. Alguns fizeram muita diferença, ajudando-me na escuta e na presença, ou simplesmente tomando um café comigo.

Por fim, sou muito grata a mim mesma pela força que não sabia que tinha...

“Silêncio no patriarcado é a voz da cumplicidade.”  
Audre Lorde

## RESUMO

Nesta pesquisa, de cunho teórico-metodológico, baseado na Análise Crítica do Discurso (ACD), especificamente, no Modelo Tridimensional do Discurso, do linguista inglês Norman Fairclough (2010, 2016), foi feito um estudo do discurso midiático a respeito de um caso de estupro coletivo de uma adolescente de 16 anos, veiculado no webjornalismo, no ano de 2016. O *corpus* é constituído por 15 (quinze) notícias publicadas nos *websites* de grande acesso no país, bem como de portais de notícia de correspondentes internacionais, como a BBC de Londres e o *ElPaís*, da Espanha, com sucursais no país. O objetivo é analisar o discurso sobre um evento de violência sexual contra uma menina, ocorrido no Rio de Janeiro, atentando para a constituição discursiva com base nas vozes presentes e ausentes nos textos, verificando as relações de poder nas estratégias ideológicas, como forma de culpabilizar a vítima. A análise dos textos foi feita com base na concepção de que o processo de escolha lexical presentes nos discursos do jornalismo *on line*, associado às concepções de ideologia de Thompson (1995); de Poder Simbólico de Pierre Bourdieu (1989), apresentam perspectivas ideológicas. Os resultados apontam para uma construção discursiva em que a temática violência contra a mulher ainda é abordada de forma antagônica, em que aspectos que legitimam a violência contra a mulher tiram o foco da discussão.

**Palavras chaves:** Violência contra a mulher. ACD. Estupro. Culpabilização da vítima.

## ABSTRACT

In this research, based on the Critical Discourse Analysis (ACD), specifically, in the Three-Dimensional Model, by the English linguist Norman Fairclough (2010, 2016), a study of the media discourse was made on a case of a 16 year old teenager, published in the webjournalism, in the year 2016. The corpus is made up of 15 (fifteen) news articles published on the websites of great access in the country, as well as news portals of international correspondents, such as BBC of London and the ElPaís, of Spain. The objective is to analyze the discourse about an event of sexual violence against a girl, occurred in Rio de Janeiro, focusing on the discursive constitution based on the voices present and absent in the texts, verifying the relations of power in ideological strategies, as a way of blaming the victim. The analysis of the texts was based on the conception that the lexical choice process present in the webjournalism discourses, associated to Thompson's (1995) conceptions of ideology; of Symbolic Power of Pierre Bourdieu (1989), present ideological perspectives. The results point to a discursive construction in which the theme of violence against women is still approached in an antagonistic way, in which aspects that legitimize violence against women take the focus of the discussion.

**Key-words:** Violence against woman. CDA. Rape. Blaming the victim.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01:</b> Métodos de Análise Crítica do Discurso .....	26
<b>Figura 02:</b> Concepção Tridimensional do Discurso .....	30
<b>Figura 03:</b> Distribuição percentual das vítimas de estupro no total de casos e nos estupros coletivos, segundo fases da vida da vítima (2016) .....	68

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01:</b> Corpus da Pesquisa.....	62
<b>Quadro 02:</b> Categorias de análise .....	64
<b>Quadro 03:</b> Vozes que defendem que ocorreu estupro <i>versus</i> vozes que levantam suspeitas sobre a vítima .....	72

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2. ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE DISCURSO E A PROPOSTA DA ACD.....	20
2. 1 Os caminhos percorridos pela linguística até Saussure.....	21
2. 2 Da abordagem funcionalista ao conceito de discurso de Foucault.....	22
2. 3 A Análise Crítica do Discurso e a teoria social do discurso de Fairclough.....	24
2.4 A concepção tridimensional do discurso de Norman Fairclough.....	29
2. 4.1 As práticas sociais no discurso .....	31
2.4.1.1 Ideologia.....	31
2.4.1.2 Poder.....	33
2.4.1.3 Estigma e preconceito.....	35
2.4.1.4.1 Estupro.....	37
2.4.1.4.2 Culpabilização da vítima .....	39
2.4.1.5 <i>Funk</i> .....	40
2.4.2 As práticas discursivas e as variantes no processo de produção, distribuição e consumo textual .....	41
2.4.2.1 Intertextualidade e interdiscursividade.....	42
2.4.2.2 Webjornalismo .....	45
2. 4. 3. Texto: as categorias de análise na constituição discursiva .....	49
2.4.3.1 Categorias de análise .....	51
3 CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PERCORRIDOS PARA COMPREENDER O PROCESSO DE PRODUÇÃO DISCURSIVA .....	56
3. 1 Caminhos percorridos em busca de respostas .....	56
3. 2. A ACD e a pesquisa qualitativa.....	57
3.3. <i>Corpus</i> .....	58
4 REFLEXÕES E ANÁLISE DE DADOS: O DISCURSO A RESPEITO DO ESTUPRO ...	66
4.1 Contexto social e suas implicações .....	66
4.2 As vozes do discurso: reflexo ou refração.....	71
4.3 Análise textual: a descrição linguística das notícias.....	89
4.3.1 Vocabulário .....	89
4.3.2 Gramática.....	93
4.3.3 Coesão .....	98
4.3.4 Estrutura textual.....	99
4.4 Análise textual: a interpretação das vozes discursivas nas notícias .....	100
4.5 Análise textual: a interpretação dos modos de operação das ideologias nas notícias .....	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	107
REFERÊNCIAS .....	111
ANEXOS .....	117

## 1 INTRODUÇÃO

No ano de 2016, na região metropolitana do Rio de Janeiro, mais precisamente no Complexo das Favelas São José Operário, na cidade de Jacarepaguá, na zona oeste da Rio, uma adolescente de classe média, de 16 anos de idade, sofreu um estupro coletivo por mais de 30 homens. O caso veio à tona dias depois do ocorrido, por conta de vídeo divulgado no *microblogging twitter* de um dos agressores envolvidos, no qual apareciam cenas da menor sendo estuprada e a imagem de muitos homens presentes no ato criminoso. A partir desse fato, e por meio de denúncias de movimentos de mulheres ao nível nacional, foi aberto um inquérito policial que identificou os estupradores participantes. Apesar de um silenciamento, no início, por parte de toda a imprensa, depois o acontecimento foi amplamente divulgado no jornalismo digital no Brasil e no mundo, também denominado de webjornalismo. As temáticas relacionadas com estas publicações podem ser reunidas em dois grandes grupos, a saber: no primeiro, publicações que denotam defesa da vítima e no segundo, culpabilização da vítima.

Este último termo foi, inicialmente, utilizado pelo psicólogo norte-americano William Ryan, em 1971, quando lançou o livro *Blaming the Victim*. Na obra, o autor estava se referindo a pessoas que frequentemente eram culpabilizadas em seu estado de pobreza como únicas responsáveis pela situação social. Desse modo, esse termo pode ser utilizado para se referir a pessoas vítimas de estupro e que são consideradas agentes durante o ato criminoso, vindo a serem percebidas como responsáveis por provocar a ação criminosa. O entendimento de que a menina do Rio de Janeiro é a culpada por ter sido estuprada, ganha argumentos baseados nos termos utilizados na construção do discurso noticiado pelo webjornalismo ao questionar algumas atitudes, seja detalhando seu estado lúcido (utilizando drogas ou não), ou ainda levantando suspeitas sobre hora e local em que ela se encontrava.

Nesse sentido, parte-se das seguintes problematizações. Quais temáticas são abordadas no webjornalismo sobre este fato? Quais são as vozes que se encontram presentes no discurso? Existem relações de poder? Quais estratégias ideológicas são utilizadas no processo de ataque e de defesa da vítima?

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2017, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apenas em 2016, foram 49.497 casos notificados de estupro, e mais de 6 mil tentativas de estupro. No entanto, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), afirma que apenas 10% dos crimes de estupro são efetivamente notificados, no Brasil. Por vergonha ou medo, as vítimas acabam por deixar de prestar queixa contra o

agressor. Atitude semelhante à da menina que, no início, não procurou a ajuda de nenhuma instituição de saúde ou de segurança pública, por se sentir envergonhada. Ficando a cargo da polícia, ao instaurar o inquérito policial, identificar tanto a vítima e confirmar as denúncias dos movimentos feministas nas redes sociais, como os autores da violência. Tal fato foi chamando a atenção da imprensa e ocupando, cada vez mais, o espaço no webjornalismo.

Segundo Prado (2011), webjornalismo é um modo de jornalismo “que publica notícias em tempo real”. O seu surgimento, ainda sob o termo de comunicação digital, está intimamente ligado à aparição na Internet, na década de 1950, nos Estados Unidos. Com a evolução dos computadores, um exemplo é a criação do microprocessador, em 1971, tendo-se um marco para o início da produção digital nas redações de jornais. (PRADO 2011, p. 13). Segundo Barbrook (2009, p. 329),

ao antecipar o surgimento da internet, os situacionistas acreditavam que o fluxo de informação unidirecional dos poucos aos muitos já estava em processo de ser transformado em comunicação interativa de duas vias para toda a população.

No Brasil, essa conexão com a internet se iniciou 20 anos mais tarde, em janeiro de 1991, com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). No entanto, apenas em 1995 é que ela veio à tona. A Agência Estado foi a primeira empresa de informação do país a ter um site na rede mundial dos computadores. Posteriormente, outras grandes companhias surgiram ou aderiram a esse modelo de plataforma de notícia.

Ainda para Barbrook (2009, p. 379) com tamanho avanço, “a internet tornou-se um fenômeno de massa em meados dos anos 1990”, cuja concepção de comunicação de massa já havia surgido desde a década de 1920. Em outras palavras, o termo *Mass Communication Research*, criado na Escola de Chicago, é fruto de uma pesquisa realizada a partir da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), envolvendo as formas de comunicação utilizadas no período. Segundo os pesquisadores Armand e Michèle Mattelart (2001, p.37), a concepção de pesquisa de massa atribui à mídia o poder de circular informação de modo eficaz. Os autores escrevem:

Mero instrumento, não é nem mais moral nem mais imoral que “a manivela da bomba d’água”. Pode ser utilizada tanto para bons como para maus fins. Essa visão instrumental consagra uma representação da onipotência da mídia, considerada ferramenta de “circulação eficaz dos símbolos”. A opinião comum que prevalece no pós-guerra é a de que a derrota das forças alemãs deveu-se enormemente ao trabalho de propaganda dos Aliados. A audiência é visada como alvo amorfo que obedece cegamente ao esquema estímulo-resposta. Supõe-se que a mídia aja segundo o modelo da “agulha hipodérmica”, termo forjado por Lasswell para designar o efeito ou impacto direto e indiferenciado sobre os indivíduos atomizados. (**aspas utilizadas pelos autores**).

Enquanto instrumento de “circulação eficaz de símbolos”, a mídia, em situações pontuais, discute o problema da violência contra a mulher. Tal temática, em termos de

sociedades no mundo inteiro, é um fenômeno grave que ocorre com relevante frequência, representada, entre outras, pelo crime de estupro. Segundo Tomaselli e Porter (1992, p. 92), estupro “é a expressão de uma ideologia social do domínio masculino” no qual a mulher é submetida ao poderio daquele gênero de forma naturalizada. Desse modo, a violência sexual ganha o status de “cultura de estupro”. Esse termo foi utilizado a partir da década de 1970, por feministas norte-americanas, para designar o ambiente em que se prevalece a violação e a violência sexual contra as mulheres.

O tema “violência contra a mulher” pode ser um exemplo de como o discurso midiático constrói a realidade. Essa construção se dá, mais especificamente, na reconstrução das realidades vividas pelas mulheres. E tal reconstrução passa, antes mesmo, pelo conceito do que é violência contra a mulher, destacando a violência sexual, prática social instituída socialmente, como uma cultura de estupro. Considerando que a cultura à qual as mulheres são expostas acaba por privá-las de sua liberdade, Melanie e Fodaski (1974, apud Cardoso, 2015, p.57) afirmam o seguinte:

[...] mulheres são vitimizadas e abusadas não apenas pela violência urbana e sexualidade desviante, mas, de fato, pelo sistema sexual da cultura vigente em sua totalidade, uma cultura que as priva de autonomia sexual e as explora como objetos sexuais inferiores.

No Brasil contemporâneo, no caso do evento de violência sexual contra as mulheres, os sites de notícia, constituídos por veículos especializados em notícias ou blogs que tratam da temática, se pautam por um discurso com temas contraditórios relacionados a esse tipo de violência. As postagens, no caso da menina do Rio, são marcadas por temas de ataque e de defesa em relação à menor, com textos que questionavam o local, possíveis companhias e/ou o que aquela menina fazia no local onde ocorreu o crime. Por que ocorre esta ambivalência discursiva diante de uma mulher vítima de estupro? Para tentar entabular algumas respostas será procurado o campo teórico e metodológico da Análise Crítica do Discurso (ACD).

Entre os temas da vida social contemporânea, podem ser incluídos a função social da mulher, em termos das respectivas representações e, principalmente, para a ACD, as relações de poder entre gêneros. A mulher é considerada objeto de cama e mesa, é percebida em uma escala inferior de competência e de prestígio, podendo servir, inclusive, sexualmente aos homens, muitas vezes fazendo da dominação formas impactantes de violência física, psíquica, doméstica, sexual e social. Pode-se elaborar, portanto, o pressuposto de que esta dominação está presente na produção discursiva sobre o tema mulher.

Um texto considerado fundamental, segundo Magalhães, Martins e Resende (2017), e que marcou um avanço nos debates acerca de temas relacionados com a Análise Crítica do Discurso, foi o artigo de Norman Fairclough “Critical and descriptive goals in discourse analysis”, no *Journal of Pragmatics*, em 1985. Partindo da perspectiva social, a ACD se dedica a analisar textos e práticas discursivas, atentando para o contexto sócio histórico, com ênfase na transformação social e discursiva do sujeito. Ainda para Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 27), a ACD “oferece uma contribuição significativa da Linguística para debater questões da vida social contemporânea”. Com diversas abordagens teóricas, como a histórico-discursiva, a socio cognitiva, a dialético-relacional, entre outras, a ACD não se reduziu a uma única abordagem teórica. No entanto, são abordagens que tentam dialogar entre si.

Magalhães, Martins e Resende (2017) também comentam que a contribuição de Fairclough é significativa e a sua abordagem Dialético-Relacional (DR) direciona-nos para uma análise teórico-metodológica, onde existe uma interação entre discurso e sociedade. Nesse sentido, a transformação social implica em uma mudança discursiva e uma mudança discursiva em uma transformação social. Uma dessas abordagens teórico-metodológica da ACD é intitulada Modelo Tridimensional do Discurso.

Esse Modelo é constituído de três perspectivas de análise, que se inter-relacionam dialeticamente: o texto, a prática discursiva e a prática social. Nesse sentido,

[...] essas são a tradição da análise textual e linguística detalhada na Linguística, a tradição macrossociológica de análise da prática social em relação às estruturas sociais e a tradição interpretativa ou microsociológica de considerar a prática social como alguma coisa que as pessoas produzem ativamente e entendem com base em procedimentos de senso comum partilhados. (FAIRCLOUGH, 2016, p. 104)

Partindo-se da articulação entre prática social, prática discursiva e texto, nesta dissertação será destacada como categoria de prática social o fenômeno ideologia. Para responder ao sentido de ideologia, Thompson (1995) afirma que a ideologia pode manter relações de poder, servindo para distinguir “os grupos submissos em suas lutas sociais” dos “grupos dominantes na defesa de seu *status quo*” (THOMPSON, 1995, p.73). Ou seja, a concepção de ideologia pode se adequar a determinados interesses, pois “há inúmeros modos em que o sentido (de ideologia) pode servir, em condições sócio-históricas específicas, para manter relações de dominação” (THOMPSON, 1995, p. 80).

Ainda segundo o autor, há cinco modos de operação da ideologia: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. Para cada modo, a estratégia é adotada

de acordo com a intenção de manutenção das relações de poder: na legitimação, a argumentação é feita propositalmente para explicar atitudes, com isso, as estratégias giram em torno da racionalização, universalização e narratização; na dissimulação, a estratégia é o deslocamento, escondendo fatos e mudando o foco do discurso; na unificação, há uma construção simbólica de uma forma de unidade que agrega os sujeitos em uma unidade coletiva; na fragmentação, a estratégia é diferenciar e expurgar possíveis sujeitos que possam se transformar em um desafio aos grupos dominantes, e assim, esses sujeitos são marginalizados ou listados como inimigos; e, concluindo, na reificação, existem três estratégias (naturalização, eternalização e nominalização/passivização) que convergem na perspectiva de tornar os acontecimentos como culturais, intrínsecos socialmente, devendo assim, continuarem permanentes e inquestionáveis (THOMPSON, 1995).

Tais modos de operação podem dar pistas para entendermos as ideologias presentes no discurso midiático ao retratar a figura da adolescente estuprada. Com as estratégias de deslocamento de discurso, talvez seja possível entender alguns questionamentos direcionados à vítima presentes nos textos do webjornalismo relacionados ao caso: o que uma adolescente queria ao estar dentro de um baile funk àquela hora? Ela estava ou não usando drogas?

A forma como a história é contada não nos traz apenas o aspecto informativo, mas a narratização que é feita de tal modo que nos dá a impressão de que a vulnerabilidade na qual a vítima se colocou seria a justificativa para o crime sofrido. E ainda, o processo de passivização, onde os verbos na construção textual são apassivados para esconder os culpados e evidenciar a vítima, deslocando o foco do acontecimento. Como ilustração está escrito: “Menor é estuprada” e não “Adultos estupram menor”.

Nessa perspectiva ideológica, encontra-se uma adolescente estigmatizada, sem crédito ou depreciada, presente num baile *funk*. Em termos de consumo musical, o *funk*, cultura norte-americana trazida para o Rio de Janeiro, ainda na década de 1970, ganha popularidade, mas não a notoriedade das críticas culturais aqui no Brasil. O antropólogo Hermano Vianna (1990) faz uma ampla pesquisa a respeito do tema, ainda na década de 1980, e mostra o quanto são grandiosos os números que descrevem o consumo do ritmo musical na capital carioca. De acordo com o antropólogo, “(...) acontecem cerca de seiscentas festas *funk* (conhecidas como bailes *funk*) por fim de semana, atraindo um público de mais ou menos um milhão de pessoas” (VIANNA, 1990, p. 244). Ou seja, o consumo desse tipo de entretenimento é muito grande, mas ainda se esconde nas periferias da capital.

Quanto ao que se pode entender a respeito do *funk*, Vianna ainda explica: “O funk seria condenável por, entre outros motivos, não fazer parte da chamada cultura popular carioca” (1990, p. 244). Além disso, segundo o autor, “essa adoção do *funk* por jovens suburbanos (principalmente os mais pobres entre os suburbanos) e favelados do Rio parece dificultar a penetração dessa música entre os jovens das camadas médias cariocas” (1990, p. 248). E isso, ao que se percebe, tem reflexo até hoje.

Desse modo, carregando o preconceito consigo, o baile *funk* sobrevive em meio à crescente onda de artistas que o produzem, e de consumidores que frequentam, cada vez mais, esses espaços. Quando se utiliza o termo preconceito, segundo o dicionário Aurélio, entende-se por “ideia ou conceito formado antecipadamente e sem fundamento sério ou imparcial”. De acordo com Baccega (1998), no entanto, o preconceito está intimamente associado à concepção de estereótipo. Segundo a autora,

Não se pode fazer uma distinção precisa entre conceito e estereótipo, a não ser apontando para o fato de que a descrição da realidade, que se obtém através de um processo cognitivo com uma tendência majoritária (não unicamente) objetivo-descritiva, resulta do/no conceito, ao passo que no estereótipo encontraremos a predominância dos aspectos valorativos, dos juízos de valor, com suas bases emocionais. (BACCEGA, 1998, p. 8).

Assim, compreende-se que o preconceito surge da primeira percepção que se tem do outro, como um julgamento, associado ao aspecto valorativo que se faz, o estereótipo. Tal percepção, portanto, leva ao entendimento de que o estigma também faz parte dessa relação preconceito/estereótipo/estigma. Mas o que seria estigma?

Segundo Goffman (1988, p. 13), o termo estigma é “usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos” que torna o outro alguém com estigma. Essas linguagens, segundo o autor, estão relacionadas ao apagamento ou evidenciação de informações que podem torná-lo desacreditado ou creditado socialmente. Diante disso, esta dissertação busca analisar nas matérias publicadas no webjornalismo quais termos são utilizados e que demonstram a depreciação da mulher como ser estigmatizado socialmente.

Para se fazer compreender melhor, o autor supracitado ainda elencou três tipos de estigma: as deformidades físicas; as culpas de caráter individual, naturais ou não; e os estigmas tribais de raça, nação e religião. A mulher, quando descrita de forma depreciativa, traz consigo a marca da culpa de caráter individual, uma vez que levada pela sua paixão e

fraqueza, apresenta comportamentos desviantes do padrão socialmente imposto à sua condição: do lar, esposa, mãe e trabalhadora, quando convém. (GOFFMAN, 1988)

Em se tratando da prática discursiva, ainda segundo Fairclough, existem leituras do que faz o discurso uma prática social, entretanto é merecedor o conhecimento do que torna a prática discursiva especificamente discursiva. A resposta encontra-se na dialética de ser ao mesmo tempo materialidade textual e também uma prática social. Em outras palavras, em termos macro, o evento discursivo é uma dimensão da prática social, e ao nível micro, o texto é uma dimensão da prática discursiva. Nesse sentido, a

[...] análise de um discurso particular como exemplo de prática discursiva focaliza os processos de produção, distribuição e consumo textual. Todos esses processos são sociais e exigem referência aos ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares nos quais o discurso é gerado. (FAIRCLOUGH, 2016, p. 103)

Desse modo, essas práticas discursivas contribuem para a reprodução ou manutenção de discursos instituídos socialmente. Na presente dissertação de Mestrado, o discurso particular que está sendo focado é o do webjornalismo em termos do evento do estupro coletivo. Quem produziu o discurso? Como se articula a dimensão da intertextualidade e o da interdiscursividade? Quais são os contextos institucionais, sociopolíticos e econômicos?

Deve ser pensada uma relação entre o conceito de prática discursiva e intertextualidade. Autores como Marcuschi (2008) apontam para o entendimento de que não se deve pensar em um determinado texto produzido de forma isolada. A isso, confere-se o termo intertextualidade, apresentado pela crítica literária francesa, Júlia Kristeva, nos anos de 1960. Segundo Marcuschi (2008, p. 129),

[...] a intertextualidade subsume as relações entre um dado texto e os outros textos relevantes encontrados em experiências anteriores, com ou sem mediação [...] todos os textos comungam com outros textos, ou seja, não existem textos que não mantenham algum aspecto intertextual, pois nenhum texto se acha isolado e solitário.

Assim, o texto enquanto dimensão da prática discursiva traz consigo um contexto muito mais amplo do que o que está posto. Uma pista para entender esse contexto, no qual o texto é produzido e conseqüentemente a prática discursiva é defendida enquanto prática social, é observar as vozes presentes. Mikhail Bakhtin (2016, p.57) ao explicar acerca dos estilos e vozes no processo de comunicação discursiva, afirma que “todo enunciado concreto é um elo na cadeia da comunicação discursiva de um determinado campo. Os próprios limites do enunciado são determinados pela alternância dos sujeitos do discurso”, ou seja, os

discursos são permeados por diferentes vozes que exercem uma função importante no processo de busca de legitimação de sua voz.

Bakhtin (2016) ainda acrescenta ser “impossível alguém definir sua posição sem correlacioná-la com outras posições”. E essa composição discursiva, de acordo com o autor, pode se apresentar de diferentes formas, com citações diretas ou indiretas. A partir desse ponto de vista, essa dissertação procura analisar como são apresentados os discursos e quais forças de poder estão por trás dessas vozes sobre o evento da violência contra a mulher focado no discurso midiático.

Por fim, em relação ao texto e sua análise são abordados alguns elementos, como a própria estrutura textual, a que gênero discursivo pertence e quais são as suas especificidades; os elementos coesivos utilizados e os efeitos de sentidos nos seus usos; e o vocabulário, os termos utilizados e seus sentidos.

Em face das categorias apontadas, qual o processo de lexicalização do webjornalismo presente nos respectivos discursos sobre o estupro coletivo da menina no Rio? Considerando as relações entre coesão e processos argumentativos, quais os argumentos e pressupostos utilizados nos textos aludidos? Como se dá a estrutura desse texto? Ele informa, ele faz propaganda, ele manipula informações?

Ainda na busca do entendimento de como a adolescente é descrita no discurso midiático, a presente dissertação almeja entender como a figura feminina aparece na descrição feita nos textos. Para compreender como isso ocorre, recorre-se ao conceito de Marcuschi (2008, p. 72) que apresenta uma noção de texto como ferramenta para entender discursos socialmente situados. Para o linguista, “o texto pode ser tido como um tecido estruturado, uma entidade significativa, uma entidade de comunicação e um artefato socio histórico”.

Citando indiretamente Chouliaraki e Fairclough, Ruth Wodak (2004) explica que a ACD também fornece pistas para o estudo do discurso midiático, demonstrando que a linguagem utilizada pela mídia não trata apenas de mediar informações, mas de formar opiniões. Segundo a autora, em particular

[...] a linguagem da mídia de massa é detalhadamente analisada como um espaço de poder, de lutas, e também como um espaço onde a linguagem é aparentemente transparente. As instituições midiáticas costumam se considerar neutras porque acreditam que dão espaço para o discurso público, refletem os estados de coisas de forma desinteressada, e expressam as percepções e os argumentos dos jornalistas. Fairclough demonstra a falácia dessas presunções, e ilustra o papel mediador e construtivo da mídia através de uma variedade de exemplos. (WODAK, 2004, p. 231).

A falta de transparência através da qual o discurso público não é necessariamente o divulgado, na verdade é uma estratégia para esconder diferentes vozes que duelam entre si, visando deter o poder dessa mídia de massa e que revelam suas concepções e formas de disseminação ideológica.

Volóchinov (2017, p. 106), por outro lado, partindo da concepção de que “na palavra se realizam os inúmeros fios ideológicos que penetram todas as áreas da comunicação social”, apresenta uma ideia de texto que pode ser uma ferramenta que reflete ou refrata a realidade. Segundo o autor,

[...] qualquer produto ideológico é não apenas uma parte da realidade natural e social – seja ele um corpo físico, um instrumento de produção ou um produto de consumo – mas também, ao contrário desses fenômenos, reflete e refrata outra realidade. Tudo o que é ideológico possui uma significação: ele representa e substitui algo encontrado fora dele, ou seja, ele é um *signo*. *Onde não há signo não há ideologia*. (2017, p.91. **Grifos feitos pelo autor**)

Assim, a refração discursiva do produto midiático implica em recriações da realidade mais do que o próprio reflexo da mesma, haja vista o entrecruzamento de distintas vozes que se misturam. Sob tal perspectiva é que os textos que tratam da cobertura midiática no webjornalismo sobre o evento estupro coletivo de uma menor será analisado.

A construção desse discurso se dá a partir de forças de poder que extrapolam os textos, mas que estão presentes no discurso social, de forma explícita ou implícita. Pierre Bourdieu (1998), ao tratar sobre o poder simbólico, destaca a força das palavras, assim como de quem as profere. Segundo o sociólogo, o “que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia” (BOURDIEU, 1998, p. 15). Logo, segundo o autor, o poder simbólico caracteriza-se por um

[...] trabalho de dissimulação e de transfiguração (numa palavra, de *eufemização*) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objectivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia. (BOURDIEU, 1998, p. 15)

Assim, suscita-se a questão: a prática discursiva adotada pelos meios de comunicação (instituição legítima de informação) traz esse poder simbólico? Se sim, quais forças de poder estão por trás desse discurso?

Nesta dissertação, parte-se do pressuposto de que o discurso do webjornalismo produzido em torno do evento estupro coletivo de uma adolescente, no Rio de Janeiro, em maio de 2016, é constituído por vozes contraditórias que não estão postas nos textos, envolvendo forças ideológicas nas quais se pautam em acusações e em defesas da vítima do estupro. O contexto simbólico fundamenta-se no preconceito sociocultural em relação ao gênero feminino, à cultura do funk e ao fato de que uma adolescente de classe média não deveria estar num bairro periférico de uma metrópole brasileira.

Diante disso, o objetivo geral da dissertação é analisar o discurso do webjornalismo sobre um evento de violência sexual contra uma adolescente, ocorrido no Rio de Janeiro em 2016, utilizando a análise crítica do discurso.

Como objetivos específicos: 1. Categorizar e classificar os temas presentes no discurso do aludido webjornalismo; 2. Verificar quais são as vozes constitutivas do discurso e quais as relações de poder elas trazem consigo; 3. Investigar as estratégias ideológicas nos textos midiáticos analisados, como forma de culpabilizar ou defender a vítima; 4. Analisar como é feita a narrativa dos fatos, atentando para a reflexão ou refração da realidade.

Para responder às questões suscitadas, foi selecionado um *corpus*, formado por 15 textos produzidos e veiculados na imprensa *online*, no chamado webjornalismo sobre os eventos de violência sexual contra uma adolescente na Favela São José Operário, no Rio de Janeiro, ocorrido em maio de 2016. As notícias foram acessadas em sites de notícia brasileiros, bem como de correspondentes internacionais. Para avaliar, portanto, os aspectos sociais e como foram construídos os discursos, foi feito um recorte temporal, com relatos do estupro coletivo, mais especificamente no embate midiático em que se discutiu a fala do primeiro delegado responsável pelo caso, que afirmou não saber se houve estupro.

Tais desdobramentos são analisados aqui, atentando para a construção discursiva em torno do termo vítima ou vitimismo. Para isso, foram observados aspectos lexicais e gramaticais que endossam a estratégia de naturalizar a violência contra a mulher. Numa perspectiva social em que há justificativa para que haja esse tipo de violência. Por fim, em contrapartida, alguns aspectos relevantes são abordados quanto à mudança social e suas implicações sociais. Onde tem-se um discurso antagônico que discute e reflete essa condição de violência, mesmo que isso desvirtue o foco da temática das notícias para se rebater a não culpabilização da vítima.

## 2. ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE DISCURSO E A PROPOSTA DA ACD

Neste capítulo, é apresentada a Análise Crítica do Discurso (ACD) na perspectiva de Norman Fairclough. É a principal teoria na qual os estudos desenvolvidos nesta dissertação se fundamentam. O propósito é situar o leitor quanto a algumas correntes que influenciaram a ACD, bem como o seu avanço e abrangência. Com isso, são feitos alguns aportes teóricos, de forma sucinta, com o intuito de tornar mais acessível o conteúdo aqui exposto. Pensar em analisar socialmente um discurso, atentando para temas que tratam da luta contra a opressão social, exige encontrar uma teoria social que trate dessa temática de forma interdisciplinar e com um aporte teórico-metodológico promissor para tal debate.

No primeiro item do capítulo é feita uma breve história da linguística (WEEDWOOD, 2002). Os aspectos relevantes para o estudo das línguas, em cada período histórico, apresentam destaque em cada teoria desenvolvida.

No segundo item, o apontamento feito por Halliday e o conceito de discurso de Michel Foucault (2007 e 2008) direcionam ao entendimento que muitos linguistas tiveram na elaboração de teorias de Análise de Discurso, entre eles Norman Fairclough.

No terceiro item, a história da Análise Crítica do Discurso (ACD) e o papel imprescindível de Fairclough na elaboração teórica-metodológica que guia os estudos realizados neste presente trabalho. A partir desse escopo teórico, é possível perceber a ACD como uma teoria social do discurso.

O Modelo Tridimensional do Discurso (FAIRCLOUGH, 2016) presente no item 2.4 é um quadro ilustrativo de como a análise crítica do discurso é feita neste trabalho. O leitor notará algumas semelhanças com a teoria sistêmico-funcional da linguagem de Halliday. No entanto, Fairclough enfatiza a perspectiva identitária e relacional, dentro do aspecto interpessoal, proposto por Halliday, considerando o aspecto de mudança social.

Na sequência, as teorias sociais que convergem para o entendimento e análise textual, a prática discursiva e a prática social são apresentadas de forma separada, considerando alguns conceitos. Em termos de prática social, a ideologia (THOMPSON, 1995); poder simbólico, (BOURDIEU, 1998); estigma (GOFFMAN, 1988) e preconceito; a violência enquanto estupro (TOMASELLI e PORTER, 1992), e culpabilização da vítima (RYAN, 1971); finalizando com o *Funk*. Em termos de prática discursiva, o webjornalismo, a intertextualidade e interdiscursividade (BAKTHIN, 2010, 2015 e 2016; KRISTEVA, 2005). E, por fim, em se tratando do texto, as categorias de análise defendidas por Fairclough (2016).

Para cada item: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual, recorreu-se aos teóricos: Volóchinov (2017); Marcuschi (2008); e Koch (2002).

## **2. 1 Os caminhos percorridos pela linguística até Saussure**

Com Ferdinand de Saussure, no início do século XX, a linguística ganhou novos aspectos quanto ao seu formato de estudo e análise, até então concebidos. Barbara Weedwood (2002, p.67) afirma o seguinte: “As pessoas em todas as épocas preferem investir seu esforço na aquisição do conhecimento que será verdadeiro, certo e duradouro; contudo, paradoxalmente, o tipo de conhecimento que satisfaz esses critérios muda de uma época para outra”. Assim aconteceu desde a Antiguidade Clássica. De Platão, passando pela Idade Média, e Renascimento, chegando ao século XIX, quando a linguística já dava indícios de que precisava se firmar como ciência.

Weedwood (2002) divide em dois planos as tradições que se sucederam na historiografia linguística: o geográfico e o temporal. Segundo a linguista, no plano geográfico, não é possível criar uma linha cronológica para explicar as grandes tradições linguísticas. Ela detalha: “[...]cada tradição tem sua própria história e só pode ser explicada à luz de sua própria cultura e de seus modos de pensamento. Cada uma tem sua contribuição particular a dar à percepção humana da linguagem.” (WEEDWOOD, 2002, p.22). Por outro lado, no plano temporal, a autora explana sobre a influência entre as tradições. Alguns pensamentos duram mais tempo do que outros, mas “[...]outros se sucedem um ao outro mais ou menos rapidamente com efeito cumulativo ou cíclico” (WEEDWOOD, 2002, p.22).

No período pré-saussuriano, mais especificamente, no século XIX, algumas perspectivas são relevantes para compreender o “nascimento” da linguística. O método comparativo é um exemplo desses aspectos no período. Ainda parafraseando Barbara Weedwood (2002), esse método significou um avanço quanto aos critérios de observação e comparação de idiomas diferentes, nos aspectos da fonética, de estrutura gramatical e vocabulário, e da origem genealógica. Wilhelm von Humboldt (1767-1835) foi um dos linguistas que mais marcou esse período, com a sua teoria sobre a forma interna e externa da língua. Para o estudioso, enquanto a forma externa atentava para o aspecto sonoro que diferencia uma língua de outra, a forma interna atenta para os aspectos estruturais, gramaticais e de significado.

Outra teoria de Humboldt é a de que a língua é caracteristicamente dinâmica. Weedwood (2002, p.108) descreve a teoria: “uma língua não é um conjunto de enunciados

prontos produzidos pelos falantes, mas os princípios ou regras subjacentes que possibilitam aos falantes produzir tais enunciados e, mais que isso, um número ilimitado de enunciados”. Esse dinamismo descrito pela autora na língua, tem importantes desdobramentos em teorias linguísticas que surgem posteriormente.

No século XX, com a teoria de Ferdinand de Saussure, a linguística finalmente ganha status de ciência e dá passos significativos para avanços que têm desdobramentos até hoje. Teorias que partiram do proposto por Saussure surgiram em resposta a questionamentos deixados, que acenavam positivamente ou negativamente à essas brechas. Uma característica da perspectiva sistêmica e estruturalista de Saussure é a não priorização da dimensão histórica. Segundo o linguista, “à sincronia pertence tudo o que se chama ‘Gramática geral’, pois é somente pelos estados de língua que se estabelecem as diferentes relações que incumbem à Gramática” (SAUSSURRE, 2012, p. 144).

Ainda sobre essa concepção de Saussure, o linguista brasileiro Carlos Alberto Faraco, em sua obra *Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas* (2005) enfatiza a concepção reducionista do linguista suíço. Segundo Faraco, “Saussure tinha uma visão atomista das mudanças, isto é, entendia que as mudanças das línguas no tempo não se constituíam num complexo sistema de dependência recíprocas, mas apenas alteravam o valor de elementos do sistema tomados isoladamente” (FARACO, 2005, p.156). Com o aparecimento de outras teorias, será possível compreender a língua na sua totalidade, não apenas nessa perspectiva isoladamente.

Mais adiante será possível perceber como a concepção de estudo da linguagem numa visão menos formal e mais funcional contribuirá para a elaboração da teoria de Fairclough.

## **2. 2 Da abordagem funcionalista ao conceito de Discurso de Foucault**

Marcuschi (2008) relata que no século XX a linguística se concentra em dois campos teóricos que também duelaram entre si, mas que significaram muito para o estudo da linguagem. De um lado, a linguística de Saussure (significado e significante) e do outro, a linguística gerativista de Chomsky, com a estrutura profunda e a estrutura de superfície. Segundo o autor, “instaurava-se o mundo extramental como o grande ‘tribunal da experiência’, por um lado, e a visão formal com a imposição de um *a priori*, por outro. E todo o século XX viveu da tensão entre estes dois polos: o formal e o empírico” (MARCUSCHI, 2008, p. 31).

Ao contrário, existe o grupo dos funcionalistas (Escola de Praga, com Nikolai Trubetzkoy (1890-1938); Roman Jakobson (1896-1982); Escola de Copenhague, com Louis Hjelmslev (1899-1965); a Escola de Londres, com John Firth (1890-1960); entre outros), com uma concepção de que a aquisição da linguagem se dá por meio de um processo evolutivo que leva em consideração, entre outros aspectos, a interação social, aspectos situacionais e comunicacionais.

Referindo-se ao funcionalismo, a linguista Barbara Weeood (2002, p. 138), ao associá-lo à combinação estruturalista da Escola de Praga, destaca o seguinte aspecto: “aqui ele deve ser entendido como implicando uma apreciação da diversidade de funções desempenhadas pela língua e um reconhecimento teórico de que a estrutura das línguas é, em grande parte, determinada por suas funções características”.

O linguista britânico Michael A. K. Halliday (1925-2018) amplia esse conceito jakobsoniano das *funções da linguagem* e elabora a sua teoria. Isso abre caminho para a *Linguística Sistêmico-Funcional* (LSF). Na obra *Análise de Discurso Crítica*, Magalhães, Martins e Resende (2017) apresentam a perspectiva de Halliday quanto ao estudo da linguagem funcional. É esta a afirmação do linguista inglês:

O estudo da linguagem é funcional em três sentidos: i) destina-se a explicar como as línguas são usadas; ii) os componentes fundamentais do significado linguístico são funcionais: ideacionais (reflexivos: a expressão de processos, eventos, ações, estados, ou outros aspectos do mundo rela, representados simbolicamente), interpessoais (ativos: a expressão de formas de ação, de atitudes e de relações com interlocutores e interlocutoras) e textuais (elos coesivos que tornam os textos adequados à ocasião social); e iii) cada elemento de uma língua tem uma função no sistema linguístico, e é explicado por essa função. Isso é percebido na inter-relação entre os componentes do significado linguístico. (HALLIDAY, 1994, apud MAGALHÃES, MARTINS e RESENDE, 2017, p.25)

A partir disso, compreende-se que a língua não deve ser analisada fora de seu contexto de uso, levando em consideração as implicações contextuais de produção e de efeito de sentido. Tais conceitos são base para a elaboração da teoria de Fairclough na concepção tridimensional do discurso: texto, prática discursiva e prática social. Essa perspectiva será apresentada de forma mais clara na sessão 2.4.

Além da concepção teórica acerca da linguística funcional, ainda no século XX, o conceito de discurso de Michel Foucault também foi imprescindível, especialmente para os teóricos que defendem o estudo da língua de forma contextualizada e transdisciplinar. Sua concepção teve forte influência sobre o estudo nas áreas de ciências sociais, e na elaboração de teorias que tratam de análise de discurso.

Com uma abordagem que tem como foco seus estudos pós-estruturalistas, Foucault apresenta uma concepção que relaciona o processo discursivo com a manutenção de poder. Segundo o filósofo, na obra *Arqueologia do saber* (2008, p. 138), prática discursiva é “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício enunciativa”.

Essas condições do exercício enunciativo se organizam a partir de relações de poder. Em outra obra, *A ordem do discurso* (2007), Foucault defende que para a manutenção desse poder, o discurso tende a ser disciplinador. Para ele, “a disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras” (FOUCAULT, 2007, p.36)

São nesses pontos (práticas discursivas e o aspecto disciplinador do discurso) onde residem as críticas de Fairclough a Michel Foucault. Para o linguista da ACD, a prática discursiva não está desmembrada da prática social, e isso representa também a possibilidade de mudança social. Tal perspectiva será mais explicitada na sessão seguinte.

### **2. 3 A Análise Crítica do Discurso e a Teoria Social do Discurso de Fairclough**

Nascido em 1941, no Reino Unido, Norman Fairclough é considerado um dos principais linguistas fundadores da Análise Crítica do Discurso (ACD). No início da década de 1980, na Universidade de Lancaster, onde o linguista atualmente é professor emérito do Departamento de Linguística e Língua Inglesa, foi criado o Centro de Linguagem na Vida Social. O instituto foi criado por um grupo de estudiosos inquietos que não aceitavam abordagens teóricas ligadas ao estruturalismo e ao gerativismo. Entre os fundadores, está Norman Fairclough.

O termo “Análise Crítica do Discurso” apareceu, pela primeira vez, no artigo *Critical and Descriptive Goals em Discoursal Analysis*, no *Journal of Pragmatics*, em 1985, assinado por Fairclough. Mas foi em janeiro de 1991, que Teun van Dijk, Gunter Kress, Theo van Leeuwen, Ruth Wodak e Norman Fairclough se reuniram por dois dias, em um simpósio, na cidade de Amsterdã, e discutiram diferentes enfoques de estudos. E isso marcou oficialmente o nascimento da Análise Crítica do Discurso (ACD). Ruth Wodak (2004, p.227) descreve como foi o encontro que reuniu as diferentes abordagens:

Nesse processo de formação de um grupo, diferenças e similaridades foram expostas; diferenças em relação a outras teorias e metodologias em análise do discurso (ver TITSCHER et al., 2000), e semelhanças numa forma programática que poderiam estruturar as diferentes abordagens teóricas apresentadas pelas várias biografias e escolas dos estudiosos que formavam o grupo.

Desde então, a ACD ganhou o aspecto internacional. Com o seu caráter heterogêneo, mas inter-relacionada, ela adquiriu o *status* de disciplina. Wodak (2004) ainda conta que diversos estudiosos passaram a se aprofundar na Análise Crítica do Discurso, o que promoveu um amplo leque de abordagem teórico-metodológica.

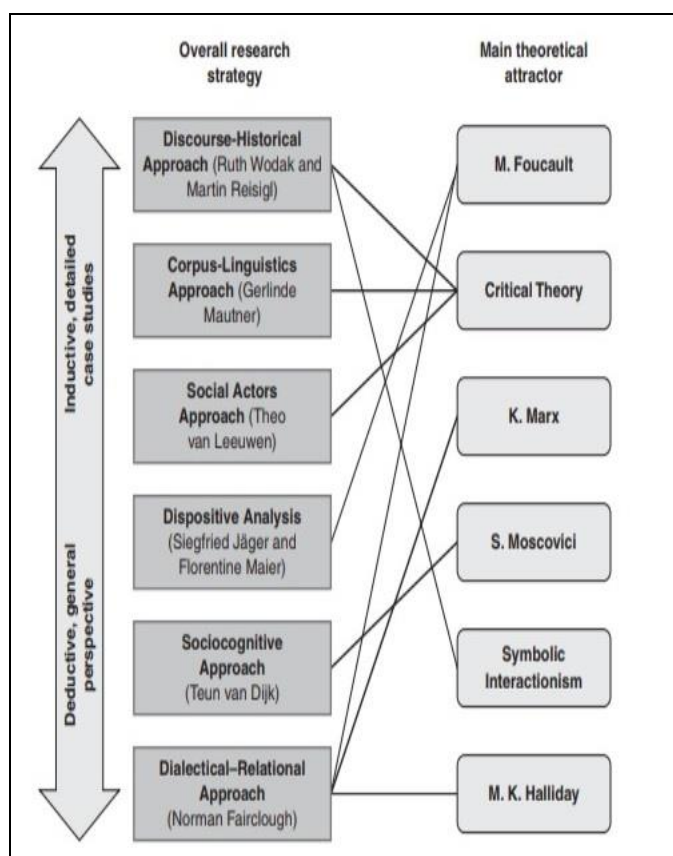
Abriu-se caminho, portanto, para uma teoria que dialoga com diversos autores da Linguística e de diversas Ciências Sociais. Como afirmam Chouliaraki e Fairclough, na obra *Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis* (1999, p.16),

Vemos a ACD trazendo uma variedade de teorias para o diálogo, especialmente teorias sociais por um lado, e teorias lingüísticas por outro, de modo que sua teoria (ACD) é uma síntese mutável de outras teorias, embora o que em si teoriza, em particular, seja a mediação entre o social e o lingüístico – a ‘ordem do discurso’, a estruturação social do hibridismo semiótico (interdiscursividade).

Cleide Emília Faye Pedrosa (2017, p. 6) também ressalta que “devido aos diferentes enfoques seguidos por analistas do discurso, aceita-se a ACD não como um método único, porém como um método que tem consistência em vários planos”.

E para ilustrar esse quadro teórico, Wodak e Meyer (2009, p.20) elaboraram uma síntese (Figura 1), separando os estudos em um contínuo entre indutivos e dedutivos. Os teóricos indicam as estratégias globais de pesquisa e formação teórica e as principais correntes que influenciaram na elaboração das abordagens descritas. No entanto, alguns aspectos são relevantes em todas as abordagens, aproximando-as: fazer análise linguística, semiótica ou discursiva, atentando para questões sociais (MAGALHÃES, MARTINS e RESENDE, 2017).

**FIGURA 1: MÉTODOS DE ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO**



Fonte: Wodak e Meyer, 2009, p.20

Fairclough, principal teórico da Abordagem Dialético-Relacional, baseia a sua teoria linguística na multifuncionalidade de Halliday e no conceito de ordem do discurso, segundo Foucault (WODAK e MEYER, 2009). De acordo com Izabel Magalhães (2005, p. 3), “a contribuição principal de Fairclough foi a criação de um método para o estudo do discurso e seu esforço extraordinário para explicar por que cientistas sociais e estudiosos da mídia precisam dos linguistas”.

Na construção teórica das concepções linguísticas, o conceito, ou melhor, o que se entende por discurso é a chave para entender o ordenamento que fundamenta tais concepções, e na ACD não poderia ser diferente. Não que as teorias se limitem a tal conceito. Mas para entender as relações linguísticas e suas visões é preciso partir desse entendimento. Diante disso, Fairclough olha as Abordagens da Análise do Discurso<sup>1</sup> até então concebidas, faz

<sup>1</sup>. Nome atribuído pelo autor ao capítulo 1 do livro *Discurso e Mudança Social* (2016).

críticas e acepções que corroboram para a elaboração da ACD. Ele divide as abordagens em ‘não críticas’ e ‘críticas’.

Entre as abordagens consideradas ‘não críticas’, Fairclough descreve a de Sinclair e Coulthard, na década de 70. Eles elaboraram “um sistema descritivo geral para a análise de discurso” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 34). No entanto, os autores se limitaram ao contexto situacional de sala de aula. Tal abordagem é considerada por Fairclough (2016, p. 36) como pioneira no que trata das “propriedades organizacionais sistemáticas do diálogo”, bem como porque oferece um método de descrição de diálogo. No entanto, o britânico chama a atenção para a ausência da orientação social dos envolvidos no diálogo e a homogeneidade dos dados que não nos permite abrir possibilidades de interpretação do contexto de sala de aula.

A Análise da Conversação (AC) também é elencada como ‘não crítica’. Desenvolvida por sociólogos nos anos 60 e 70, seus conceitos não remetem ao aspecto social, como classe, poder e ideologia. Restringindo-se principalmente à análises de conversas informais. Outra abordagem é a de Labov e Fanshel, descrita como uma teoria que realiza a análise de discurso de forma mais detalhada e demorada. Ainda assim, o nosso teórico da ACD destaca dois pontos que, para ele, são relevantes: a possível heterogeneidade estilística do discurso; bem como a percepção de que a construção do discurso perpassa o contexto situacional dos participantes. No entanto, essas duas concepções não são aprofundadas por Labov e Fanshel, como por exemplo, na perspectiva ideológica.

Para finalizar o que chama de abordagens ‘não críticas’, o britânico traz a perspectiva teórica de Potter e Wetherell, que apresentam um método de análise de discurso pautado na psicologia social. O método dos teóricos se baseia no argumento de defesa da construção de discurso, adequando-o a situações de fala. Entretanto, o discurso é analisado numa dimensão unilateral e quanto a sua forma, sem levar em consideração as relações interpessoais.

Entre as abordagens ‘críticas’, está a Linguística Crítica (LC), desenvolvida por um grupo da Universidade de East Anglia, nos anos de 1970. Segundo Fairclough (2016, p.49), “eles tentaram casar um método de análise linguística textual com uma teoria social do funcionamento da linguagem em processos políticos e ideológicos, recorrendo à teoria linguística funcionalista associada com Michael Holliday (1978, 1985) e conhecida como ‘linguística sistêmica’”.

Isso permite olhar para uma abordagem que queria se estabelecer enquanto teoria, e se distanciar de outras perspectivas defendidas na época, como a linguística gerativista de Noam Chomsky, e da própria sociolinguística, apresentando um método de análise do discurso em que as estruturas sociais influenciavam na elaboração do discurso. Se até então, tínhamos uma abordagem sociolinguística que não se aprofundava na correlação entre linguagem e

sociedade, agora, temos a Linguística Crítica que tomava esse posicionamento e que avançava na integração entre linguagem e sociedade, levando em consideração seus contextos de produção.

No entanto, Fairclough detalha algumas limitações: a LC enfatiza mais o texto, deixando no segundo plano os processos de produção e interpretações do mesmo; enfatiza unilateralmente os efeitos do discurso na reprodução social mas deixam de lado a perspectiva de dominação do discurso em meio a lutas sociais, bem como o aspecto de mudança no discurso, numa dimensão social e cultural; por fim, ele destaca que a LC tem uma visão muito estreita da interface linguagem-ideologia. (FAIRCLOUGH, 2016, p. 52)

O francês Michel Pêcheux desenvolveu uma abordagem teórica de análise do discurso, assim como a Linguística Crítica, baseada na combinação entre teoria social do discurso com a análise textual. Sua principal fonte na perspectiva social foi a teoria marxista de ideologia de Althusser. Fairclough destaca que a Análise de Discurso Francesa (ADF), como é conhecida a teoria pecheutiana, enfatiza a reprodução de discurso, sem levar em consideração o aspecto transformador, ou seja, “como os sujeitos podem contestar e progressivamente reestruturar a dominação e as formações mediante a prática” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 58).

Um outro aporte que Fairclough faz em sua obra é quanto ao conceito de discurso concebido por Foucault. Tal crítica reside em dois aspectos: a primeira é em relação ao modo como a análise do discurso foucaultiana teria sido elaborada sem levar em consideração a materialização do discurso. Nesse ponto, Fairclough (2016, p.86) levanta a proposição:

A questão é antes se a análise incluiria instâncias concretas de discurso. Quando elas são incluídas na ADTO (Análise do Discurso Textualmente Orientada), elas seriam sujeitas não apenas às formas linguísticas de análise textual, mas à análise em três dimensões: análise de texto, análise dos processos discursivos de produção e interpretação (incluindo a questão de quais tipos e gêneros de discurso são tomados e como eles são articulados) e análise social do evento discursivo, em termos de suas condições e efeitos sociais em vários níveis (situacional, institucional, societário).

A outra crítica reside na natureza constitutiva do discurso. Ponto chave na constituição da ACD, a mudança social, segundo Fairclough, é ignorada na obra de Foucault. “A impressão dominante é a das pessoas desamparadamente assujeitadas a sistemas imóveis de poder. Foucault certamente insiste que o poder necessariamente acarreta resistência, mas ele dá a impressão de que a resistência é geralmente contida pelo poder e não representa ameaça.” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 86)

Assim, Fairclough elucida tais questões, apresentando a sua tese de que o discurso não é um ato puramente individual, mas uma prática social. Para isso, o autor revela duas implicações: o discurso como modo de ação e modo de representação; e “uma relação

dialética entre discurso e a estrutura social” (2016, p. 95). Essa relação dialética, segundo o autor, não significa que os discursos não sejam moldados ou restringidos pela estrutura social, pelo contrário. Mas aí reside a diferença de concepções entre Fairclough e Foucault: para o britânico, “o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (2016, p. 95). Ou seja, as relações, mesmo em esferas de poder opostas, podem ser contestadas. As relações sociais estão em constante mutação.

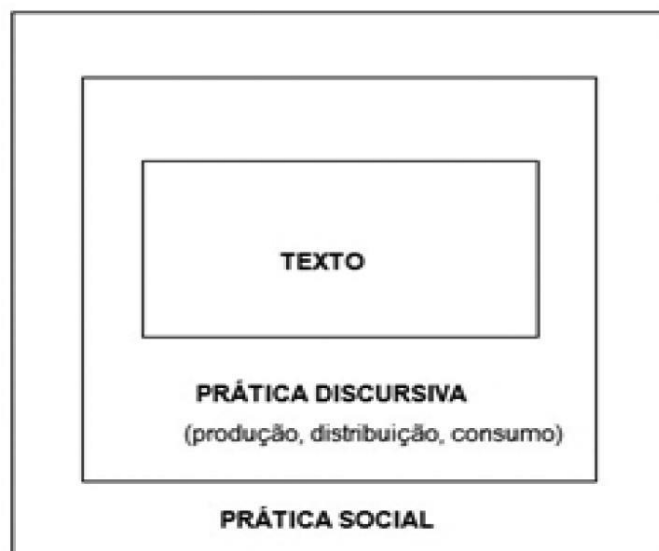
No entanto, a preocupação de Fairclough, na elaboração de sua teoria social, não se limita apenas aos textos, como materialização da prática discursiva, e à prática social. Tais pontos foram abordados ao analisar a obra do filósofo Foucault. O linguista também apresenta uma terceira via que deve estar presente numa análise crítica de discurso: “a análise de um discurso particular como exemplo de prática discursiva focaliza os processos de produção, distribuição e consumo textual” (2016, p. 103).

Com isso, a Concepção Tridimensional do Discurso é disponibilizada como modelo teórico-metodológico para a análise crítica do discurso. Na sessão seguinte, esse modelo será explanado e as concepções teóricas que constituem cada item também serão explanadas.

## **2.4 A Concepção Tridimensional do Discurso de Norman Fairclough**

O modelo apresentado por Norman Fairclough, inicialmente elaborado em 1989, mas aprimorado em 1992 (RESENDE e RAMALHO, 2004), representado na figura abaixo, é constituído de três tradições de análise de discurso: texto; prática discursiva; e prática social. Segundo Izabel Magalhães (2017, p.42), “o processo discursivo ancora-se nesses três pilares e por meio deles se reproduz”.

**FIGURA 02: CONCEPÇÃO TRIDIMENSIONAL DO DISCURSO**



Segundo o seu criador, o modelo tridimensional do discurso “é uma tentativa de reunir três tradições analíticas, cada uma das quais indispensável na análise de discurso” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 104). Mesmo dividindo a análise em três etapas, Fairclough destaca a inter-relação entre as tradições: numa perspectiva macrosociológica – de análise da prática social em relação às estruturas sociais; e a microsociológica – onde a prática social é compreendida como algo que é produzido e entendido ativamente (FAIRCLOUGH, 2016).

Na primeira tradição, a análise textual e linguística, também denominada de “descrição”, são analisados alguns elementos, como a própria estrutura textual, a coesão, a gramática, e o vocabulário. Na tradição de análise da prática discursiva ou interpretativa, leva-se em consideração a produção, a distribuição e o consumo de textos, bem como as condições de prática discursiva. Por fim, na tradição de análise da prática social, também denominada interpretativa, são considerados alguns elementos, como a matriz social do discurso, as ordens do discurso, e os efeitos ideológicos e políticos do discurso.

A seguir, cada tradição será detalhada com suas respectivas teorias que dão suporte à análise desenvolvida neste trabalho de dissertação.

## 2. 4.1 As Práticas Sociais no discurso

A prática social tem sua centralidade na análise do discurso. Com isso, faz-se necessário, metodologicamente falando, analisar os discursos para compreender as práticas sociais. Fairclough (2010, p. 225) chama de ‘prática social’ toda forma relativamente estabilizada de atividade social. Segundo o teórico, “toda prática é uma articulação de elementos sociais diversos em uma configuração relativamente estável, sempre incluindo o discurso”. Sob essa perspectiva, Resende e Ramalho (2006, p. 39) chamam a atenção para os contextos nos quais a prática social está inserida. Segundo as autoras,

(...) o discurso é visto como um momento da prática social ao lado de outros momentos igualmente importantes – e que, portanto, também devem ser privilegiados na análise, pois o discurso é tanto um elemento da prática social que constitui outros elementos sociais como também é influenciado por eles, em uma relação dialética de *articulação e internalização* (**grifos feitos pelas autoras**)

Fairclough também discorre sobre a relação dialética entre “elementos” das práticas sociais. Segundo o autor, “a relação entre o discurso e os outros elementos das práticas sociais é dialética: o discurso incorpora e é incorporado por outros elementos, sem que nenhum deles possa ser reduzido ao outro ou isolado” (FAIRCLOUGH, 2010, p. 227). Nessa perspectiva, esta sessão abordará questões relevantes a respeito da Ideologia, Poder, Estigma e Preconceito, Violência (Estupro e Culpabilização da Vítima) e *Funk*. Conceitos importantes para compreender a constituição discursiva no processo de cobertura jornalística sobre um evento de violência contra a mulher.

### 2.4.1.1 Ideologia

Para Norman Fairclough, o discurso também inspira e reflete a prática social de uma sociedade, sob diferentes orientações (econômica, política, cultura e ideológica), assim, a concepção de discurso como prática política e prática ideológica é o foco de seu interesse. Desse modo, faz-se necessário compreender o ponto de partida que norteia a concepção de que “o discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder” (2016, p. 98). Uma pista para compreender a concepção de ideologia é recorrer ao teórico John B. Thompson (1995).

Para Thompson (1995, p. 76), “*estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação*” (**grifos feitos pelo autor**). E para compreender como o sentido estabelece e sustenta essas relações, o autor enfatiza a

necessidade de se situar “os fenômenos simbólicos nos contextos sócio históricos” para compreender as relações de dominação. Quanto ao conceito de fenômenos simbólicos, ele afirma: “por ‘formas simbólicas’, eu entendo um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos.”. Tais formas simbólicas podem ser analisadas sob cinco aspectos: intencional, convencional, estrutural, referencial e contextual. Este último aspecto é muito relevante para o autor que lembra que “a localização social das pessoas e as qualificações associadas a essas posições, num campo social ou numa instituição, fornecem a esses indivíduos diferentes graus de ‘poder’” (THOMPSON, 1995, p.79). Em relação à dominação, o autor a compreende “quando as relações estabelecidas de poder são ‘sistematicamente assimétricas’” (THOMPSON, p.80).

Quanto à forma como o sentido mantém essas relações de dominação, Thompson se reporta aos modos de operação da ideologia, classificando-os em cinco: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. Para cada modo, a estratégia é adotada de acordo com a intenção de manutenção das relações de poder que serão detalhados a seguir:

1. Legitimação – utilizado de forma proposital para explicar atitudes. As estratégias giram em torno da racionalização, universalização e narratização;
2. Dissimulação – a estratégia é o deslocamento, esconder fatos e mudar o foco do discurso. São utilizadas as estratégias de deslocamento, eufemização, e uso de figuras de tropo (sinédoque, metonímia, metáfora);
3. Unificação – para construir uma ideia simbólica de unidade coletiva, são utilizadas as estratégias de standardização e simbolização da unidade;
4. Fragmentação – as estratégias são a diferenciação e expurgo do outro. A função é diferenciar e expurgar possíveis sujeitos que possam se transformar em um desafio aos grupos dominantes. Desse modo, esses sujeitos são marginalizados ou listados como inimigos;
5. Reificação – aqui existem três estratégias (naturalização, eternalização e nominalização/passivização). O objetivo é tornar os acontecimentos como culturais, intrínsecos socialmente, devendo assim, continuarem permanentes e inquestionáveis.

Os modos de operação da ideologia, segundo Thompson, serão utilizados na análise do corpus dessa dissertação, como forma de identificação da ideologia presente na prática discursiva enquanto cobertura jornalística do evento estupro coletivo. No entanto, cabe ressaltar que a ideologia, segundo Fairclough, não está presente em todo discurso. Para o linguista, “as ideologias surgem nas sociedades caracterizadas por relações de dominação com

base na classe, no gênero social, no grupo cultural, e assim por diante, e, à medida que os seres humanos são capazes de transcender tais sociedades, são capazes de transcender a ideologia” (FAIRCLOUGH, 2016, p.127).

Para Fairclough (2016, p. 124), a ideologia é uma propriedade tanto de estruturas como de eventos. Ao se reportar as estruturas, o autor se refere às ordens do discurso. E para justificar tal posicionamento, o linguista afirma que a ideologia está localizada tanto nas ordens do discurso, “que constituem o resultado de eventos passados” como também “nas condições para os eventos atuais e nos próprios eventos, quando reproduzem e transformam as estruturas condicionadoras”. Ainda segundo ele, isso acontece em decorrência de um processo de “uma orientação acumulada e naturalizada que é construída nas normas e nas convenções”. Mas, ao mesmo tempo, há uma movimentação atual de naturalizar ou desnaturalizar tais orientações enquanto os eventos discursivos são produzidos (FAIRCLOUGH, 2016, p. 124).

Diante disso, o linguista britânico defende que os sujeitos, ao serem expostos as essas “estruturas” podem ressignificar e reestruturar as práticas discursivas e sociais. “Os sujeitos são posicionados ideologicamente, mas são também capazes de agir criativamente no sentido de realizar suas próprias conexões entre as diversas práticas e ideologias a que são expostos e de reestruturar as práticas e as estruturas posicionadoras.” Para atingir tal efeito, “depende das relações sociais, tal como a estabilidade relativas das relações de dominação” (FAIRCLOUGH, 2016, p.126). Esse aspecto também será considerado na análise do *corpus* deste trabalho.

Partindo dessa perspectiva de que as relações de dominação são variantes que devem ser observadas no processo de ressignificação e reestruturação das práticas, Bourdieu (1998) pode dar pistas importantes para compreender as relações de poder que existem socialmente estabelecidas.

#### **2.4.1.2 Poder**

Para responder a questão suscitada a respeito da prática discursiva adotada pelos meios de comunicação, enquanto instituição legítima de informação, que carrega consigo o poder simbólico, Pierre Bourdieu (1998, p. 08) indica que é necessário saber descobrir o poder simbólico onde ele se permite ver menos, ou onde ele é mais completamente ignorado, e assim, não é reconhecido. Segundo o sociólogo, “o poder simbólico é, com efeito, esse poder

invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”.

Ao analisar os “sistemas simbólicos” como estruturas estruturantes e como estruturas estruturadas, Bourdieu (1998, p. 09) conclui que eles “podem exercer um poder estruturante porque são estruturados”. Logo, segundo o autor,

os símbolos são os instrumentos por excelência da “integração social”: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração “lógica” é a condição da integração “moral” (BOURDIEU, 1998, p. 10. **Grifos feitos pelo autor**).

Assim, as instituições estruturadas, como exemplo, a imprensa, carrega consigo um poder simbólico de transmissão de ordem social. No entanto, as instituições necessitam de relações de poder, “na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado” para cumprirem “a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação” (BOURDIEU, 1998, p.11).

Diante disso, o discurso é um grande aliado nessa manutenção de poder estruturante e estruturado. Bourdieu destaca que a força das palavras, especialmente de quem as profere, é carregada desse poder, que não é reconhecido como arbitrário, mas é aceito porque é algo que está instituído nas relações sociais. Segundo o sociólogo o “que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia” (BOURDIEU, 1998, p. 15). Logo, segundo o autor, o poder simbólico caracteriza-se por um

[...] trabalho de dissimulação e de transfiguração (numa palavra, de *eufemização*) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objectivamente a transformando-as em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia. (BOURDIEU, 1998, p. 15. **Grifos feitos pelo autor**)

Ainda quanto às instituições estruturadas, as relações são desiguais porque os indivíduos ocupam diferentes posições sociais. Ao se relacionar com outras instituições, com outras posições sociais, Bourdieu destaca a construção de *habitus*. Segundo o sociólogo, “o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um *haver*, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural” (BOURDIEU, 1998, p. 61).

A mudança ou a transformação desse *habitus*, segundo Bourdieu, depende de um conjunto de esforços e intenções. E isso se dá pela necessidade de manutenção desse *habitus*, que não se encerra completamente. Ele afirma:

A razão e a razão de ser de uma instituição (ou de uma medida administrativa) e dos seus efeitos sociais, não está na “vontade” de um indivíduo ou de um grupo mas sim no campo de forças antagonistas ou complementares no qual, em função dos interesses associados às diferentes posições e dos *habitus* dos seus ocupantes, se geram as “vontades” e no qual se define continuamente, na luta – e através da luta – a realidade das instituições e dos seus efeitos sociais, previstos e imprevistos (BOURDIEU, 1998, p. 81. **Grifos feitos pelo autor**).

Assim, essa construção de cultura passa pelo discurso construído a partir de forças de poder existentes na sociedade. O Estigma é uma forma de poder.

#### **2.4.1.3 Estigma e Preconceito**

O sociólogo Erving Goffman (1988) trouxe uma significativa contribuição para o conceito de estigma. Seu conceito é o adotado neste trabalho, especialmente pela sua abordagem no aspecto social. Segundo o autor, “os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas” (GOFFMAN, 1988, p.12). Com isso, é muito comum “classificarmos” as pessoas em decorrência de sua “identidade social”. Goffman chama a atenção para a normatização que a sociedade acaba por adotar diante dessa categorização. Segundo ele, “baseando-nos nessas preconcepções, nós as transformamos em expectativas normativas, em exigências apresentadas de modo rigoroso” (GOFFMAN, 1988, p.12).

Ao exemplificar uma situação em que somos colocados diante de um estranho, o sociólogo chama a atenção para o fato de que, muitas vezes, esse estranho acaba sendo designado de forma depreciativa em decorrência de algum atributo que ele carrega consigo. E complementa:

assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem. (GOFFMAN, 1988, p.12)

Diante da temática abordada nesta dissertação, analisar a função social da mulher na requer atentar para o aspecto social e de identidade social construídos em torno dela. Compreender isso, é uma forma de entender como as relações sociais são instituídas e,

consequentemente, como os discursos são constituídos. Nessa perspectiva, os discursos comumente revelam a imagem da mulher como um ser estigmatizado ou depreciado em situações com as quais ela é submetida.

Para Goffman (1988, p.13), o termo estigma é “usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos” que torna o outro alguém com estigma. Além disso, o autor defende a relação estreita entre “atributo e estereótipo”.

A autora Maria Aparecida Baccega (1998, p. 08) afirma que a concepção de estereótipo pode ser associada à concepção de preconceito. Segundo a autora, os padrões “interferem na nossa percepção de realidade, levando-nos a ‘ver’ de um modo pré-construído pela cultura e transmitido pela linguagem”. A autora defende ainda que

O estereótipo, assim como o conceito, é um reflexo/refração específica da realidade - ou seja, reflete com desvios, como um lápis que, colocado em um copo de água, "entorta" -, mas o estereótipo comporta uma carga adicional do ator subjetivo, que se manifesta sob a forma de elementos emocionais, valorativos e volitivos, que vão influenciar o comportamento humano. Ele se manifesta, portanto, em bases emocionais, trazendo em si, como já dissemos, juízos de valor pré-concebidos, preconceitos, e atuam na nossa vontade. (BACCCEGA, 1998, p.10, **aspas utilizadas pela autora**)

Ainda sobre estigma, ao elencar “atributos e estereótipos”, Goffman (1988) defende que há três tipos de estigma: as deformidades físicas; as culpas de caráter individual, naturais ou não; e os estigmas tribais de raça, nação e religião. A mulher, quando descrita de forma depreciativa, traz consigo a marca da culpa de caráter individual, uma vez que levada pela sua paixão e fraqueza, apresenta comportamentos desviantes do padrão socialmente imposto à sua condição: do lar, esposa, mãe e trabalhadora, quando convém. Ou seja, estigmatizada, estereotipada e rodeada de preconceitos, transmitidos culturalmente. A violência verbal ou física é uma forma de expressar tais preconceitos.

#### **2.4.1.4 A violência como forma de dominação**

Dentro das relações sociais, a violência também é utilizada como forma de manutenção de poder. Os autores Izabel Magalhães, André Martins e Viviane Resende (2017, p. 215) destacam que a “prática de violência contra mulheres faz parte das práticas socioculturais de gênero, que são materiais e simbólicas, incluindo ações, sujeitos e relações sociais, discurso, instrumentos, objetos, tempo e lugar, formas de consciência e valores”.

#### 2.4.1.4.1 Estupro

A violência contra as mulheres passou a ser tratada como um problema de saúde pública em 2015, em todo o mundo, após uma reunião entre 38 países (dos continentes Americanos) membros da Organização Pan-Americana da Saúde, órgão integrante da Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS). Com isso, o acordo prevê que os governos tomem medidas para prevenção, cuidado com as vítimas, e punição aos agressores. Dentre as violências praticadas contra a mulher, o estupro é uma recorrência, nas sociedades do mundo inteiro. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), um estudo feito em 80 países, em parceria com a *London School of Hygiene and Tropical Medicine e ao Medical Research Council*, aproximadamente um terço das mulheres (30%) já estiveram em um relacionamento abusivo, com violência física e/ou sexual. Os dados também indicam que 38% dos assassinatos de mulheres são cometidos por parceiros. Mesmo com dados limitados, a Organização alerta que 7% das mulheres, em todo o mundo, relatam terem sido assediadas sexualmente por terceiros, além de sofrerem com essa violência de seus parceiros. Só na União Europeia, em 2015, cerca de 215 mil crimes sexuais violentos foram registados pela polícia. Os dados são do site de estatísticas *Eurostat*.

No Brasil, a Lei 12.015 de 07 de agosto de 2009, considera estupro “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”. Quanto aos números, eles podem ser consultados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018. De acordo com os dados, em 2016, foram registrados 49.497 casos de estupro, nas delegacias brasileiras. Dentro desse universo, 15,4% foram cometidos por dois ou mais agressores. Os casos de estupro coletivo (cometido por dois ou mais agressores) trazem não apenas o aspecto ainda mais violento do ato (cometido por vários homens, ao mesmo tempo), como também a sua recorrência. Diante disso, a violência sexual contra a mulher ganha o status de “cultura de estupro”, termo utilizado a partir da década de 1970, por feministas norte-americanas, para designar o ambiente em que se prevalece a violação e a violência sexual contra as mulheres. Tal termo, entre outros aspectos, reforça a naturalização que há em torno da violência sexual contra mulher. A própria OPAS/OMS destaca que “a posição desigual das mulheres em relação aos homens e o uso normativo da violência para resolver conflitos estão fortemente associados tanto à violência dos parceiros quanto à violência sexual cometida por não parceiros”.

Esse tema também pode ser um exemplo de como a prática discursiva constrói a realidade em torno da mulher, estigmatizando-a. Essa construção se dá, mais especificamente,

na reconstrução das realidades vividas pelas mulheres. E tal reconstrução passa, antes mesmo, pelo conceito do que é violência contra a mulher, destacando a violência sexual, prática social instituída socialmente, como uma cultura de estupro.

Para as pesquisadoras Sylvana Tomaselli e Roy Porter (1992, p.92), o estupro “é a expressão de uma ideologia social do domínio masculino” no qual a mulher é submetida ao poderio masculino de forma naturalizada. Desouza (2000), em seu artigo “A Construção Social dos Papéis Sexuais Femininos” faz um levantamento histórico do papel social da mulher no Brasil. O pesquisador destaca as relações estabelecidas entre colonizadores e mulheres colonizadas e mostra como esse processo de construção da submissão feminina não ficou para trás. Enquanto o homem está (socialmente) liberado para saciar suas necessidades, “a sexualidade feminina é construída para ser subordinada às necessidades do marido” (DESOUZA 2000, p. 490). E assim, as mulheres têm sua liberdade privada.

Melanie e Fodaski (1974, apud Cardoso, 2015, p.57) afirmam o seguinte:

[...] mulheres são vitimizadas e abusadas não apenas pela violência urbana e sexualidade desviante, mas, de fato, pelo sistema sexual da cultura vigente em sua totalidade, uma cultura que as priva de autonomia sexual e as explora como objetos sexuais inferiores.

Entre os temas da vida social contemporânea, podem ser incluídos a posição social da mulher, em termos das respectivas representações e, principalmente, para a ACD as relações de poder entre gêneros. Para Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 214), “um dos efeitos do poder nas relações de gênero é a violência, que se manifesta discursivamente em ameaças e insultos, e não discursivamente em agressões físicas”. Nesse aspecto, os autores destacam a dificuldade da mudança cultural, pois segundo os linguistas, “uma mudança cultural é muito complexa, envolve a construção de novos valores e de uma consciência do outro, um processo educacional no sentido amplo” (MAGALHÃES, MARTINS e RESENDE, 2017, p. 226). No entanto, alguns apontamentos são feitos para o combate, também discursivo, dessa violência, seja no aspecto de valorização das mulheres, seja numa ampla discussão a respeito da identidade de gênero.

O movimento feminista, como o que atuou na provocação ao Ministério Público, no evento estupro coletivo, é um amplo exemplo de organização que atua na reflexão e discussão da função da mulher na sociedade. Seu surgimento não se deu à toa. Na década de 1970, em termos que denominavam o movimento – apesar de muito antes disso, a organização feminina já acontecer, em situações que demandavam a devida atuação –, vários grupos surgem. Blay

(2017, p.84) relata: “Vários movimentos tinham despontado por todos os cantos do país mesclando mulheres de diferentes classes sociais, etnias, níveis de educação formal e profissões”. Um desses grupos se autodenominou Frente das Mulheres Feministas (FMF). Em contrapartida, o termo “machismo” deve ser compreendido, segundo Desouza (2000) como o homem que está acima da figura feminina. Ser machista, portanto, é sinônimo de virilidade e masculinidade. Segundo o teórico,

Muitos descreveram o machismo em termos de indiferença à família, distanciamento dos filhos, resistência a adversidades, assédio sexual, capacidade de beber muito, agressividade contra outros homens, dominação em relação às mulheres. (...) No contexto brasileiro, diz-se que o machismo glorifica a hipermasculinidade. (DESOUZA, 2000, p.490)

Assim como o assédio sexual, a cultura de estupro, portanto, é algo naturalizado. De um lado, o homem que defende a inferiorização feminina. Do outro, mulheres em um movimento que se pauta em defesa de direitos e de reivindicação de espaço e respeito.

#### **2.4.1.4.2 Culpabilização da Vítima**

Nesta dissertação, esta é uma questão central: o processo de narrativa da imprensa em torno do evento estupro coletivo apresenta a menina que sofreu a violência como vítima ou culpada pelo estupro? Para compreender como se dá o processo de culpabilização da vítima, é necessário entender esse termo criado pelo psicólogo norte-americano William Ryan (1971), em sua obra *Blaming the Victim*.

A expressão foi criada para se referir às pessoas que eram frequentemente culpabilizadas pelo seu estado de pobreza. O psicólogo explica que “Culpabilizar a Vítima é uma evasão ideal, quase indolor” (RYAN, 1971, p. 13), como forma de fuga, de não se ter responsabilidades com a vítima.

Na tentativa de explicar a respeito desse processo de transformação do outro em culpado, Ryan (1971, p. 14) afirma:

Culpabilizar a Vítima depende de um processo de identificação muito semelhante (realizado, com certeza, da maneira mais gentil, filantrópica e intelectual) pelo qual a vítima de problemas sociais é identificada como estranha, diferente - em outras palavras, como bárbaro, um selvagem.

E nesse processo de identificação, a vítima, segundo o autor, “os pobres, os negros, os doentes, os desempregados, os moradores das favelas” são identificados socialmente como “os selvagens”, aqueles que se colocam dentro do vitimismo (*Victim Blamer*).

O psicólogo acrescenta: “A Culpabilização da Vítima é um processo ideológico, o que significa dizer que ela é um conjunto de idéias e conceitos derivados de distorções da realidade sistematicamente motivadas, mas não intencionais” (RYAN, 1971, p. 15). E tal processo é feito, parafraseando Ryan, por aqueles que desejam manter o *status quo*. Assim, compreende-se que esse desvio de foco na identificação da vítima acontece para encobrir os verdadeiros culpados pelo que ocorre com aquelas pessoas, bem como para naturalizar e simplificar um problema social, além de não incomodar aqueles que ocupam um espaço de poder na sociedade.

Nos dias atuais, ao se referir a esse termo “Culpabilização da Vítima”, associa-se às mulheres vítimas de violência sexual. Isso se deu por conta das constantes acusações de “vitimismo” que as mulheres passaram a sofrer, ao denunciarem os estupros que sofrem. Ou seja, as mulheres são consideradas agentes durante o crime, vindo a serem percebidas como responsáveis por provocar a ação criminosa. A justificativa estaria nelas mesmas. Ou seja, por estarem fora do padrão, numa posição provocativa aos homens, elas passam a serem denominadas como “expurgadas” socialmente. Segundo Ryan, essas pessoas expurgadas socialmente são “os diferentes” (*The Different Ones*), vistos socialmente como seres perigosos, até “menos humanos”.

Pode-se, compreender, portanto, que esse processo de Culpabilização da Vítima é uma segunda forma de violência contra a vítima. Para isso, diversos questionamentos são levantados: o local onde se encontrava, as companhias, como estava vestida e se não houve uma investida por parte da mulher para o acusado. Tais aspectos são recorrentes nessa narrativa de que é apenas vitimismo e que, assim, não houve violência.

Nesta pesquisa, um aspecto relevante, além do local em que a vítima de estupro coletivo estava – na favela –, o fato de ela estar participando de um baile *funk* também permeou o discurso na cobertura jornalística investida.

#### **2.4.1.5 Funk**

O *funk* é um ritmo musical que surgiu na década de 1960, nos Estados Unidos. Sua origem está ligada à música negra norte-americana, como uma mistura entre os estilos R&B, jazz e o *soul music*. A expressão “*funk*” em inglês, tem conotação sexual. Assim, no início, o ritmo era visto como “indecente”.

Na década seguinte, ele chega ao Brasil, mais especificamente, ao Rio de Janeiro. Cidade que adotou o ritmo como uma de suas marcas. Os “bailes *funk*” ganharam uma

dimensão grandiosa em realizações e de público. Consumido basicamente nas comunidades e favelas do Rio, o ritmo não caiu nas graças do público em geral, apesar de seu consumo ser muito grandioso.

Segundo o antropólogo Hermano Vianna, em seu artigo “*Funk e Cultura Popular Carioca*” (1990), na década de 1980, aconteciam cerca de seiscentos bailes funks, por fim de semana na capital fluminense, com “um público de mais ou menos um milhão de pessoas”. (HERMANO, 1990, p. 244). Vianna chama a atenção para o aspecto de consumo dessa cultura, que não é associado, naquele momento, à indústria de consumo de massa, mas como forma de entretenimento popular.

O pesquisador explica que naquela época, além das gravadoras, toda a grande mídia (rádio, TV e jornais) ignoram a existência dessas festas, sem mencionar nada a respeito de suas realizações. No entanto, de acordo com Vianna (1990, p. 247), “o desejo por funk, parece algo interno à comunidade carioca que o consome, sem depender da ajuda ou do incentivo de instituições externas”.

Na contramão da resistência, o funk carioca, com influência do hip hop, tem diversas características próprias que o distancia de seu local de origem (EUA). Como seu público é formado por pessoas pobres da cidade, ele passou a ser estigmatizado. Segundo Vianna (1990, p. 248),

*O hip hop foi contaminado pelo estigma suburbano (Zona Norte da cidade) e por isso deve ser evitado por lugares que pretendam atrair uma clientela de zonassulistas. A juventude da classe média carioca esteve envolvida, durante toda a última década, com seu próprio movimento de rock, estilo musical que tem características, bem diferentes, às vezes até conflitantes, se comparado com o funk. Mas isso não é motivo suficiente para a recusa integral do hip hop.*

Esse estigma que o *funk* carrega consigo até hoje é sentido em decorrência dos locais onde acontecem os bailes, como também se reflete em quem os frequenta.

#### **2.4.2 As Práticas Discursivas e as variantes no processo de produção, distribuição e consumo textual**

As práticas discursivas são um dos elementos da Concepção Tridimensional do Discurso. Nesta etapa, são avaliados os processos de produção, distribuição e consumo textual. Segundo Fairclough (2016, p. 111), “a natureza desses processos varia entre diferentes tipos de discurso de acordo com fatores sociais”.

Magalhães, Martins e Resende (2017, p.43) chamam a atenção para a análise do texto como forma de análise da prática discursiva. “Os textos não surgem *per se*, senão como resultado de práticas discursivas. De igual modo, sua interpretação envolve aspectos institucionalizados na sociedade. As instituições sociais mantêm-se e reproduzem-se recorrendo a práticas discursivas”.

Diante disso, esta dissertação avaliou notícias publicadas no jornalismo digital, também conhecido como webjornalismo, atentando para seus aspectos constituintes de produção e distribuição. No entanto, esse texto escrito para o webjornalismo, enquanto dimensão da prática discursiva, traz consigo um contexto muito mais amplo que o que está posto. Uma pista para entender esse contexto, no qual a notícia é produzida, é observar as vozes presentes, que podem se apresentar de forma ‘manifesta’ ou ‘constitutiva’. Para ajudar a entender tal aspecto, Bakhtin e Kristeva dão importantes apontamentos, uma vez que é comum a presença de diversos discursos na constituição/produção do discurso jornalístico.

#### **2.4.2.1 Intertextualidade e Interdiscursividade**

No Círculo Bakhtiniano, uma das propostas do grupo é o estudo da palavra em interação, ou seja, não apenas a função morfossintática do vocábulo, mas todo o processo contexto social, histórico e ideológico no qual o enunciado é produzido. Esse processo de interação, constitui-se no dialogismo, ou seja, na tentativa constante de produção discursiva, atentando para o contexto de produção, o interlocutor e suas possíveis reações. Tal contexto tem singular importância para os estudos da ACD, uma vez que, como afirmam Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 112) “abordagens da intertextualidade que desconsiderem o contexto social são inadequadas, pois a relação intertextual é mediadora de relações sociais”.

Mikhail Bakhtin, em sua obra *Problemas na poética de Dostoiévski* (2010, p. 18), apresenta o conceito de *polifonia*. Segundo o filósofo, a obra do romancista é constituída por uma “multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis e a autêntica polifonia de vozes plenivalentes”. Com essa concepção de presença de diversas vozes plenivalentes, independentemente, de espaços e consciências, Bakhtin abre caminho para uma discussão complexa, que vem desde a primeira metade do século XX, mas que pode dar pistas para compreender melhor como se dá esse processo de alternância de vozes, dentro de um processo de comunicação discursiva, mais precisamente no gênero notícia, aqui analisada como *webnotícia*.

Ao descrever a respeito da filosofia da linguagem, da linguística e da estilística, Bakhtin (2015, p. 43) constatou: “[...] pode-se dizer com franqueza que o elemento dialógico do discurso e todas as manifestações a ele vinculadas permaneceram até ultimamente fora do horizonte da linguística”. E quando o autor se referia a “todas as manifestações a ele (discurso) vinculadas”, não se restringia ao plano textual visual, mas a todo o processo que envolve o contexto sociocultural do autor, passando pela escolha de gênero discursivo, chegando até o seu interlocutor. Ou seja, Bakhtin acreditava que o processo de dialogismo estava presente em todas as circunstâncias do processo de produção discursiva.

Por outro lado, o discurso dialógico apresentado pelo linguista não deixava dúvidas quanto a essa importância do “outro” nesse processo de elaboração discursiva. Segundo Bakhtin (2010, p. 298), “tudo reside na reação do outro, na palavra do outro, na resposta do outro ... O principal para ele (falante) está na palavra do outro.” Ou seja, o homem como fruto de interação social é a chave para entender esse ser que elabora o seu discurso dialogicamente. Se não é possível entender esse homem, não será possível compreender essa “constituição” do discurso dialógico. Ainda segundo o autor, num diálogo interior ou consigo mesmo, ainda é possível perceber a dialogicidade presente: “*o diálogo permite substituir com sua própria voz a voz de outra pessoa*”. (BAKHTIN, 2010, p. 297, **grifos feitos pelo autor**).

Bakhtin defendia que o discurso dialógico poderia ser percebido de uma forma muito imbricada ao discurso, o que poderia confundir quanto a que voz corresponde tal enunciado. “O choque dialógico deslocou-se para o interior, para os mais sutis elementos estruturais do discurso (e, de maneira correspondente, para os elementos da consciência).” (BAKHTIN, 2010, p.291). Ou seja, pensar que o discurso é dialógico não apenas porque ele está interessado na resposta do outro, mas porque é um discurso que conversa com outros discursos sociais ou culturais. E isso se manifesta de forma direta ou indireta.

Esse dialogismo e ambivalência de vozes bakhtinianos foram estudados pela crítica literária francesa, Julia Kristeva, na década de 60, e a fez concluir que:

[...] a palavra (o texto) é um cruzamento de palavras (de textos) onde se lê, pelo menos, uma outra palavra (texto). Em Bakhtin, além disso, os dois eixos, por ele denominados *diálogo* e *ambivalência*, respectivamente, não estão claramente distintos. Mas essa falta de rigor é, antes, uma descoberta que Bakhtin foi o primeiro a introduzir na teoria literária: todo texto se constrói como mosaico de citações, todo texto é a absorção e transformação de um outro texto. Em lugar de intersubjetividade, instala-se a de intertextualidade [...] (KRISTEVA, 2005, p.68)

Tal constatação abriu caminho para os estudos textuais em diversos aspectos. Koch (2012, p. 18), elenca as possíveis manifestações e classificações atribuídas a intertextualidade:

Diversos tipos de intertextualidade têm sido relacionados, cada qual com características próprias: intertextualidade temática, intertextualidade estilística; intertextualidade explícita, intertextualidade implícita; autotextualidade, intertextualidade com textos de outros enunciadores, inclusive um enunciador genérico; intertextualidade “das semelhanças” e “das diferenças” (no dizer de Sant’Anna, 1985); intertextualidade intergenérica; intertextualidade tipológica.

Fairclough (2016) chama a atenção, no conceito de intertextualidade, para o fato de que esses fragmentos textuais podem ser utilizados para assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, entre outras formas. Tal aspecto, segundo o linguista, influencia nas dimensões de produção, distribuição e consumo textual:

Em termos de produção, uma perspectiva intertextual acentua a historicidade dos textos: a maneira como eles sempre constituem acréscimos às ‘cadeias de comunicação verbal’ existentes (BAKTHIN, 1986, p. 94), consistindo em termos prévios aos quais respondem. Em termos da distribuição, uma perspectiva intertextual é útil na exploração de redes relativamente estáveis em que os textos se movimentam, sofrendo transformações predizíveis ao mudarem de um tipo de texto a outro (...). E em termos do consumo, uma perspectiva intertextual é útil ao acentuar que não é apenas ‘o texto’, nem mesmo apenas os textos que intertextualmente o constituem, que moldam a interpretação, mas também os outros textos que os intérpretes variavelmente trazem ao processo de interpretação. (FAIRCLOUGH, 2016, p. 119)

Analisando a concepção do linguista Ducrot, Koch (2012, p. 80) traz em sua obra uma distinção clara entre Polifonia e Intertextualidade, destacando:

Para Ducrot, a polifonia é um fato constante no discurso, que oferece ao locutor a possibilidade de tirar consequências de uma asserção cuja responsabilidade ele não assume diretamente, atribuindo-a, portanto, a um outro enunciador. (...) Assim, quando se incorporam textos anteriormente atestados, como é comum na paródia, na alusão, em certos casos de ironia, etc., tem-se a intertextualidade implícita; quando tal não acontece, já não se trata de intertextualidade (em sentido restrito, que, como vimos, exige a presença de um intertexto), mas, na verdade, de polifonia.

Fairclough (2016), parte do entendimento de que a intertextualidade não se apresenta de forma uniforme. Bem como, considerando a distinção feita entre a intertextualidade ‘manifesta’ (aquela que se apresenta marcadamente), da intertextualidade ‘constitutiva’ (não-marcada), utiliza o termo ‘interdiscursividade’ para se referir à intertextualidade constitutiva. O autor inglês compreende que, enquanto “configuração de convenções discursivas que entram em sua produção” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 142), a interdiscursividade “estende a

intertextualidade em direção ao princípio da primazia da ordem do discurso” (FAIRCLOUGH, 2016, p.119). Tal aspecto é ressaltado pelo linguista porque, segundo ele, abre caminho para compreender como os tipos de elementos e suas combinações são utilizadas na constituição de um discurso. O gênero textual é um exemplo desses elementos que contribuem para a análise crítica de um discurso. Aqui, o gênero analisado é a notícia publicada no webjornalismo, ou jornalismo digital.

#### 2.4.2.2 Webjornalismo

Dentro do arcabouço teórico que analisa os gêneros textuais, pode-se destacar o domínio discursivo (o mesmo que *instância discursiva*, na concepção bakhtiniana) jornalístico como predominante dentro da imprensa: editoriais, notícias, reportagens, charges, e tantos outros, compõem esse universo, bem como adaptam-se aos diversos suportes que os propagam.

O jornalismo digital ou webjornalismo é um domínio discursivo jornalístico adaptado para novos suportes: a internet e os *sites*. Em relação ao suporte, Luiz Antônio Marcuschi (2008, p.174), afirma: “[...] diz respeito tanto ao modo de circulação como ao modo de consumo dos gêneros e ainda mais ao modo como eles são estabilizados para serem ‘transportados’ eficazmente”. O linguista ainda enfatiza que esses “modos de transporte” dos gêneros também interferem na produção discursiva.

Na classificação feita por ele, tanto a internet quanto o *site* são suportes de gêneros. Marcuschi (2008, p. 186) afirma: “Pessoalmente, trato a internet como um suporte que alberga e conduz gêneros dos mais diversos formatos. A internet contém todos os gêneros possíveis”. Já em relação aos *sites*, o teórico afirma: “[...] a *homepage* é um gênero bem estabelecido, mas o *site* é um suporte e não um gênero.”

Os gêneros textuais, segundo Marcuschi (2008, p.155),

São os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões socio comunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas.

Desse modo, compreende-se que os gêneros textuais, enquanto instâncias orais ou escritas, seguem padrões, mas não são formas rígidas. Para Mikhail Bakhtin (2016, p. 39),

As formas do gênero, nas quais moldamos o nosso discurso, diferem substancialmente, é claro, das formas da língua no sentido da sua estabilidade e da sua coerção (normativa) para o falante. Em linhas gerais, elas são bem mais flexíveis, plásticas e livres que as formas da língua.

Os gêneros textuais também servem como controle social. Marcuschi (2008, p. 161) destaca: “Os gêneros são atividades discursivas socialmente estabilizadas que se prestam aos mais variados tipos de controle social e até mesmo ao exercício de poder.” Ou seja, ao analisar um discurso, é necessário atentar, entre outros aspectos, para a escolha de gênero textual com a qual se apresenta, seja falada ou escrita.

A constituição de um enunciado, ou determinado gênero, de acordo com Bakhtin (2016, p.15), passa pelo viés estilístico de quem o escreve, mas, mais precisamente, do próprio gênero do discurso. Com a notícia, gênero que pode ser classificado como secundário na teoria bakhtiniana, não é diferente. Além de surgir “nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado (predominantemente o escrito)”, os gêneros secundários expandiram-se de gêneros primários, “que se formaram nas condições da comunicação discursiva imediata” (BAKHTIN, 2016, p.15). Portanto, suas características não apareceram do nada, ou simplesmente a partir de uma percepção pessoal na constituição do discurso. Mas de uma complexa cadeia que envolve a evolução da funcionalidade, caracterização e reinvenção de novos gêneros.

Ainda no aspecto de escolha de gênero, Irene Machado (2017, p. 157), analisando a obra de Bakhtin, observa: “A intenção do autor se realiza em função de uma escolha efetuada dentre as formas estáveis dos enunciados”. Assim acontece, portanto, na escolha entre os gêneros informativos: não há escolha aleatória, mas depende da intenção.

A notícia é um termo muito utilizado no nosso dia-a-dia, como sinônimo de algo novo. No entanto, o linguista Teun van Dijk, em sua obra “La noticia como discurso” (1990), lembra que a notícia é um gênero textual muito utilizado entre os meios de comunicação de massa.

Segundo o linguista, “as classificações dos eventos jornalísticos permitem que os repórteres atribuam determinados valores a esses eventos, enquanto ao mesmo tempo lhes dá sua variação” (DIJK, 1990, p. 23). Desse modo, os meios de comunicação se pautam de notícias e dão as suas versões de modo que, para eles, terão a atenção de seus leitores/ouvintes/expectadores. Van Dijk (1990, p.23) complementa: “O movimento feminista é usado como uma importante ilustração de como a produção de notícias reconstrói eventos sociais”.

Enquanto exemplo de gênero textual e que não deve misturar fatos de opiniões, o pesquisador explica:

“Embora muitos produtores de notícias compartilhem da visão ideológica de que fato e opinião não devem ser misturados, esta última categoria de comentários aparece com frequência nas notícias, embora às vezes indiretamente. A categoria de comentários consiste em duas subcategorias principais: avaliação e expectativas. A avaliação caracteriza as opiniões avaliativas dos eventos informativos atuais; a categoria de expectativas formula as consequências políticas ou outras consequências dos eventos dos eventos atuais da situação. Pode, por exemplo, prever eventos futuros” (DIJK, 1990, p. 87)

Portanto, para Teun van Dijk, as notícias podem não trazer a opinião de seus produtores de forma expressa, mas a forma como o evento é tratado, bem como o fato de aquele evento se tornar “assunto” a ser veiculado na imprensa, já dá o tom de opinião.

Os textos produzidos pela imprensa para os *sites* de informação são formas adaptadas daqueles para os quais, tradicionalmente, foram criados: jornais impressos, TV ou Rádio. A internet, de um modo geral, provocou esse tipo de “adaptação” para os jornalistas.

Ferrari (2004, p. 40) comenta que há um movimento de digitalização das matérias e isso torna mais fácil o processo de alimentação desses portais de informação: “Para companhias com origem na empresa jornalística, fica bem mais fácil transportar o conteúdo para a Web, já que todas as etapas percorridas pela notícia até o final – quando é publicada – são conhecidas pelos jornalistas”.

Com isso, ainda é possível perceber e atribuir o aspecto autoria dos textos que são veiculados no webjornalismo. Ou seja, não se trata de publicações em *sites* de origem desconhecida por parte dos leitores, agregando mais credibilidade ao que se divulga.

Quanto ao conceito, Prado (2011, p. 31) considera o webjornalismo como “aquele que publica notícias em tempo real”. Desse modo, o conteúdo ganhou um aspecto ainda mais imprescindível, em que quanto mais se tem a oferecer para a leitura, melhor. Ferrari (2004, p. 39) atribui essa necessidade de produção conteudística à procura: “[...] é em busca de conteúdo – mais até mesmo que de serviços – que as pessoas acessam a maioria dos *sites*”.

Mais amplo que os *sites*, os *portais* cresceram e se firmaram por agregar conteúdos de diversas áreas num único espaço. No Brasil, eles são utilizados, basicamente, pelos grandes conglomerados da multimídia, para reunir informação, entretenimento e prestação de serviço. Ferrari (2004, p.30) explica: “Os *portais* tentam atrair e manter a atenção do internauta ao apresentar, na página inicial, chamadas para conteúdos díspares, de várias áreas e de várias origens.”

Dessa forma, num mesmo espaço, são utilizados conteúdos jornalísticos, conteúdos de entretenimento, prestação de serviços, entre outros. No entanto, a autora chama a atenção para o fato de que a rede mundial de computadores é um grande agregador de pessoas, conectadas ao mesmo tempo, com isso, os *sites* também conquistaram o status de mídia de massa. Há catorze anos, Ferrari (2004, p.37) afirmou:

Graças à Internet, tudo indica que a mídia de massa do século XXI será muito diferente da atual – seja pela personalização do conteúdo, pela interatividade ou pelo dinamismo do noticiário. Com milhões de usuários simultâneos, os portais são o melhor indício de como será essa nova mídia.

Concepção que já indicava como acontece nos dias atuais, onde a internet, com seus usuários conectados o dia todo, especialmente pelas redes sociais, provocou a convergência/integração de mídias (áudio, vídeos, imagens, animação, textos), que adapta os conteúdos para cada formato. Neste universo, os cliques e acessos dos usuários, bem como os comentários e compartilhamentos feitos nas suas redes sociais, indicam a aceitação/negação e quais conteúdos são mais visitados/acessados.

Como teorizou Marcuschi (2008, p. 174) a respeito da influência do suporte quanto à produção discursiva, no caso específico das notícias para o webjornalismo, nota-se como a produção ganhou um aspecto além do jornalismo convencional. O aspecto informacional, próprio do gênero, rendeu-se ao aspecto de que a fidelização do internauta, em que a pergunta ‘o que o agrada?’ é uma constante na produção.

Um outro aspecto relevante na produção da notícia é a multiplicidade de vozes (polifonia) enquanto estratégia discursiva adotada pelo autor-criador (o jornalista), e que se revela também pela escolha lexicográfica adotada. Mas, segundo Bakhtin, tal escolha se dá porque são próprias de cada gênero e mais ainda, por questões contextuais individuais:

As palavras da língua não são de ninguém, mas ao mesmo tempo nós as ouvimos apenas em certos enunciados individuais, nós os lemos em determinadas obras individuais, a aí, as palavras já não têm expressão apenas típica, porém expressão individual externada com maior ou menor nitidez (em função do gênero), determinada pelo contexto singularmente individual do enunciado. (BAKHTIN, 2016, p. 53)

Assim como, tal escolha se dá pela interação com a voz do outro,

Nosso discurso, isto é, todos os nossos enunciados (inclusive as obras criadas) é pleno de palavras dos outros, de um grau vário de alteridade ou de assimilabilidade, de um grau vário de aperceptibilidade e de relevância. Essas palavras dos outros

trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo que assimilamos, reelaboramos e reacentuamos. (BAKHTIN, 2016, p.54)

Essa alternância de sujeitos e de vozes, demonstra, portanto, que além dessa dialogicidade presente no gênero em questão, é possível perceber que a notícia também apresenta um discurso polifônico. Ou seja, são discursos com vozes marcadas ou não, delimitadas via “dixis” ou não, que remetem a outras vozes e que apresentam certa tensão ideológica. Logo, como vimos, o enunciado é constituído por diversas vozes apresentadas de forma direta ou indireta, eliminando qualquer aspecto uníssono dele.

#### **2. 4. 3. Texto: as categorias de análise na constituição discursiva**

Para a ACD, “os termos discurso e texto são conceituados de forma diferente” (MAGALHÃES, MARTINS e RESENDE, 2017, p. 24). Como foi abordado anteriormente, o conceito de discurso defendido aqui é compreendido enquanto prática social. Quanto ao texto, Koch (2002, p. 19) destaca a ‘textualidade’, enquanto tessitura, e as relações semânticas que ele pode estabelecer, “revelando uma conexão entre intenções, as ideias e as unidades linguísticas que o compõem, por meio do encadeamento de enunciados dentro do quadro estabelecido pela enunciação”. Para os linguistas Izabel Magalhães, André Martins e Viviane Resende (2017, p. 23), o texto pode ser definido como a materialidade discursiva “dos eventos, decorrentes das práticas sociais, o que inclui a fala, a escrita, a imagem”.

Desse modo, as notícias publicadas no webjornalismo são o discurso da mídia a respeito do evento estupro coletivo que se apresenta como uma forma concreta em forma de texto, com intenções marcadas. Quanto a essa materialidade discursiva, Marcuschi (2008, p.71) conceitua de forma única de “material linguístico observável”. No entanto, a produção textual não se dá de forma isolada, mas enquanto “entidade significativa”, “entidade de comunicação” e “artefato socio histórico” (MARCUSCHI, 2008, p.72).

Nessa perspectiva, Resende e Ramalho (2004, p. 189) destacam que “a análise da prática social se dá pelo *texto*. É através dele que se exploram as estruturas de dominação, as operações de ideologia e as relações sociais”. Fairclough (2003, apud MAGALHÃES, MARTINS e RESENDE, 2017, p. 24) sobre os textos:

Os textos como elementos dos eventos sociais [...] causam efeitos – isto é, eles causam mudanças. Mais imediatamente, os textos causam efeitos – isto é, eles causam mudanças em nosso conhecimento (podemos aprender coisas com eles), em nossas crenças, em nossas atitudes, em nossos valores, e assim por diante.

Ou seja, além de aspectos linguísticos da linguagem utilizada no texto, é possível compreender a organização social do discurso e como se dá a ‘descrição’ da prática social.

A notícia enquanto texto, também pode ser analisada sob o viés estilístico, bem como os seus aspectos constitutivos enquanto gênero textual. Bakhtin (2016, p.29) afirma que “o enunciado não é uma unidade convencional, mas uma unidade real, delimitada com precisão pela alternância dos sujeitos do discurso e que termina com a transmissão da palavra ao outro”. A notícia, na sua constituição, apresenta essa característica dialógica, onde há essa “alternância dos sujeitos do discurso”.

Outra marca da notícia é o aspecto axiológico próprio desse gênero. Bem verdade que isso vai além da imparcialidade e informatividade que deveriam ser as únicas características linguísticas da notícia. No entanto, as vozes sociais presentes no gênero, seja para legitimar esta ou aquela “informação”, dá um tom axiológico ao texto. Ou seja, a notícia ganha mais um *status* de versão de um fato, do que a notícia de um fato. Tal percepção, sem dúvida, ganha uma discussão mais aprofundada, que vai além do que é proposto neste trabalho: identificar as vozes presentes no discurso midiático na cobertura do evento estupro coletivo e verificar se esse discurso reflete ou refrata a realidade.

Nessa percepção, Volóchinov (2017), um dos integrantes do círculo bakhtiniano, direciona a um aspecto ideológico presente nesse processo que influencia na reflexão ou na refração da realidade, percebida na análise textual. Para o seguidor de Bakhtin,

[...] qualquer produto ideológico é não apenas uma parte da realidade natural e social – seja ele um corpo físico, um instrumento de produção ou um produto de consumo – mas também, ao contrário desses fenômenos, reflete e refrata outra realidade. (VOLÓCHINOV, 2017, p.91)

Diante disso, é possível analisar o discurso presente na notícia veiculada no jornalismo digital, enquanto função social, como um gênero que reflete a realidade. Mas, também, enquanto produto midiático, em que as palavras apresentam “inúmeros fios ideológicos que penetram todas as áreas da comunicação social” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 106), é possível identificar a refração da realidade.

### 2.4.3.1 Categorias de análise

Analisar a constituição textual exige que o analista do discurso verifique cada elemento interno ou externo ao enunciado. Mikhail Bakhtin chama de enunciado, o emprego da língua. Para compreendê-lo, faz-se necessário avaliar o conteúdo (temático), bem como o estilo. Ambos podem ser analisados pela “seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional” (BAKHTIN, 2016, p. 12)

A análise textual proposta por Fairclough (2016, p. 107) pode ser considerada nas categorias: *vocabulário*, *gramática*, *coesão* e *estrutura textual*. E “esses itens podem ser imaginados em escala ascendente”. Ou seja, parte-se do que poderia ser considerada a menor parte de um texto, como o vocabulário e suas relações intratextuais, até se chegar à visão macro, na análise de estrutura geral do texto.

O estudo do *vocabulário* se refere às palavras e expressões utilizadas, e quais significados tais escolhas implicarão na constituição do texto. Para tanto, a análise vocabular não se dá de forma isolada. Fairclough chama a atenção para o contexto de interação e os diversos sentidos que os vocabulários adquirem em uso. O autor afirma que utilizar os termos ‘lexicalização’ e ‘significação’ demonstram um sentido mais amplo que o próprio termo vocabulário. Esses termos “captam isso melhor do que ‘vocabulário’, porque implicam processos de lexicalização (significação) do mundo, que ocorrem diferentemente em tempos e épocas diferentes e para grupos de pessoas diferentes” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 109).

Um desdobramento dessa percepção é a análise em três focos: o primeiro, na perspectiva da ‘relexicalização’ dos domínios como estratégia discursiva; o segundo foco recai quanto ao sentido da palavra e suas escolhas; por fim, o último foco trata da metáfora. Tais aspectos reforçam a concepção de análise textual contextualizada. Bessa e Sato (2018, p. 146) reforçam: “[...] analisar itens lexicais utilizados em quaisquer *corpora* para discutir os significados das palavras será feito sempre na correlação textual – o emprego de determinadas palavras em determinados contextos”.

Um outro aspecto importante neste item é a metáfora. Dentro da perspectiva da ACD, Pedrosa (2017, p.09) chama a atenção para dois pontos: primeiro, o efeito que o uso das metáforas pode atribuir ao texto, direcionando o entendimento do leitor/interlocutor; segundo, para a naturalização que há no uso de tal recurso: “As metáforas estão naturalizadas de tal forma nas culturas, que se torna difícil identificá-las ou, mesmo, escapar delas.” Fairclough (2016, p. 250) também defende o uso das metáforas não meramente como “adornos

estilísticos superficiais do discurso”. Para o linguista, a seleção das metáforas indica o sentido pretendido na criação textual. Além disso, elas podem ser associadas ao processo de lexicalização.

O item *gramática* relaciona-se à estrutura da oração. A construção textual requer a escolha dos tipos de orações que integrarão o texto. Essa escolha indica quais sentidos e significados estão sendo construídos. Para Fairclough (2016, p.108), “toda oração é multifuncional e, assim toda oração é uma combinação de significados ideacionais, interpessoais (identitários e relacionais) e textuais (...)”. Ou seja, as escolhas oracionais implicam na construção discursiva, fazendo com que se compreenda as construções sociais estabelecidas: identidades, relações, bem como conhecimento e crença.

A transitividade é um aspecto constitutivo das orações que também pode indicar fatores socio culturais e ideológicos. O uso de voz passiva ou ativa é um exemplo de construção oracional com forte indício de escolha ideacional. Entre os gêneros textuais, a notícia é um exemplo de estrutura textual que, recorrentemente, opta por orações passivas ou ativas, de acordo com a intenção. Fairclough (2016, p. 232) chama essas orações de “ação dirigida” ou “ação não dirigida”. Sobre essa escolha sintática, Pedrosa (2017, p. 09) afirma que “seu uso permite a omissão do agente por ser irrelevante, por ser evidente por si mesmo ou por ser desconhecido, mas, também, a omissão pode ter razões políticas ou ideológicas, a fim de ofuscar o agente, a causalidade a responsabilidade”.

A escolha temática também é observada na estrutura gramatical do texto. Compreendida como a parte inicial de uma frase, o tema é a ‘informação dada’. A parte final é nomeada, quase sempre, como o ‘rema’. Segundo Fairclough, o tema é o ponto de partida, numa oração, de quem produz um texto. Ele completa: “(..) geralmente corresponde ao que pode ser considerado (o que não significa que realmente seja) ‘informação dada’, isto é, informação já conhecida ou estabelecida para os produtores e intérpretes do texto” (FAIRCLOUGH 2016, p. 236). Observar como a oração é estruturada, no quesito informacional, para o teórico, dá indícios de estratégias e pressupostos, muitas vezes, implícitos nas orações. Nessa perspectiva teórica, sobre ‘tema’ e ‘rema’, Koch (2002, p.21) complementa: “Tanto uma como outra têm natureza claramente enunciativa e discursiva, já que permitem evidenciar as intenções do falante e constituir sequências de sentido preciso e adequado às necessidades de comunicação”.

Analisar o texto sob a ótica gramatical também é atentar para a presença de modalizadores. Para compreender sua função dos modalizadores, Koch (2002) destaca a

presença dos modalizadores como aspecto caracterizador do discurso. Para a autora, “(...) consideram-se **modalizadores** todos os elementos linguísticos diretamente ligados ao evento de produção do enunciado e que funcionam como indicadores das intenções, sentimentos e atitudes do locutor com relação ao seu discurso” (KOCH, 2002, p. 136. **Grifo feito pela autora**).

Um desses elementos analisados nesta dissertação são as orações modalizadoras, bem como os termos ou expressões que as integram, como verbos, advérbios e adjetivos. Na perspectiva discursiva, Maingueneau (2013, p. 180) destaca a presença de modalizadores enquanto estratégia discursiva. Para ele, o enunciador se utiliza desse artifício para “*comentar sua própria fala*”. O analista do discurso acrescenta: “os modalizadores têm outras funções, além de remeter ao discurso de outra pessoa: *talvez, manifestante, provavelmente, felizmente, parece, de alguma forma...* são também modalizadores.” (**Grifos feitos pelo autor**)

No âmbito da análise das modalidades do discurso, Koch (2002, p. 85) também relaciona as três principais modalidades e os três grandes tipos de frases: deônticas (frases imperativas); epistêmicas (frases interrogativas) e aléticas (frases assertivas). Entretanto, a linguista ressalta a importância de que, na produção textual, o locutor deixa clara a sua intenção e atitude “(...) por meio dos diversos modos de lexicalização que a língua oferece (operadores modais)”.

Esses modos de lexicalização podem ser elencados em: performativos explícitos; auxiliares modais (poder, dever, querer, precisar, etc.); predicados cristalizados (é certo, é preciso, é necessário, é provável, etc.); advérbios modalizadores (provavelmente, possivelmente, et.); formas verbais perifrásticas (dever poder, etc.); modos e tempos verbais; verbos de atitude proposicional (eu creio, eu duvido, eu acho, etc.); entonação; e operadores argumentativos. (KOCH, 2002, p.85)

A *Coesão* também influencia na análise textual. A linguista Koch (2008, p. 45) conceitua a coesão enquanto recurso linguístico na produção textual, mas como um elemento articulador de sentidos. Segundo a autora, a coesão pode ser conceituada: “[...] como o fenômeno que diz respeito ao modo como os elementos linguísticos presentes na superfície textual se encontram interligados entre si, por meio de recursos também linguísticos, formando sequências veiculadoras de sentidos”.

Norman Fairclough (2016, p. 229) também enfatiza tal aspecto: “os marcadores coesivos têm de ser interpretados pelos intérpretes de textos como parte do processo de construção de leituras coerentes dos textos; a coesão é um fator na coerência”. Esses marcadores também são usados em decorrência da estratégia argumentativa. Para Pedrosa

(2017, p.10) “a coesão pode tornar-se um modo significativo de trabalho ideológico que ocorre em um texto”.

Segundo a linguista Ingedore Koch (2008) a coerência não está no texto, mas é construída a partir dele, especialmente, na sua estreita relação com os elementos coesivos:

Para que se estabeleçam as relações adequadas entre tais elementos e o conhecimento de mundo (enciclopédico), o conhecimento socioculturalmente partilhado entre os interlocutores, e as práticas sociais postas em ação no curso da interação, torna-se necessário, na grande maioria dos casos, proceder a um cálculo, recorrendo-se a estratégias interpretativas, como as inferências e outras estratégias de negociação de sentido. (KOCH, 2008, p.53)

Por fim, a *Estrutura textual* é a quarta e última categoria elencada por Fairclough, dentro do Modelo Tridimensional do Discurso. Segundo o teórico, a estrutura também é associação à ‘arquitetura’ textual, numa visão macro, que está mais ligada ao aspecto convencional da estratégia discursiva. “Tais convenções de estruturação podem ampliar a percepção dos sistemas de conhecimento e crença e dos pressupostos sobre as relações sociais e as identidades sociais que estão embutidos nas convenções dos tipos de texto” (FAIRCLOUGH 2016, p. 111).

A polidez é um exemplo de convenção que pode ser encontrada nas notícias analisadas nesta dissertação. Segundo Fairclough (2016, p. 212), “(...) investigar as convenções de polidez de um dado gênero ou tipo de discurso é um modo de obter percepção das relações sociais dentro das práticas e dos domínios institucionais, aos quais esse gênero está associado”. Neste trabalho, serão observados, especificamente, para os questionamentos utilizados para a vítima de estupro, bem como quais vozes são ouvidas no processo de elaboração das matérias.

O *ethos* trata da construção do eu no discurso. Maingueneau (2013, p. 107) salienta que “por meio da enunciação, revela-se a personalidade do enunciador”. No entanto, na discussão travada neste trabalho, o *ethos* considerado é quanto à identidade social construída da menina do Rio, que sofreu o estupro coletivo. Norman Fairclough (2016, p.216) enfatiza:

(...) o *ethos* pode ser considerado como parte de um processo mais amplo de ‘modelagem’ em que o lugar e o tempo de uma interação e seu conjunto de participantes, bem como o *ethos* dos participantes, são constituídos pela projeção de ligações em determinadas direções intertextuais de preferências a outras.

Nessa perspectiva, o autor conclui que todos os aspectos constitutivos da análise textual corroboram, diretamente ou indiretamente, para a construção do ‘eu’. Desse modo, ele complementa:

Quando se enfatiza a construção (do 'eu'), a função da identidade da linguagem começa a assumir grande importância, porque as formas pelas quais as sociedades categorizam e constroem identidades para seus membros são um aspecto fundamental do modo como elas funcionam, como as relações de poder são impostas e exercidas, como as sociedades são reproduzidas e modificadas. (FAIRCLOUGH, 2016, p. 218)

Eis o grande desafio numa análise de discurso que tenta identificar a mudança social: observar essas relações de poder no controle social, na dimensão discursiva, atentando para as formas de reprodução e modificação social.

### **3 CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PERCORRIDOS PARA COMPREENDER O PROCESSO DE PRODUÇÃO DISCURSIVA**

Neste capítulo serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados nesta dissertação. Além de mostrar os caminhos percorridos, e como se deram as dificuldades encontradas, serão descritos os contornos teórico-metodológicos que foram feitos e refeitos durante todo o caminho até chegar aqui. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, com um recorte temporal (transversal), a análise é composta por um *corpus* de textos selecionados veiculados no webjornalismo (jornalismo digital). Como ocorreu a seleção desse corpus também será explicitada abaixo.

A opção pelo arcabouço teórico da Análise Crítica do Discurso é um ponto que será discutido também. No entanto, é importante deixar claro que, em virtude de sua proposta que dialoga com outras ciências sociais, a ACD abre caminho para trabalhos com temáticas, como a abordada aqui, contribuindo para se encontrar as respostas levantadas e, assim, suscitar novos questionamentos.

#### **3.1 Caminhos percorridos em busca de respostas**

Esta pesquisa nasceu de uma inquietação a respeito da construção discursiva em torno de uma temática que envolve violência. Especificamente, violência contra a mulher. Tratar de um assunto como este, como entre outros, requer que o envolvimento do pesquisador seja o mínimo possível. No entanto, quando o pesquisador se trata, na verdade, de uma pesquisadora, parece difícil que não haja certa identificação e envolvimento. Além disso, a cobertura jornalística de temas desse porte, pode inquietar qualquer pesquisador, enquanto consumidor e leitor da mídia jornalística.

Como já foi explanado, a violência de gênero não se limita apenas à física, como também, existem diversas formas de se fazer com que a mulher seja violentada diariamente. Inclusive, pela forma como ela é educada, seja no âmbito familiar ou social. Assim, o envolvimento, ou melhor, os questionamentos suscitados, acabam passando por viés pessoais. Ainda mais, quando a prática social com a qual a pesquisadora se envolve, passa pela atuação enquanto jornalista, como professora de língua portuguesa. O que aproxima ainda mais ao objeto de estudo.

Tal envolvimento pessoal com a pesquisa, porém, também pode ter seu ganho. O doutor em filosofia Augusto Nivaldo Triviños (1987, p. 15) lembra que a indisciplina entre os

pesquisadores é definida como uma “uma ausência de coerência entre os suportes teóricos que, presumivelmente, nos orientam e a prática social que realizamos”. Ele acrescenta ainda a falta de disciplina também impede que o pesquisador faça a distinção verdadeira da natureza dos problemas. E assim, segundo o autor, “é possível que consideremos ‘problemas essenciais’ simples ‘questões secundárias’ e percamos nossos esforços inutilmente, atacando assuntos superficiais” (TRIVIÑOS, 1987, p. 16).

Para não perder a oportunidade de realizar um trabalho disciplinado, parafraseando Triviños (1987, p. 16), é necessário a consciência dos problemas a serem enfrentados, separando-os em essenciais ou secundários. Além disso, o autor também destaca o papel da filosofia na constituição da pesquisa. Para o autor, “a Filosofia permite-nos atingir um quadro de referências que nos obriga a tomar determinadas decisões, e a olhar com clareza a busca e a criação de verdades” (TRIVIÑOS, 1987, p. 17).

Partindo dessa perspectiva, esta pesquisa, enfrentou algumas dificuldades quanto ao propósito que dispôs a realizar: analisar o discurso da mídia digital na cobertura do evento estupro coletivo no Rio de Janeiro, atentando para o aspecto de culpabilização da vítima. Para responder a tais perguntas, a escolha teórica-metodológica abriu caminhos importantes para clarear as ideias e ajudar a entender e delimitar, principalmente, o *corpus* – principal dificuldade em virtude do amplo volume de *webnotícias* na cobertura do caso.

### **3. 2. A ACD e a pesquisa qualitativa**

Considerando esta pesquisa, com uma abordagem social, a escolha pela metodologia qualitativa, analítica e transversal, tem uma fundamentação na perspectiva de que as sociedades evoluem e se transformam. O contexto socio histórico é um fator determinante para se compreender a forma como os discursos são produzidos e disseminados. Mas sem desconsiderar as influências internas e externas a esse momento de produção discursiva.

O centro das questões suscitadas neste trabalho, se baseiam em aspectos históricos, culturais, e, mais ainda, em dados estatísticos. Esta dissertação vem, de certo modo, buscar respostas que confirmam tais aspectos, tendo como suporte teórico a ACD.

Autores como Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 30) afirmam que “na pesquisa qualitativa é possível examinar uma grande variedade de aspectos do processo social, (...) as instituições, os discursos e as relações sociais, e os significados que produzem”. Nesse campo de pesquisas qualitativas foi feita opção pela Análise Crítica do Discurso (ACD) como principal linha teórica e metodológica adotada neste trabalho. Com esse propósito, destacou-

se o modelo tridimensional (texto, prática discursiva e prática social), haja vista que na perspectiva de Norman Fairclough (2016) há uma contribuição significativa das relações sociais que constituem a materialidade do texto. Segundo o autor,

projetos de pesquisa em análise de discurso são, portanto, mais sensivelmente definidos, primeiro em termos de questões sobre formas particulares de prática social e suas relações com a estrutura social; diante do enfoque que tenho adotado, em termos de aspectos particulares de mudança social ou cultural. (FAIRCLOUGH, 2016, p. 288).

Portanto, este trabalho não faz apenas a análise linguística dos discursos. O foco maior está nos desdobramentos sociais e ideológicos sobre os quais os discursos são produzidos e reproduzidos. Para avaliar, portanto, os aspectos sociais e como foram construídos os discursos, foi feito um recorte temporal, com relatos do estupro coletivo, bem como os desdobramentos do evento, como denúncia, apurações feitas pela polícia, entrevistas com a vítima e a repercussão social que o fato ganhou, especificamente no momento em que o delegado responsável pelo caso, em entrevista coletiva, afirma ter dúvidas se, de fato, houve crime. Assim, ainda será adotada a pesquisa transversal, atentando para a forma como se deu o discurso no decorrer desse tempo.

### **3.3. Corpus**

Os textos analisados se dividem, a priori, em ataques à vítima de estupro coletivo, que foram considerados como refração, e em defesas à vítima, entendidos como reflexo. Tal percepção foi adotada em decorrência do entendimento de que a vítima sofreu a violência. O *corpus* é formado de textos produzidos e veiculados na imprensa *online*, no chamado webjornalismo sobre os eventos de violência sexual contra uma adolescente na Favela São José Operário, no Rio de Janeiro, ocorrido em maio de 2016. Segundo Benetti (2008, p. 107), o jornalismo “é um lugar de circulação e produção de sentidos”, com isso, não se pode negar que é possível perceber os textos jornalísticos sobre um fato como uma forma de entendimento de formação e prática social.

As respectivas notícias foram pesquisadas nos *sites* de jornalismo digital. A internet tem uma função fundamental, não apenas na veiculação de notícias, mas também na divulgação de programas e no processo de interação social. Manuel Castells (2017, p.199), na sua obra *Redes de Indignação e Esperança*, destaca a importância dessa ferramenta como forma de interação social. Está escrito o seguinte: “Em nossa sociedade, a forma fundamental

de comunicação horizontal em grande escala baseia-se na internet e nas redes sem fio”. Adiante, o autor ressalta esse papel no processo de ocupação do espaço urbano e como forma de organização social. Além disso, segundo o mesmo autor, “as redes de comunicação digital são um componente indispensável na prática e na organização desses movimentos tal como existe” (CASTELLS, 2017, p. 199). Tal aspecto interessa a este trabalho porque alguns *sites* onde foram coletados o *corpus* se dizem representantes de instituições independentes que não compartilham das mesmas perspectivas mercadológicas que os grandes conglomerados da informação no Brasil.

Por sua vez, Adghirni e Moraes (2008, p 239) afirmam que “a leitura de um *site*, portanto, pode ser feita em dois tempos, ou em duas camadas. A inerente e a subjacente. Uma leitura de superfície e uma de imersão”. Diante disso, ao fazer o levantamento do *corpus*, a autora da dissertação percebeu que muitas notícias relacionadas ao objeto do estudo, o discurso sobre um episódio de violência sexual contra uma adolescente no Rio de Janeiro, ora apareciam superficiais, sem muitas informações, com o intuito de fidelizar o leitor ao seu *site*, com manchetes sensacionalistas; ora traziam assuntos relevantes sobre o processo de investigação e seus desdobramentos sociais.

Com isso, a análise preliminar que deu origem ao projeto de pesquisa identificou cerca de 150 notícias veiculadas no webjornalismo, relacionadas apenas a este tema. A pesquisa foi feita com as palavras chaves lançadas nos *sites* de busca (estupro coletivo, menor, rio de janeiro, 2016). Tal volume se dá porque o acontecimento comoveu milhões de pessoas em todo o país, além de envolver diversas entidades nacionais e internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), provocando uma constante atualização de informação das páginas de notícia.

Nesse aspecto, Fidélis (1986) ressalta que a imprensa, de um modo geral, dá destaque a temas relacionados à violência porque é o que é consumido pelos leitores. As manchetes, segundo o autor, é o principal elemento. “O importante é o título sensacional, para criar o choque” (FIDÉLIS 1986, p.38).

Outro fator preponderante para o excesso de matérias sobre este assunto na mídia é a necessidade constante de alimentar com conteúdos os sites de notícia. A internet trouxe essa celeridade que o jornalismo tradicional já tinha, com o rádio, por exemplo, mas que ganhou aspectos mais complexos que vão além dos textos. Segundo Adghirni e Moraes (2008, p.241),

O jornalismo na internet, por sua história recente, busca sua identidade discursiva e midiática. Isso porque a rede tem características comunicacionais que lhe são

particulares (as características comunicacionais do meio – hipertextualidade, interatividade, multimodalidade e temporalidade – são entendidas como “capacidades” que a rede oferece ao jornalismo *online*...)

Ou seja, mesmo trazendo das tradicionais redações os textos já prontos, o webjornalismo necessita ter sua identidade própria, com linguagem que atraia o leitor, com temas que possam ser compartilhados pelas redes sociais e com características que perpassem a leitura estática, principal aspecto que a internet oferece e que é explorado pelos *sites*.

Adghirni e Moraes (2008) também destacam um outro aspecto importante para o webjornalismo: a mídia da memória. Parafraseando o pesquisador francês Bruno Patino, os autores lembram que

a internet não é apenas a mídia da instantaneidade mas é também a mídia da memória. Ele (Patino) salienta que os *sites* são consultados de maneira crescente para efetuar a recuperação de notícias que não acompanhamos. A possibilidade de se consultar arquivos recapitulados, cronologias, biografias, etc. hoje possíveis graças ao espaço infinito disponibilizado pela rede, significa a ausência de limites físicos (paginação na mídia impressa, tempo cronometrado no rádio e televisão) e ressalta uma outra característica da mídia internet: a apresentação de matérias de uma dupla temporalidade: instantânea e recapitulativa (fluxo e indexação). (ADGHIRNI e MORAES, 2008, p. 240).

Diante disso, é possível elencar essa justificativa como sendo um outro fator que, sem dúvida, agrega valor ao webjornalismo e que o torna um grande celeiro com um grande volume de notícias. Se a instantaneidade é algo que é explorado no momento de divulgação de notícias, sem dúvida, a possibilidade de *linkar* textos, deixando o leitor atualizado constantemente sobre tudo o que sai a respeito de determinado assunto, também é outro aliado. No caso deste estudo, notou-se a presença constante de títulos de notícias que mudavam de nome, com textos idênticos. A novidade, as vezes irrelevante, aparecia de forma sucinta e sem muitas explicações nas primeiras linhas do texto.

No entanto, como o propósito deste estudo é analisar o discurso do webjornalismo sobre um evento de violência sexual contra uma adolescente ocorrido no Rio de Janeiro em 2016, utilizando a Análise Crítica do Discurso, mais especificamente, investigar as estratégias ideológicas nos textos midiáticos analisados, como forma de culpabilizar ou defender a vítima, optou-se por selecionar as matérias que trazem o embate entre o discurso midiático e o discurso do titular da Delegacia de Repressão de Crimes de Informática do Rio de Janeiro, entre os dias 28 e 31 de maio de 2016, que culminou com o movimento de troca de delegado durante o processo de investigação do crime de estupro contra a adolescente. A temática

envolve a discussão de ser adolescente a vítima ou não do caso de estupro coletivo. Assim, o *corpus* foi reduzido a um número de pouco mais de 50 matérias.

Ainda em relação ao texto, Bakhtin (2016, p. 71) defende que “o texto é a realidade imediata (realidade do pensamento e das vivências)... onde não há texto não há objeto de pesquisa”. Benetti (2008, p. 111) também afirma que “é preciso visualizar a estrutura do texto, compreendendo que a estrutura vem ‘de fora’: o texto é decorrência de um movimento de forças que lhe é exterior e anterior”.

Considerando, portanto, essa amplitude de vozes que permeiam os discursos, evidenciados em tantas matérias sobre um evento específico dentro da cobertura do estupro coletivo, percebeu-se que, muitas vezes as vozes eram apenas replicadas ou repetidas, seja de um website para outro, seja de texto para outro. Isso demonstrou que esse número poderia ser reduzido. Adghirni e Moraes (2008), ao citar Bauer et al. (2002) explicam que a arbitrariedade no momento da seleção do *corpus* é inevitável, mas é possível fazer esse recorte de acordo com a necessidade do trabalho.

no delineamento do *corpus* em sistemas abertos, as funções do texto são organizadas a partir do que parecem ser fundamentos intuitivos. A fim de remediar tal problema, os autores (Bauer et al.) sugerem o delineamento por meio de um processo cíclico, com a construção de *corpora* sucessivos com um enfoque particular. Ao término desse processo, os textos-símbolo selecionados são assinalados. Isso não mudará a arbitrariedade inevitável na seleção, mas tornará mais transparente. (ADGHIRNI e MORAES, 2008, p. 244)

Para isso, foram adotadas algumas estratégias de pesquisa, em que, além de selecionar os textos de webjornalismo enfocando o caso do estupro coletivo, foi feita uma leitura exaustiva dos textos, apreendendo os temas principais. Adghirni e Moraes (2008, p. 243), acrescentam ainda que “a análise de dados, baseada no método qualitativo, implica leitura, descrição e interpretação crítica ao material coletado”. Considerando, dessa forma, a atuação da ACD na análise de *corpus* de pesquisa, mais especificamente, na análise de textos, observando a prática social refletida dentro dos textos, bem como a inspiração que eles provocam, considerando o contexto social, a análise permitiu uma compreensão ampla do problema levantado nesta pesquisa e apontou algumas possíveis respostas para as questões aqui suscitadas.

Nessa perspectiva, partindo da leitura e delineamento da pesquisa, o *corpus* selecionado para análise nesta dissertação ficou no total de 15 matérias, coletadas basicamente da internet, nos *sites* de notícia: G1.Globo.com; Veja.abril.com.br; Bbc.com; R7.com;

Extra.globo.com; Odia.ig.com.br; Brasil.elpais.com; Catracalivre.com.br; Midiamax.com.br.  
Conforme o quadro (01) abaixo:

### QUADRO 01: *CORPUS* DA PESQUISA

	<b>Site de notícia:</b>	<b>Título da matéria:</b>
1.	Bbc.com	Delegado diz não saber se houve estupro e causa polêmica: O que diz a lei
2.	Veja.abril.com.br	Ex-chefe da Polícia Civil do Rio critica delegado à frente de caso de estupro
3.	G1.globo.com	‘O próprio delegado me culpou’, diz menor que sofreu estupro no Rio
4.	R7.com	Estupro no Rio: adolescente entra para programa de proteção e advogada anuncia saída do caso
5.	Extra.globo.com	Criminalistas criticam tratamento de vítima de estupro coletivo como suspeita
6.	Bbc.com	Polícia afasta delegado que disse não saber se houve estupro coletivo
7.	Odia.ig.com.br	Delegado é afastado do caso de estupro coletivo e DCAV assume investigações
8.	R7.com	Polícia Civil transfere investigação de estupro coletivo para Delegacia da Criança e Adolescente
9.	G1.globo.com	Após críticas, coordenação de caso de estupro no Rio muda de delegacia
10.	Brasil.elpais.com	Investigação de estupro coletivo no Rio passa às mãos de uma delegada após pressão
11.	Brasil.elpais.com	Nova delegada do Rio garante: está provado o estupro coletivo da jovem de 16 anos
12.	Catracalivre.com.br	Em conversa no WhatsApp, delegado desqualifica vítima de estupro coletivo no RJ
13.	Midiamax.com.br	No whatsapp, delegado desqualifica vítima de estupro coletivo: ‘teve relação consentida’
14.	R7.com	Vídeo prova estupro coletivo, diz delegada que investiga

		violência contra adolescente no Rio
15.	G1.globo.com	‘Minha convicção é que houve estupro’, diz delegada da DCAV

Os sites: g1.globo.com; veja.abril.com.br; bbc.com; r7.com; extra.globo.com; brasil.elpais.com; e odia.ig.com.br são vinculados a sites que já ocupam espaço no meio midiático, nas versões impressas, no Brasil e no exterior (como a BBC e ElPaís). Já o midiamax.com.br fez o caminho inverso: primeiro apareceu na plataforma *online*, depois migrou para a distribuição gratuita impressa. O *site* catracalivre.com.br é um portal de notícia que afirma que tem como missão “usar a comunicação para empoderar os cidadãos”. Ele nasceu já na internet e não tem circulação impressa. Seus conteúdos são amplamente compartilhados em redes sociais por trazerem visões diferentes de fatos contados pelos veículos de informação.

Nessa perspectiva, foram delimitados como objetivos geral e específicos:

Objetivo geral: analisar o discurso do webjornalismo sobre um evento de violência sexual contra uma adolescente, ocorrido no Rio de Janeiro em 2016, utilizando a análise crítica do discurso.

Objetivos específicos:

1. Categorizar e classificar os temas presentes no discurso do aludido webjornalismo;
2. Verificar quais são as vozes constitutivas do discurso e quais as relações de poder elas trazem consigo;
3. Investigar as estratégias ideológicas nos textos midiáticos analisados, como forma de culpabilizar ou defender a vítima;
4. Analisar como é feita a narrativa dos fatos, atentando para a reflexão ou refração da realidade.

Para alcançar os objetivos, foram observados os itens relativos às categorias analíticas descritas no quadro (02) a seguir:

## QUADRO 02: CATEGORIAS DE ANÁLISE

<b>PRÁTICA SOCIAL</b>	<b>PRÁTICA DISCURSIVA</b>	<b>TEXTO</b>
Ideologia; Poder.	Webjornalismo: Produção, distribuição e consumo; Vozes: Interdiscursividade e intertextualidade;	Vocabulário; Gramática; Coesão; Estrutura textual.

De modo geral, o *corpus* escolhido traz uma narrativa que situa quanto à repercussão inicial dos fatos, seguindo para o momento de embate de vozes que ora defende a vítima, ora apresenta dúvidas sobre o crime que conta que sofreu: o primeiro texto, a fala do delegado que estava à frente das investigações que apresenta a dúvida sobre o fato relatado; no segundo, uma deputada estadual, ex-chefe da Polícia Civil do Rio, se apresenta como uma voz que entra em embate com a voz do delegado que externou suas dúvidas sobre a veracidade do fato; o terceiro texto é uma transcrição de uma entrevista concedida à TV Globo, em que a menor tenta explicar que é sim a vítima; na quarta, notícia selecionada, uma novidade no caso, a advogada que acompanhou a vítima no início das investigações, anuncia que está deixando o caso porque a menor entrará em um programa de proteção; no quinto texto, as vozes de pessoas que atuam na área jurídica são trazidas para um embate em relação à voz do delegado, que polemizou com suas declarações; os textos (6, 7, 8 e 9) contam a mesma história - o delegado que provocou a polêmica sobre não ter certeza de que a menor sofreu um crime, é afastado do caso – esta escolha foi proposital para se ter uma visão sob diferentes veículos de informação e a forma como o fato é narrado, com o propósito de se fazer um comparativo; nas matérias (10, 11, 14 e 15), mais uma vez, uma sequência de matérias que demonstram a necessidade de responder às questões suscitadas à vítima, e aqui, é a delegada que assume o caso que faz a defesa da vítima; nas matérias 12 e 13, a conversa de *whatsapp* do delegado vazam e o conteúdo não é amplamente divulgado, mas os *sites* *midiamax* e *catracalivre* são alguns dos que aproveitam isso para se fazer também um contraponto com a conduta do delegado que provocou a polêmica, no caso do estupro coletivo.

Para responder aos questionamentos levantados, bem como alcançar os objetivos delimitados nesta pesquisa, foi identificado o problema social: o estupro e o processo de culpabilização da vítima na prática discursiva. Observados os discursos e o contexto sócio histórico, num sentido mais amplo, o *corpus* se delimitou no embate discursivo em torno das dúvidas suscitadas pelo delegado responsável pelo caso, o estupro coletivo.

Esta pesquisa se debruça nos textos selecionados, observando o modelo tridimensional do discurso, de Norman Fairclough. O propósito é identificar aspectos que possam indicar a interferência de discursos veiculados no webjornalismo, e como é feito o processo de construção e desconstrução da mulher em eventos que discutem a prática de estupro. As reflexões e as análises são feitas de forma paralela, fazendo uma conexão com o que já foi estudado.

Por fim, a partir dessa análise crítica do discurso, o propósito é discutir soluções para que se repense a mudança social como algo possível, considerando que sempre se deve aprofundar temáticas e enriquecer as investigações já existentes.

## **4 REFLEXÕES E ANÁLISE DE DADOS: O DISCURSO A RESPEITO DO ESTUPRO**

Neste capítulo, serão apresentadas as análises e reflexões feitas em todo o *corpus* selecionado. Como proposto e explicado anteriormente, a análise foi feita em três etapas, de acordo com o Modelo Tridimensional do Discurso, de Norman Fairclough (2016), numa escala crescente. Tal escolha foi proposital, tendo em vista a compreensão que pode ser feita da prática social, a partir das escolhas feitas na constituição textual.

No primeiro momento, no entanto, será feita uma explanação em relação ao contexto sócio histórico do período em que o evento estupro coletivo aconteceu. Nesse contexto é possível encontrar pistas de como o momento político brasileiro corroborou para a onda de defesa ou ataques à vítima ter chamado a atenção da grande mídia, nacional e até internacional. Bem como, os dados oficiais desse tipo de crime mostram como a temática é abordada, de um modo geral, pela mídia e pela sociedade.

Na sessão seguinte, foi feito um paralelo quanto às vozes utilizadas na constituição dos textos e como essas vozes representam a reflexão ou refração da realidade: as vozes que defendem a vítima ou defendem o fato de que houve estupro, são compreendidas aqui como as vozes que refletem a realidade; já as vozes que atacam a vítima ou levantam suspeitas a respeito de sua conduta, são entendidas como a refração da realidade.

A análise feita nas notícias veiculadas no jornalismo digital será apresentada por meio das categorias de análise: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. Na sequência, os aspectos que caracterizam a produção, veiculação e consumo, e, por fim, a análise das práticas sociais e suas implicações na constituição discursiva.

### **4.1 Contexto social e suas implicações**

O evento estupro coletivo aconteceu em maio de 2016, no morro São José Operário, na Praça Seca. A comunidade integra o complexo de favelas da região. A menor de 16 anos de idade, de acordo com os relatos divulgados pela imprensa, à época, costumava frequentar bailes *funks*, nos morros São José Operário e do Barão. Segundo a família, a menor, mãe de uma criança de três anos de idade, saiu de casa na sexta-feira (20/05/2016), para um baile *funk* e só retornou na terça-feira (24/05/2018), suja e com as roupas rasgadas. Moradora do bairro de Taquara, da cidade de Jacarepaguá, zona oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a menina do Rio contou ainda que retornou ao morro nesse mesmo dia, para buscar o celular. No domingo, 22/05/2018, à noite, um vídeo exibindo a adolescente nua foi divulgado no

*microblogging Twitter*. As imagens também continham alguns homens tocando nas partes íntimas da menor, proclamavam frases como: “Amansaram a mina”; e “Mais de 30 engravidou”.

Para o contexto sócio cultural e político, naquele momento, numa visão macro, diversos acontecimentos mundo afora culminaram em discussões a respeito da garantia de direitos humanos e sociais: atentados terroristas (em Bruxelas, na Bélgica; em Nice, na França; em Istambul, e em Ancara, na Turquia; em Daca, Bangladesh; em Munique, na Alemanha; em Jacarta, na Indonésia; em Orlando, nos EUA e em Berlim); terremotos (na Itália e no Equador); guerras (na Síria, que provocou o maior recorde, até então, de refugiados sírios migrantes para a Europa; e no Iraque, na cidade de Mosul); colapso econômico na Venezuela; tentativa de golpe militar, na Turquia; morte de Fidel Castro, líder cubano; visita do presidente dos EUA, Barack Obama, a Cuba, depois de 88 anos sem que um presidente norte-americano o fizesse; eleições nos EUA (com a vitória de Donald Trump), e no Reino Unido (com a vitória de Teresa May para o cargo de premiê); acordo de paz histórico (na Colômbia); teste nuclear (na Coreia do Norte); tensão racial (nos EUA); crise no Sudão do Sul (com mais de três milhões de pessoas tentando fugir da fome); impeachment da presidente da Coreia do Sul; assassinato do embaixador russo na Turquia.

No Brasil, pela primeira vez, o Rio de Janeiro sediava os Jogos Olímpicos. No entanto, o grande assunto era o impeachment de Dilma Rousseff, primeira mulher eleita presidente do país. Isso mobilizou o país em protestos em prol ou contra o impedimento. Esse assunto colocou o país em evidência na imprensa estrangeira devido à grande controvérsia em torno do processo. Destituir uma mulher de um dos cargos mais poderosos do país não acontece sempre. Além disso, os envolvidos no julgamento, bem como o motivo do julgamento contribuíram para a controvérsia ser ainda maior.

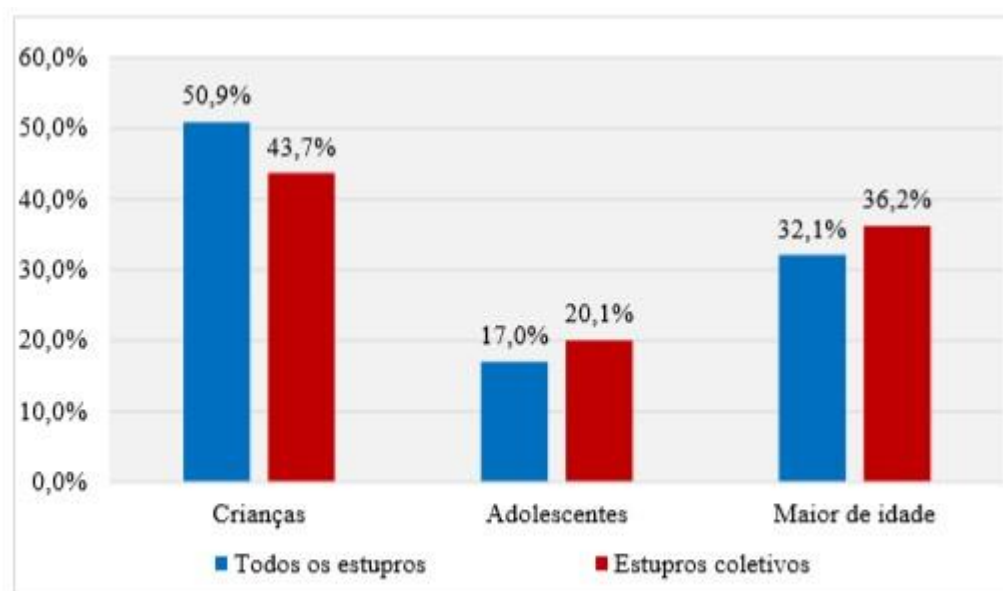
Um surto de zika vírus fez com que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarasse emergência internacional contra a microcefalia. O Nordeste foi a região mais afetada com o surto viral. Outro assunto bastante comentado foi a prisão de Eduardo Cunha, ex-presidente da Câmara de Deputados, que também teve seu mandato cassado, no último trimestre do ano.

O evento estupro coletivo chamou a atenção da imprensa internacional também. Além do fato de ter ocorrido no Rio de Janeiro, uma das portas de entradas de estrangeiros ao país, o evento envolveu uma menor de idade e mais de 30 homens. Em termos de números de violência contra a mulher, o Brasil registrou naquele ano, um número de 4.645 mulheres assassinadas em todo o país, de acordo com o Atlas da Violência 2018, do IPEA. O

percentual aumentou em 6,4 em dez anos. Isso representa uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil mulheres. Em números de estupros, o *11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública* de 2018, registrou 49.497 notificações nas delegacias, em 2016. Já no Sistema Único de Saúde (SUS), foram registrados 22.918. O alto número díspar só denota a grande existência de subnotificação de estupros. Estima-se que há uma negligência que pode chegar a 90% dos casos. Isso demonstra que esse tipo de crime então, tem uma prevalência entre 300 mil a 500 mil casos por ano.

O estupro coletivo, quando há dois ou mais agressores, cresceu em percentual, comparando os anos de 2011 e 2016. Neste ano, o percentual, em relação ao número total de notificações, foi de 15,4%, já naquele ano, o percentual era de 13,0%. Quando os dados são discriminados por faixa etária (quadro 1), nota-se que a incidência de estupro coletivo supera o crime praticado por um agressor, em adolescentes e maiores de idade.

**FIGURA 3: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS VÍTIMAS DE ESTUPRO NO TOTAL DE CASOS E NOS ESTUPROS COLETIVOS, SEGUNDO FASES DA VIDA DA VÍTIMA (2016)**



Fonte: Microdados do Sinan/Dasis/SVS/Ministério da Saúde. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

No caso do evento estupro coletivo que ilustra esta pesquisa, a priori, os suspeitos que teriam cometido o crime superaram o número de 30 homens. A vítima, por sua vez, uma adolescente de 16 anos de idade. Ela se encontra, portanto, dentro do grupo em que o estupro

coletivo ocorre em maior incidência do que quando há apenas um abusador, como o descrito na figura 3. De acordo com Melanie e Fodaski (1974, apud Cardoso 2015) o fato de a mulher ser vista como objeto sexual inferior, o homem, seguindo seus instintos, se sente no direito de, por qualquer pretexto, usá-las como bem deseja.

Com as imagens dos vídeos divulgados nas redes sociais, mulheres de todo o país mobilizaram o Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) para que acionasse a polícia. O MPRJ encaminhou à Polícia Civil o pedido para que investigasse a denúncia de estupro contra a menor. A iniciativa, a priori, da chefia de polícia, foi remeter o caso à Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática. A investigação da polícia partiu da análise das imagens divulgadas nas redes sociais. Com isso, foram identificadas a vítima e alguns agressores. O caso teve uma ampla cobertura jornalística, bem como ganhou uma grande repercussão nacional e internacional. A Organização das Nações Unidas (ONU) foi uma das instituições que pediram a apuração do caso.

Além da mobilização midiática, centenas de mulheres saíram as ruas pelo país, em apoio à vítima, e as redes sociais se tornaram os locais preferidos para os embates discursivos que se revezavam entre a defesa à vítima ou culpabilização da vítima. Os sites de notícia também seguiram essa tendência, cheios de discursos de representantes de instituições oficiais ou de pessoas que se diziam especialistas no assunto.

Ao recorrer aos relatos feitos pela imprensa, à época, é possível fazer a seguinte cronologia: no dia 21/05/2016, foi quando começou o estupro; no dia 22/05/2016, as imagens foram divulgadas na Internet; e no dia 25/05/2016, após a mobilização feita nas redes sociais e a intervenção do Ministério Público, a imprensa passa a noticiar o caso.

Ao acompanhar, dia-a-dia, os desdobramentos do caso, a imprensa demonstra uma ânsia por respostas. O portal R7, do grupo Record, por exemplo, chegou a criar uma página em seu portal, para divulgar notícias, em tempo real, produzidas pelos jornalistas da empresa, como textos de outras fontes. As entrevistas com o delegado também passaram a ser diárias. E, com a afirmação do delegado responsável, de que não sabia ainda se houve estupro, a repercussão ganhou um outro tom.

A seguir, as notícias que compõem o *corpus* com seus respectivos resumos:

1. Delegado diz não saber se houve estupro e causa polêmica: O que diz a lei – o delegado responsável pelo caso, a priori, da Delegacia de Repressão de Crimes de Informática –, faz uma declaração polêmica. (Fonte: BBC de Londres)

2. Ex-chefe da Polícia Civil do Rio critica delegado à frente de caso de estupro – uma deputada estadual que também já foi chefe da Polícia Civil do Rio sai em defesa da menor, vítima do estupro. (Fonte: Revista Veja, da Editora Abril)
3. ‘O próprio delegado me culpou’, diz menor que sofreu estupro no Rio – o texto é a transcrição de uma entrevista concedida ao programa Fantástico da TV aberta Rede Globo. Nela, a menor responde às perguntas feitas pela repórter. Neste momento, a vítima também já se posiciona na tentativa de responder aos questionamentos a respeito de sua conduta e se foi vítima de violência. (Fonte: G1.globo)
4. Estupro no Rio: adolescente entra para programa de proteção e advogada anuncia saída do caso – a advogada anuncia que não acompanhará mais a adolescente, uma vez que a menor entrará para o programa de proteção à vida. (Fonte: R7 – Grupo Record)
5. Criminalistas criticam tratamento de vítima de estupro coletivo como suspeita – diante da notícia de que o delegado até então responsável pelo caso, afirmar que não tem certeza quanto à veracidade do crime, o texto traz algumas vozes para comentarem tal postura, são uníssonos quanto à crítica ao delegado. (Fonte: Extra.globo)
6. Polícia afasta delegado que disse não saber se houve estupro coletivo - o delegado que provocou a polêmica sobre não ter certeza de que a menor sofreu um crime, é afastado do caso. (Fonte: BBC de Londres)
7. Delegado é afastado do caso de estupro coletivo e DCAV assume investigações - o delegado que provocou a polêmica sobre não ter certeza de que a menor sofreu um crime, é afastado do caso e outra delegacia (Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima – DCAV) assume o caso. (Fonte: O Dia do IG)
8. Polícia Civil transfere investigação de estupro coletivo para Delegacia da Criança e Adolescente - o delegado que provocou a polêmica sobre não ter certeza de que a menor sofreu um crime, é afastado do caso e outra delegacia (Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima – DCAV) assume o caso. (Fonte: R7 – Grupo Record)
9. Após críticas, coordenação de caso de estupro no Rio muda de delegacia - o delegado que provocou a polêmica sobre não ter certeza de que a menor sofreu um crime, é afastado do caso e outra delegacia (Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima – DCAV) assume o caso. (Fonte: G1.globo)
10. Investigação de estupro coletivo no Rio passa às mãos de uma delegada após pressão – nova delegada assume o caso, após pressões para que o delegado Alessandro Thiers seja

afastado. O texto destaca a saída do delegado e quais foram os motivos de seu afastamento. (Fonte: El País – Espanha)

11. Nova delegada do Rio garante: está provado o estupro coletivo da jovem de 16 anos - a nova delegada que assumiu o caso é logo questionada sobre o crime ter acontecido ou não, o texto, portanto traz o posicionamento da delegada sobre o caso. (Fonte: El País – Espanha)

12. Em conversa no WhatsApp, delegado desqualifica vítima de estupro coletivo no RJ – conversas pessoais do delegado são divulgadas. Nelas, o delegado se mostra indignado por ter certeza de suas suspeitas, no entanto, elas são mostradas também para demonstrar a sua conduta à frente do caso. (Fonte: Catraca Livre)

13. No *whatsApp*, delegado desqualifica vítima de estupro coletivo: ‘teve relação consentida’ - conversas pessoais do delegado são divulgadas. Nelas, o delegado se mostra indignado por ter certeza de suas suspeitas, no entanto, elas são mostradas também para demonstrar a sua conduta à frente do caso. (Fonte: Midiamax)

14. Vídeo prova estupro coletivo, diz delegada que investiga violência contra adolescente no Rio – a nova delegada que assumiu o caso é logo questionada sobre o crime ter acontecido ou não, o texto, portanto traz o posicionamento da delegada sobre o caso. (Fonte: R7 – Grupo Record)

15. ‘Minha convicção é que houve estupro’, diz delegada da DCAV - a nova delegada que assumiu o caso é logo questionada sobre o crime ter acontecido ou não, o texto, portanto traz o posicionamento da delegada sobre o caso. (Fonte: G1.globo)

#### **4.2 As vozes do discurso: reflexo ou refração**

Na constituição do discurso, proposto nos textos analisados, e como é característico do gênero notícia, reportar de quem é a fala, informando o cargo social que aquela voz ocupa, dá um tom de credibilidade ao texto. Demonstra o poder por trás dessa voz, e de acordo com o que Bourdieu (1998, p.15) defende, demonstra “a crença na legitimidade das palavras e daqueles que as pronunciam”.

Tal identificação corrobora também com Volóchinov (2017), em termos de estratégia de materialização ideológica. Na análise da cobertura jornalística, é possível partir da concepção de relatos em prol ao argumento da vítima de que houve estupro, com as vozes que defendem isso, que podem ser compreendidas aqui como reflexão da realidade. Por outro lado, as vozes que acusam a vítima, ou levantam suspeitas sobre a sua conduta, são compreendidas como a

refração da realidade. O quadro a seguir é uma tentativa de demonstrar como podem ser identificadas essas vozes.

**QUADRO 3: VOZES QUE DEFENDEM QUE OCORREU ESTUPRO *VERSUS*  
VOZES QUE LEVANTAM SUSPEITAS SOBRE A VÍTIMA**

<b>TEXTO</b>	<b>DATA (2016)</b>	<b>FOI ESTUPRO</b>	<b>NÃO FOI ESTUPRO / DÚVIDAS</b>
1. BBC de Londres	28/05	<p>- Advogada Eloísa Samy: “O Delegado não tem condições de conduzir o caso. Durante o depoimento da vítima fez perguntas que claramente tentavam culpa-la pelo estupro. Ele chegou a perguntar se você [dicionando-se a menor] tem por hábito participar de sexo em grupo (...) Ele mostra uma atitude machista por claramente desqualificar a vítima e a violência que ela sofreu”;</p> <p>- Procurador de Justiça e professor da Faculdade de Direito de São Paulo, Mario Sarrubbo: “Eu teria pedido a preventiva. Temos um vídeo com confissão. Eles afirmam (em gíria própria) que houve estupro”;</p> <p>- Diretora jurídica da ONG de defesa de direitos das mulheres Artemis, Ana Lucia Keunecke: “É nítido no vídeo que ela não tinha condições de manifestar sua vontade ou não (de consentir o sexo). É claro</p>	<p>- Delegado titular da Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática, Alessandro Thiers: “A gente está investigando se houve consentimento dela, se ela estava dopada e se realmente os fatos aconteceram, a política não pode ser leviana de comprar a ideia de estupro coletivo, quando na verdade a gente não sabe ainda”;</p> <p>- Assessoria de Imprensa da Polícia Civil: “a investigação é conduzida de forma técnica e imparcial, na busca da verdade dos fatos, para reunir provas do crime e identificar os agressores, os culpados pelo crime”.</p>

		que ela está dopada e/ou desacordada e, portanto, vulnerável. Isso por si só já está tipificado no Código Penal como violência sexual mediante fraude.”	
2. Veja. Abril	28/05	- Deputada estadual, Martha Rocha, delegada, presidente da Comissão Estadual de Segurança Pública e Assuntos de Polícia da ALERJ: “Quando estamos diante de uma barbárie dessa e o delegado diz que ‘está investigando se houve consentimento e que a polícia não pode ser leviana’, entendemos porque tantas mulheres deixam de ir às delegacias denunciar casos de abuso sexual e violência”.	- Delegado Alessandro Thiers: “Seria leviano comprar a ideia de estupro coletivo [sem estar] esclarecido”.
3. G1.globo	29/05	- menor: “O próprio delegado me culpou. Quando fui à delegacia eu não me senti à vontade em nenhum momento. Eu acho que é por isso que muitas mulheres não fazem denúncias. Tentaram me incriminar, como se eu tivesse culpa por ser estuprada”; “Começando por ele, tinha três homens dentro de uma sala. A sala era de vidro, todo mundo que passava via. Ele colocou na mesa fotos e o vídeo. Expôs e falou: ‘me conta aí’. Só falou isso. Não me perguntou se eu estava bem, se eu tinha proteção, como eu estava. Só falou: ‘me conta aí’”;	O discurso do delegado é, o tempo todo, citado de forma indireta.

		<p>“Ele perguntou se eu tinha o costume de fazer isso, se eu gostava de fazer isso [sexo com vários homens]”; “Estou com medo. Bastante. Eu me sinto praticamente em cárcere privado. Eu não posso sair de casa para nada. Eu entrei no facebook, quando eu entrei, tinham 900 mil mensagens. Tinha gente de Minas Gerias falando que ia me matar. Gente falando que se eu fosse em alguma comunidade eu ia morrer”; “Quando acordei, tinha um menino embaixo de mim, um menino em cima e dois me segurando. Eu comecei a chorar. Tinha muitos homens. Tinha fuzil, pistola. E a casa estava muito suja, relata a adolescente.”; “Eles falavam que eu era piranha, vagabunda. Coisas assim”; “Eu acho que sim [foi dopada]. Porque eu dormi por muito tempo. Não é possível que tinha estes homens e eu não tenha acordado, se eu não tivesse dopada”; “Eu agradeço muito. Porque elas não deixaram isso ficar oculto”; “Eu fico um pouco [revoltada], porque tem pessoas que estão defendendo [a violência que sofreu], afirmando que eu estou mentindo, dizendo que a minha versão da história é</p>	
--	--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

	<p>mentirosa. Sendo que tem um vídeo para provar que eu estava desacordada no momento, nua e eles mexeram em mim. Em fotos. No vídeo eles falando quantas pessoas tinham”; “Ninguém merece isso. Não interessa se eu estava com roupas curtas, com roupas longas. Não interessa como eu estava, no lugar que eu estava, na hora que eu estava. Estão fazendo áudios meus, montagens com a minha foto, fotos que não são minhas, vídeos que não são meus onde eu estaria nua, armada. Tem áudio onde eu estaria falando ‘ah! Eu tô muito louca’, sendo que não sou eu.”; “Muitas pessoas falam que é mentira, como se elas estivessem lá, inclusive mulheres. Dizendo que eu procurei, que eu estava lá porque ia. Ninguém pensa: ‘poderia ser comigo’”; “Eu pretendo esquecer essa história. E, depois, que tenha justiça. Mas eu quero esquecer aqueles momentos e seguir em frente”; “Sinceramente? Uma filha mulher”.</p> <p>- Delegada Cristina Bento, titular da Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente Vítima (DCAV): “É muito importante, para garantir a integridade física da vítima. Se houver alguma dúvida, vamos ter</p>	
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

		<p>que requisitar a oitiva dela e ver uma forma de novamente ouvi-la. Mas eu acredito que não será necessário. Mas eu preciso analisar cada termo de declaração tomado. Estou vendo parágrafo por parágrafo e vou dar uma resposta. Vocês podem confiar”.</p>	
4	R7 – grupo Record	29/05	<p>- Nota da Polícia Civil do RJ: “evidenciar o caráter protetivo à menor vítima na condução da investigação, bem como afastar futuros questionamentos de parcialidade no trabalho”.</p>
5	Extra. Globo	29/05	<p>- Advogada da vítima, Eloisa Samy Santiago: “quando você tem o próprio delegado criminalizando a vítima, você entende por que tantas mulheres deixam de levar ao conhecimento das autoridades as denúncias sobre abuso sexual e violência”;</p> <p>- Luciana Boiteux, professora de Direito Penal da UFRJ: “uma das principais queixas das vítimas de violência sexual é justamente essa falta de acolhimento por parte da polícia, que tende a tratar a pessoa agredida como uma suspeita”; “O fato de ela estar desacordada já configura estupro, independentemente de qualquer questão que tenha acontecido antes.</p> <p>- Delegado Alessandro Thiers: “investigando se houve consentimento dela, se ela estava dopada e se realmente os fatos aconteceram”;</p> <p>- Nota da Polícia Civil: “a investigação é conduzida de forma técnica e imparcial”</p>

		<p>Mas eu insisto, para mim, isso é uma grande mentira contada em defesa dos acusados. E uma mentira típica de uma sociedade machista, prática comum nesses processos de crimes sexuais”;</p> <p>- Professor de Direito Penal da Universidade Cândido Mendes, Rafael Faria: “fazer sexo é saudável, e se é com uma pessoa ou grupal não compete a ninguém. O problema é ser feito sem consentimento. (Pelo vídeo) Ela não tinha capacidade de dizer sim ou não à prática sexual, seja por uma embriaguez, uma dopagem ou um remédio dado pelo grupo. Logo, ela foi estuprada e teve sua vulnerabilidade atingida”.</p> <p>- Deputada estadual, Martha Rocha: “A vítima merece todo respeito, cuidado, apoio, especialmente nesse caso, que foi um trauma muito grande. Tem que ser protegida. Eu acho, inclusive, que esse caso deveria ir a Delegacia da Mulher, que é onde há maiores condições de assistência”.</p>	
6 BBC de Londres	29/05	- Eloísa Samy, advogada da vítima: “Hoje à tarde recebi pelo whatsApp um áudio da avó da adolescente me agradecendo pelo meu empenho e dedicação ao caso, mas dispensando	- Delegado Alessandro Thiers: “investigando se houve consentimento dela, se ela estava dopada e se realmente

		<p>a continuidade dos meus serviços em razão da família agora estar sob os cuidados e a proteção da Secretaria de Direitos Humanos do Estado”; “Ele não tem condições de conduzir esse caso. Durante o depoimento da vítima, fez perguntas que claramente tentavam culpá-la pelo estupro. Ele chegou a perguntar: ‘Você tem por hábito participar de sexo em grupo’. Não acreditei e encerrei o depoimento”; “Ele mostra uma atitude machista por claramente desqualificar a vítima e a violência que ela sofreu, a responsabilizando pela violência do estupro. Assim, ele faz com que ela sofra duas vezes, com a violência do estupro e com a violência inconstitucional pelo descrédito que lhe é dirigido”; “Assim fica fácil perceber o que faz com que tantas vítimas de estupro deixem de denunciar seus agressores no Brasil”; “Ele (o delegado) reitera que divulgar imagens como essas envolvendo menores é crime, chama os suspeitos para depor, eles confessam e daí eles são liberados? Não consigo entender. O vídeo não é prova o suficiente?”; “exatamente no mesmo horário e local. Ela ficou muito abalada”, “Ela está</p>	<p>os fatos aconteceram. A polícia não pode ser leviana de comprar a ideia de estupro coletivo quando na verdade a gente não sabe ainda”; - delegacia comandada pelo delegado Thiers: durante depoimento, a vítima foi questionada sobre “ter conhecimento de que havia um outro vídeo sendo divulgado em mídias sociais em que ela apareceria mantendo relações sexuais com homens, conforme relato de uma testemunha”; “A mãe da vítima acompanhou todo o depoimento, sendo que, em determinado momento, houve discordância entre a advogada e o desejo da mãe da vítima. Por esta razão a oitiva da mãe foi feita sem a presença da advogada”;</p>
--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		<p>começando a apresentar sintomas de síndrome de pânico. Não quer sair de casa. Está muito abalada”.</p> <p>- Procurador de Justiça Mario Sarrubbo, professor da Faculdade de Direito Faap de São Paulo: “indício forte” de que houve estupro; “eu teria pedido a preventiva. Temos um vídeo com confissão”; “Eles afirmam (em gíria própria) que houve estupro”;</p> <p>- Diretora jurídica da ONG de defesa de direitos das mulheres Artemis, Ana Lucia Keunecke: “é nítido no vídeo que ela não tinha condições de manifestar sua vontade ou não (de consentir o sexo). É claro que ela está dopada e/ou desacordada e, portanto, vulnerável. Isso por si só já está tipificado no Código Penal como violência sexual mediante fraude”, “Não havendo assim nenhuma necessidade de outras provas, já havendo indícios suficientes para o pedido de prisão preventiva dos suspeitos”, “não creio que o fato de não se ter pedido a prisão preventiva dos suspeitos seja despreparo da autoridade, é cultura do machismo, cultura do estupro”;</p>	
7 O dia. IG	29/05	Nota da Polícia Civil: “a medida visa evidenciar o caráter protetivo à	A nota do Sindicato dos Delegados de Polícia

		menor vítima na condução da investigação, bem como afastar futuros questionamentos de parcialidade no trabalho”.	Civil do Estado do Rio, em defesa do delegado: [a entidade repudia] “de forma veemente as declarações impertinentes oportunistas da advogada, assim como qualquer tipo de ingerência nas investigações do caso”; [a Polícia Civil do Rio se] “notabiliza pela defesa intransigente dos direitos humanos e guarda dos direitos fundamentais, em especial os da crianças, dos adolescentes e das mulheres” (...) “as biografias dos delegados responsáveis pela investigação” [que são] “a certeza da imparcialidade e eficiência na apuração dos fatos”	
8	R7 – grupo Record	29/05	Nota da Polícia Civil: “a medida visa evidenciar o caráter protetivo à menor vítima na condução da investigação, bem como afastar futuros questionamentos de parcialidade no trabalho”.	O discurso do delegado é citado indiretamente.

		- deputada Martha Rocha: “criminalizam e culpabilizam” [a vítima]	
9 G1. globo	29/05	<p>- Fernando Veloso, chefe da Polícia Civil: “A gente entende que, ainda que o delegado [Alessandro Thiers] estivesse buscando o melhor caminho para esclarecer os fatos, a Dra Cristiana tem essa habilidade [de tratar com menores vítimas], além de ter o mesmo conhecimento que o Dr. Alessandro. Ela é tão competente quanto ele, são dois excelentes delegados. Ela tem sensibilidade e um conhecimento melhor nessa questão do trato com a vítima. Afinal de contas, esse é o dia a dia dela”; “Quanto à operação de hoje. Ela é uma de uma série. Há interesse que sejam ouvidas quaisquer pessoas que tenham alguma relação, algum tipo de ligação com o tráfico daquela localidade. Só aconteceu daquela forma que foi descrita, que está sendo investigada, porque o tráfico de drogas, de alguma maneira, permitiu isso”.</p> <p>- Advogada da menor vítima Eloísa Samy: “Havia três homens no ambiente e o delegado, ainda por cima, fez a pergunta se ela tinha hábito de fazer sexo em grupo”.</p>	

10 El país	30/05	<p>- Menor vítima: “o delegado disse: me conta aí”; “ele me perguntou se eu tinha costume de fazer aquilo. (...) Perguntou se eu gostava”</p> <p>- Advogada da menor, Eloisa Samy: “a adolescente entrou no programa de proteção [às vítimas], o que não seria um impedimento [para que ela seguisse sendo sua advogada]. Mas a família foi coibida a não receber ajuda externa”;</p> <p>- Nota da ministra Carmem Lúcia, do STF: “A nós mulheres não cabe perguntar quem é a vítima: é cada uma e todas nós”;</p>	<p>- Delegado Alessandro Thiers: “se houve consentimento dela, se ela estava dopada e se realmente os fatos aconteceram”;</p> <p>- usuária da rede social Facebook: “Agora o mundo inteiro comovido por causa de uma maria fuzil que ia para a favela para dar para bandido. Quem mora em favela sabe muito bem que bandido não estupra e deixa viva para contar história”.</p>
11 El país	30/05	<p>- Delegada Cristiana Bento: “Quero provar agora a extensão desse estupro coletivo”; “Mas que houve [estupro], houve”; “Houve estupro coletivo, mas não sei [praticado por] quantas pessoas”; “Os traficantes pegam as meninas e estupram. Eles não admitem é que o outro faça, mas ele faz”; “Produzir e distribuir cenas com menor” [já constitui crime] “Se uma pessoa abusa, e a outra olha, ela é partícipe e vai responder pelo mesmo crime”;</p> <p>- Fernando Veloso, chefe da Polícia</p>	<p>- “me conta aí” – fala do delegado Alessandro Thiers descrita pela menor.</p>

		<p>Civil: “No vídeo há mais de uma voz no fundo, um cara toca e manipula a jovem desacordada. Isso é estupro. Não há dúvida nenhuma”;</p> <p>- Adriane Rego, do IML do Rio: “Não encontrar vestígios não significa que ela não foi abusada”;</p> <p>- Menor vítima: “O próprio delegado me culpou. Quando eu fui na delegacia, eu não me senti à vontade em nenhum momento. E eu acho que é por isso que muitas mulheres não fazem denúncia”;</p> <p>“Tentaram me incriminar, como se eu tivesse culpa por ser estuprada (...) Ele [o delegado que estava condução do caso, Alessandro Thiers] botou na mesa as fotos e o vídeo e me falou ‘me conta aí’. Ele perguntou se eu tinha o costume de fazer isso, se eu gostava disso. Aí eu falei que não ia mais responder”;</p> <p>“muitas mulheres disseram que eu procurei [os suspeitos de estupro], ninguém pensa ‘poderia ser comigo’”;</p> <p>- Carmém Lúcia, ministra do STF: “inadmissível, insuportável e inaceitável”.</p>	
12 Catraca livre	30/05	- Menor vítima: “Eram três homens dentro de uma sala de vidro, todo mundo que passava via. Ele botou as fotos, o vídeo exposto e falou	- Delegado Alessandro Thiers: “Ela teve relação consentida com uma pessoa e não usou

		<p>‘me conta aí’. Ele perguntou se eu tinha o costume de fazer isso, se eu gostava de fazer isso. Eu parei imediatamente e falei: ‘não vou mais responder’”;</p>	<p>drogas ou álcool nesse dia, conforme ela e as pessoas que estavam com ela declararam”</p>
13 midiamax	31/05		<p>- Delegado Alessandro Thiers: “Alguns esclarecimentos sobre os fatos”; “termo de declaração da adolescente foi filmado”; citação indireta – E [ele] vai além, afirmando: não houve estupro; “No ‘Fantástico’ era outra pessoa. Sabe que temos fortes indícios de que não existiu estupro”; “Ela teve relação com uma pessoa e não usou drogas ou álcool nesse dia, conforme ela e as pessoas que estavam com ela declararam. O relato de abuso que ela fala no ‘Fantástico’, ela relata que foi há tempos atrás e inclusive os autores não foram mortos pelo chefe do tráfico local (Da Russa) por pedido da</p>

			<p>adolescente. O único crime seria a divulgação do vídeo”; “Os 33 no vídeo foi alusão a um funk onde diz mais de 20 engravidou (sic), onde o autor do vídeo diz que engravidou mais de 30 em alusão ao funk para tirar onda de ‘comedor’”; “tem o envolvimento claro da adolescente com pessoas ligadas ao tráfico, tendo a mãe inclusive declarado que a filha é a todo momento aliciada e que bastaria saber atirar para trabalhar no tráfico”; “a advogada, que acompanhou os termos junto com a mãe, pediu à adolescente que parasse de responder perguntas quando estava sendo questionada se conhece pessoas ligadas ao tráfico local, conforme declarado pela mãe e pela própria adolescente, alegando que essas respostas poderiam incriminá-la,</p>
--	--	--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

			<p>mas a intenção era tentar ver se ela reconhecia algum dos alegados ‘33’ que estariam no quarto”;</p> <p>“diversas pessoas, inclusive a própria adolescente, confirmaram que a mesma frequentava a comunidade do Barão (o morro na Praça Seca, na Zona Oeste do Rio, onde a jovem contou que o crime ocorreu), inclusive com contato direto íntimo com traficantes da área”;</p> <p>“Por fim, tem que ser melhor investigado a participação de Eloisa Samy e Sininho influenciando a adolescente a apresentar da versão de estupro coletivo na polícia”;</p>
14 R7 – grupo Record	30/05	- Delegada Cristiana Onorato, da DCAV: “Está provado, não pelo laudo, mas com outras provas. Quais? O vídeo. O vídeo prova o abuso sexual, além do depoimento da vítima”; [delegada afirma que menor está sendo] “criminalizada”;	

		<p>“A minha convicção é de que houve estupro, até porque o vídeo mostra o rapaz manipulando a menina. O que quero provar é a extensão desse estupro se foram cinco, dez ou 30. A gente quer determinar quantas pessoas praticaram esse crime”;</p> <p>“Após 72 horas, o organismo destrói os espermatozoides. Muito dificilmente será encontrado depois desse tempo. Não é possível determinar quantos estupradores abordaram determinada vítima pelo exame pericial”;</p> <p>“Se ela estava descordada, não vai ter lesão porque ela não ofereceu resistência. Pra mim, [o exame] é importante, mas não determinante para a minha convicção”;</p> <p>- Adriane Rego, subdiretora do IML: “Após 72 horas, o organismo destrói os espermatozoides. Muito dificilmente será encontrado depois desse tempo. Não é possível determinar quantos estupradores abordaram determinada vítima pelo exame pericial”;</p>	
15 G1. globo	30/05	<p>- Cristiana Bento, delegada titular da Delegacia da Criança e Adolescente Vítima (DCAV): “Minha convicção é que houve estupro. Tanto que está no vídeo. Quero provar agora é a extensão</p>	

		<p>desse estupro. Se foram cinco, dez, trinta”; “O vídeo prova o abuso sexual, além do depoimento da vítima”; “É importante acrescentar aqui que chegam muitos áudios do WhatsApp desse caso – a maioria especulação”; “Chegaram muitos áudios do WhatsApp que dizem que isso não ia acontecer porque os traficantes não deixam. Mas eles estupram sim. Eles entram nas casas e violentam meninas. Muitas não falam. Eles não permitem que outros estupram, mas eles estupram sim. Essa menina mesmo ia ficar calada e foi convencida a denunciar”;</p> <p>- Adriane Rego, perita legista do IML: “Nesse tipo de investigação, pode não ter acontecido lesão e haver estupro; e pode ter acontecido lesão e não ter acontecido estupro”;</p> <p>“Se ela estava desacordada, não vai ter lesão, porque ela não ofereceu resistência”;</p> <p>- Menor vítima: “Até o próprio delegado me culpou”;</p>	
--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Como é possível visualizar acima, os termos utilizados pelo delegado Alessandro Thiers são os motivadores para o debate sobre a menor ter sofrido estupro ou não. A cultura do estupro se tornou algo tão naturalizado, que para o senso comum, a jovem não deveria estar na favela, não deveria frequentar bailes funks, não deveria conhecer os traficantes, não

deveria sequer praticar sexo. E por isso, a menor nem procurou a ajuda – outro ponto que passa a ser discutido nos textos: o desestímulo à denúncia.

Desse modo, a segunda violência é praticada: a vítima é culpada pela violência que sofreu. Segundo William Ryan (1971), culpabilizar a vítima faz parte do processo de manutenção do *status quo*. Assim, é mais fácil promover uma outra violência contra a mulher que denunciou porque trata-se de um “ser inferiorizado”, “expurgado”.

As vozes que a culpabilizam, prioritariamente a do delegado responsável pelo caso, legítima, enquanto autoridade, as vozes de leigos. E eis como o discurso se revela nas redes sociais, quando a vítima é chamada de “maria fuzil” (Texto 10), por exemplo. Magalhães, (2017) ressalta que a violência de gênero não precisa necessariamente ser física para marcar a vítima. O simbólico número de *likes* (recebeu 4.200 curtidas) ressaltado no texto (10), referentes à declaração de uma internauta: “Agora o mundo inteiro comovido por causa de uma maria fuzil que ia para a favela para dar para bandido”, demonstra o quanto a concepção de vitimismo, denominado por RYAN (1971) de *Victim Blamer*, está amplamente disseminada socialmente.

### **4.3 Análise Textual: a descrição linguística das notícias**

A análise dos textos que compõem o *corpus* deste trabalho, no aspecto linguístico, foi feita de acordo com as categorias de análise já apresentadas: Vocabulário; Gramática; Coesão; e Estrutura textual.

#### **4.3.1 Vocabulário**

A escolha dos léxicos em textos jornalísticos tem um propósito específico. Informar requer, entre outros aspectos, a utilização de expressões que não denotem opiniões ou parcialidade por parte de quem escreve ou do veículo de informação. No entanto, itens lexicais e metáforas são comuns no processo de produção de notícias, num tom mais opinativo que imparcial. Ao se referir à relação da cobertura midiática com as metáforas, Fairclough destaca o propósito que há nas escolhas de termos, como são ordenadas e representadas as informações. Para o linguista, “[...] a cobertura da mídia em si mesma passa a ser moldada pela metáfora” (2016, p. 252). E esse aspecto seria proposital, uma vez que, a mídia perdeu, ao longo do tempo, a função de apenas informar, para tornar-se uma ferramenta que propaga ideologias entre seus leitores/consumidores, que as reproduz inconscientemente.

Outro aspecto relevante é a utilização de léxicos específicos de outras áreas. O jornalista tem a função de escrever de forma traduzida para que seus leitores, de diferentes áreas, compreendam o que está sendo contado. No caso do evento estupro coletivo da menina do Rio, especificamente no recorte delimitado nesta pesquisa, viu-se muitos termos jurídicos sendo explorados em todos os textos analisados. O desafio de contar os fatos, a partir da visão desta ou daquela fonte, com versões diferentes, requer a utilização cuidadosa com os termos, para se evitar que o leitor não compreenda a leitura e a abandone.

Como explicitado anteriormente, a escolha lexical, nas notícias ou webnotícias, necessita de um critério que deveria estar atento mais para o aspecto informativo que o opinativo. Na constituição textual analisada no *corpus* desta dissertação, no entanto, o que se viu, em quase todo o material, foi o uso de léxicos, seja nas vozes de fontes ouvidas para a construção do texto, seja ao longo do próprio texto, que denotavam um tom mais opinativo.

O evento estupro coletivo foi contado pela imprensa, de um modo geral, assumindo a postura dialética em que ora o discurso era em defesa da vítima, ora com questionamentos e acusações. Diante disso, a escolha lexical ganhou termos trazidos de outros contextos (relexicalização), bem como, com sentidos (valorativos ou dúbios) descontextualizados para a temática trazida, numa tentativa de “correlação textual” (BESSA e SATO, 2018).

Alguns trechos elencados, a seguir, mostram o processo de relexicalização e quais os sentidos a que eles remetem:

1. Remetendo a um jogo ou guerra: “colocou em xequê a versão apresentada pela menina” (texto 2 – Veja.Abril); “No vídeo que circula na Internet e no WhatsApp que detonou a apuração do caso” (Texto 10 - Elpaís); “Agora o mundo inteiro comovido por causa de uma maria fuzil que ia para a favela para dar para bandido” (texto 10 - Elpaís);
2. Termos jurídicos: “eu me sinto praticamente em cárcere privado” (texto 3 – G1.globo); “visa evidenciar o caráter protetivo à vítima na condução da investigação” (texto 6 – BBC de Londres); “porque ele criminalizou a vítima” (texto 8 – R7 – grupo Record); “As investigações agora seguem em segredo de Justiça” (texto 11 - Elpaís);
3. Um desejo que seria positivo, com a conotação negativa: “Uma filha mulher” (texto 3 – G1.globo); “a mesma frequentava a comunidade do Barão” (texto 13 - Midiamax);
4. A vítima é um animal: “menor teria ficado acuada durante depoimento ao delegado” (textos 9 e 15 – ambos do G1.globo);
5. Termo contábil: “vamos fazer um balanço amanhã” (texto 9 – G1.globo);
6. Generalização: “cultura de estupro em que está imerso o país” (texto 10 - Elpaís);

7. Termo da Internet: “No whatsApp, delegado desqualifica vítima de estupro coletivo: ‘teve relação consentida’” (texto 13 – Midiamax e texto 12 – Catraca livre).

Também foram encontrados léxicos com sentidos valorativos ou dúbios. Quanto ao fato noticiado, percebe-se termos ou expressões que denotam dúvidas se houve crime. Como nos citados: “A gente está investigando se houve consentimento dela”; “Você tem por hábito participar de sexo em grupo” (texto 1 – BBC de Londres); “Tinha por hábito fazer sexo em grupo” (texto 5 – Extra.globo); “O próprio delegado me culpou” (texto 3 – G1.globo) ; “como se eu tivesse culpa por ser estuprada” (texto 3 – G1.globo); “se eu tinha costume de fazer isso, se eu gostava de fazer isso [sexo com vários homens]” (texto 3 – G1.globo); “isso é uma grande mentira contada em defesa dos acusados” (texto 5 – Extra.globo); “Thiers provocou controvérsia ao afirmar que não haveria comprovação de estupro” (texto 10 - Elpaís); “Uma das principais queixas das vítimas de violência sexual é justamente essa falta de acolhimento por parte da polícia, que tende a tratar a pessoa agredida como uma suspeita” (texto 5 – Extra.globo).

A escolha lexical também se dá por meio da utilização de expressões metafóricas. Nos textos analisados, por se tratarem de webnotícias, bem como por tratar de uma temática relacionada a um crime, o esperado era de que as metáforas não fossem tão recorrentes. No entanto, tais recursos são vistos e utilizados de forma natural. Pedrosa (2017) destaca a “naturalização das metáforas” de tal modo que chega a ser difícil de identificar ou de escapar. Ou seja, há expressões que são utilizadas tão naturalmente que passam despercebidas pelo olhar de quem as lê. Bem como, o produtor de notícias, o jornalista, tão corriqueiramente as utiliza, propositalmente ou não, que esquece o quanto elas podem interferir no sentido do discurso proposto. Para este último aspecto, Fairclough (2016) destaca que expressões metafóricas não são simples “adornos estilísticos”.

Diante disso, esta pesquisa separou alguns exemplos de metáforas utilizadas nos textos:

- A advogada da vítima, que assumiu o caso no início das denúncias, divulgou que foi dispensada do caso, pela família, e declarou: “Eu não tenho pernas para isso” (texto 4 – R7 – grupo Record). Na sequência, ela explica que há muitos casos parecidos, que acontecem de forma recorrente, e não compreende o porquê, especificamente, este evento estupro coletivo ganhar tanta atenção da imprensa. Quando se afirma que “não se tem pernas para algo”, declara-se restrições para acompanhar algo. Neste caso, a advogada não especificou quais seriam os motivos para que ela não pudesse dar

continuidade como advogada, a não ser, o fato de ter sido dispensada pela família da menor.

- Um comentário de um internauta utiliza a expressão “uma maria-fuzil” (texto 10 - Elpaís). O termo é utilizado para designar a mulher que se relaciona ou que tem atração pelo homem criminoso. O porquê da constituição dessa expressão não é o foco deste trabalho. No entanto, alguns questionamentos são suscitados como, por exemplo, por que nessa e em outras expressões, no geral depreciativas, utilizam o nome “Maria”?

O uso de metáfora também pode ser percebido quando há eufemização: “a gente vai avaliar se houve falta de habilidade dele na questão do trato com a vítima, ou não.” (texto 9 – G1.globo). Neste caso, o termo foi utilizado para diminuir a responsabilidade do delegado ao afirmar que estava em dúvida se houve estupro e o que representa esse discurso, socialmente.

Léxicos também são utilizados em lugar de outros, no entanto, poderiam ser evitados. Deixar o texto o mais claro é uma expectativa do jornalista ao descrever um fato em uma notícia. Espera-se o mesmo de representante de uma entidade policial. O chefe da polícia civil afirmou: “os autos estão indo para a mão dela” (texto 9 – G1.globo) – só pelo contexto é que se sabe que a delegada Cristiana Bento estava sendo nomeada a titular do caso. Na fala: “Se ela vislumbrar elementos suficientes para a representação de uma medida cautelar” (texto 9 – G1.globo) – ou seja, para pedir a prisão de algum acusado. Em “As investigações sofreram reviravoltas nos bastidores, mas ainda não avançaram” (texto 10 - Elpaís), o jornalista utilizou essa frase para informar as mudanças que ocorreram no caso: saída do delegado e da advogada da vítima. “Samy e Thiers já haviam se cruzado no passado” (texto 10 - Elpaís) – o termo “se cruzado”, comumente utilizado para designar o encontro de pessoas vindas de lugares opostos, aqui é utilizado em referência a outro embate vivido pelos personagens descritos. O conteúdo do vídeo divulgado no microblogging Twitter foi o responsável pela abertura das investigações. A delegada do caso afirma: “caso o vídeo não tivesse vazado nas redes sociais” (texto 11 - Elpaís), ou seja, escapado. Entende-se que alguém não foi cuidadoso e deixou o vídeo ser divulgado.

### 4.3.2 Gramática

A forma como as orações são selecionadas e distribuídas, ao longo do texto, indica a intenção do produtor. Fairclough (2016) chama a atenção para a “oração multifuncional” que permite compreender as construções sociais estabelecidas dentro do texto. Entre alguns aspectos relevantes encontrados na análise do *corpus* que compõe este trabalho, é que, por se tratar de gênero notícia, nota-se a presença de estratégias e pressupostos que podem ser identificados já nos títulos das webnotícias.

No quesito tema, a linguista Ingedore Koch (2002) permite que se faça uma distinção clara entre tema e rema. Segundo a autora, enquanto o rema está para a estratégia discursiva, constituindo sequências de sentido; o tema está para a estratégia enunciativa, evidenciando intenções. Diante disso, a análise foi feita, baseando-se na transitividade das orações e como é feita a construção de sentidos a partir da ação dirigida e ação não dirigida, segundo Fairclough (2016). Ainda quanto à omissão do agente, Pedrosa (2017) lembra que isso ocorre por alguns motivos, entre eles, os políticos e ideológicos, em que a omissão se dá para ofuscar o agente, a causalidade e a responsabilidade.

Os modalizadores também são aspectos constitutivos do texto que indicam muito a respeito da escolha de sentido que se quer impregnar nos textos. Maingueneau (2013) reportou a estratégia de se utilizar de modalizadores para comentar a própria fala ou a de outrem. Para tanto, esta análise atentou para a classificação feita por Koch (2002).

Na estrutura textual da notícia, tem-se o título, o subtítulo e o corpo do texto, além de outros elementos que não serão analisados nesta pesquisa. Na webnotícia não é diferente. O tema proposto nas matérias já é, quase sempre, disponibilizado no título das notícias. Tal estratégia, entre muitos aspectos, pode ser explicada, devido ao que o teórico Fairclough (2016) chama de ponto de partida de quem produz o texto, “a informação dada”. Essa possibilidade dá mais visibilidade ao texto, num todo, e permite o compartilhamento, via redes sociais. Além disso, comumente, percebe-se que o título também tem o papel de resumir as matérias.

Nos textos analisados aqui não é diferente. No título do texto 1 (BBC de Londres), tem-se a manchete “Delegado diz ainda não saber se houve estupro e causa polêmica: O que diz a lei”. A ação é dirigida: a presença de uma agente ‘delegado’, na oração subordinada transitiva direta: sujeito (delegado) – verbo (diz) –; o objeto direto (não saber se houve estupro); seguida de uma coordenativa explicativa (e causa polêmica); e um objetivo explicitado: provocar dúvidas. O tema traz uma informação dada e destaca o posicionamento

de uma pessoa que ocupa um cargo público, com competência para tratar do assunto, afinal, ele é o responsável pelas investigações do caso.

No texto 6 (BBC de Londres), a mesma composição frasal é utilizada. “Polícia afasta delegado que disse não saber se houve estupro coletivo” é o título com uma ação dirigida: Polícia (sujeito) afasta (verbo transitivo direto) delegado (objeto direto), seguida por uma oração subordinada substantiva completiva nominal, que consiste em especificar o nome da oração principal “delegado”. Por que a polícia teve que afastar delegado? A resposta “que disse não saber se houve estupro coletivo” é a justificativa. Colocar a vítima como suspeita é o motivo para o seu afastamento. A informação dada é compreendida pelo pressuposto “estupro coletivo”. No contexto, a grande imprensa está tratando de um estupro coletivo em específico: o da menina do Rio.

No texto 5 (Extra.globo), o título “Criminalistas criticam tratamento de vítima de estupro coletivo como suspeita” também aparece com a informação dada: sujeito “criminalistas” seguido de um verbo transitivo direto “criticam” e o objeto direto. No entanto, oculta-se a quem são dirigidas essas críticas, ou melhor, quem “tratou a vítima como suspeita”. Na sequência, já se inicia o corpo do texto com adjetivos “Inoportuna, abominável e machista” e finalmente a quem são dirigidas as características, bem como, o autor que levantou as suspeitas sobre o comportamento da vítima. Apesar da informação dada, nota-se que o título não enfatiza o autor do “tratamento como suspeita”, mas enfatiza a posição social de quem elabora as críticas a quem levantou as suspeitas. Apesar dos números indicarem o elevado número de estupros coletivos, a expressão “estupro coletivo” pressupõe do que se trata a notícia porque o assunto em questão naquele momento, é o evento estupro coletivo que está sendo explorado na mídia.

Na matéria 8 (R7 – grupo Record), “Polícia Civil transfere investigação de estupro coletivo para Delegacia da Criança e Adolescente” é o título que inicia o texto, com uma oração simples, mas com muitos elementos que pressupõem o tema tratado. O sujeito agente “Polícia Civil” é a instituição que praticou a ação “transferir”. A ela compete a investigação do caso. Sabe-se que alguém representa tal instituição. No caso, Fernando Veloso, chefe da Polícia Civil, é citado no subtítulo. Na sequência da oração, o complemento verbal “investigação de estupro coletivo” seguido de um adjunto adverbial “para Delegacia da Criança e Adolescente” também outra instituição citada. O tema fica pressuposto, novamente com o termo lexical “estupro coletivo”. No entanto, percebe-se aqui a ênfase nas instituições,

em detrimento do ocultamento dos nomes dos agentes responsáveis por tais órgãos. A estratégia poderia estar ligada à representação dos nomes desses órgãos.

Diferentemente, no texto 10 (Elpaís), não há citação ou referência alguma em relação às instituições que tomaram a medida de mudança de investigadores. Apenas a referência “mãos de uma delegada”. O artigo indefinido é usado de forma proposital porque esse apagamento quanto à função do “delegado” é simplesmente para evidenciar o gênero feminino utilizado “delegada”. Não importa quem seja, é uma mulher. Bem como o advérbio utilizado na sequência: “após pressão”. O termo “estupro coletivo” novamente é explorado como forma de situar o leitor de que trata o assunto do texto, no título. Na oração: “Investigação de estupro no Rio passa às mãos de uma delegada após pressão”, a ação é dirigida, porém o verbo “passar” é utilizado em sentido pronominal, em que se “passa de mão em mão”, apesar de não se ter a presença de pronomes.

Em 2 (Veja.abril), já no título “Ex-chefe da Polícia Civil do Rio critica delegado à frente de caso de estupro”, o tema é apresentado com a presença de uma representante de uma instituição que tem relevância para o evento “ex-chefe da Polícia Civil do Rio”, e o termo “estupro”, que mesmo sem o determinante “coletivo” ainda situa o leitor quanto ao assunto abordado. Ao sujeito é atribuída a voz que “critica delegado à frente de caso de estupro”. A escolha lexical e a estrutura oracional não se dá à toa, pois quem critica a posição do delegado não é apenas parte da sociedade (as feministas), mas há representantes de instituições imbuídas em tal função com voz explicitada. Fairclough (2016) chama essa característica de dupla voz. Abaixo do título, a identificação dessa pessoa que ocupa o cargo de ex-chefe de polícia, “Martha Rocha, hoje deputada estadual” – não é informado aqui, o partido político que ela integra.

No texto 3 (G1.globo), temos uma entrevista feita para o programa Fantástico, da Rede Globo. Quem conduziu a entrevista foi a jornalista Renata Ceribelli que, até pouco tempo antes da entrevista, era a apresentadora ‘âncora’ do programa. O título da matéria traz a voz marcada da menina: ““O próprio delegado me culpou”, diz menor que sofreu estupro no Rio”. O tema vem após ao destaque da fala da menor. A inversão é proposital para chamar a atenção para o processo de culpabilização da vítima. A expressão “o próprio” caracteriza a personificação da voz que afirmou a culpa. Não foi alguém que estava acompanhando o delegado durante o interrogatório, mas foi quem conduzia o interrogatório: o delegado. A pessoa que deveria estar ali, imparcialmente, para tentar ajudar a vítima. Logo, ela estava ali como a vítima, não a acusada.

Ainda na entrevista, sabe-se que ela foi divulgada na TV já no domingo (29/05) seguinte ao início das investigações, ou seja, menos de oito dias após o retorno da menor a sua casa. Abaixo do título, o texto divulgado na página da Globo (G1), as informações de que a menor afirma estar se sentindo em ‘cárcere privado’ e que nunca tinha sofrido violência sexual antes. Ou seja, ela poderia ser frequentadora de festas *funks*, nas favelas, e isso não aconteceu com ela antes. Afinal, ser frequentadora de bailes em favelas é um precedente para ser violentada? Ainda neste texto, a oração: “tentaram (sujeito indeterminado) me incriminar, como se eu tivesse culpa por ser estuprada” (texto 3 – G1.globo). Essa omissão foi proposital, como caracteriza Pedrosa (2017), como uma estratégia ideológica. Neste caso, a menor quer se proteger de qualquer tipo de ameaça que possa vir a se concretizar.

O mesmo recurso de utilizar a voz de quem ocupa o centro das atenções nas notícias, no título, ocorre nos textos 14 (R7 – grupo Record) e 15 (G1.globo). Em 14, temos: “Vídeo prova estupro coletivo, diz delegada que investiga violência contra adolescente no Rio”. Não há aspeamento da voz da delegada, no título. No entanto, ao longo do texto, trechos da entrevista são mostrados, em que a delegada afirmou o que é destacado no título. Nota-se o foco no léxico “vídeo”, como prova material de que houve crime. E o sujeito (invertido) ‘delegada’ é seguida de uma oração coordenada sindética explicativa. A função desse tipo de oração é especificar ou explicar algo que foi dito antes. O tema não aparece no início da frase, mas na mesma frase é possível ser identificado “violência contra adolescente no Rio”. A inversão, portanto, é proposital: enfatizar que há provas materiais de que houve crime e quem afirma isso é a delegada que agora está à frente das investigações.

Já no texto 15 (G1.globo), utiliza-se a mesma estrutura, no entanto, a voz da delegada é destacada: “‘Minha convicção é que houve estupro’, diz delegada da DCAV”. O tema se mostra no título pelo termo “estupro”. Naquele contexto, o assunto estupro estava sendo explorado para tratar daquele evento, em específico. O título explora a ‘dupla voz’ com a estratégia de rebater o delegado quando afirmou ter dúvidas. A palavra da delegada “convicção” se contrapõe às dúvidas suscitadas pelo delegado responsável pelo caso, anteriormente.

Nos textos 4 (R7 – grupo Record) e 11 (Elpaís), são utilizadas orações apositivas. No primeiro, “Estupro no Rio: adolescente entra para programa de proteção e advogada anuncia saída do caso” aparece como um resumo de quais avanços foram feitos nas investigações. O foco recai sobre o que envolve a vítima: ela entra para programa de proteção. Subentende-se que, se ela entra para esse tipo de programa, ela é vítima no evento estupro coletivo. Outro

aspecto é a presença do léxico: estupro no Rio que, mais uma vez, é utilizado para situar o leitor quanto ao tema do texto. No texto 11, “Nova delegada do Rio garante: está provado o estupro coletivo da jovem de 16 anos” mostra a ação dirigida com uma explicação na sequência. O adjetivo “nova” pressupõe de que delegada está se referindo e o verbo utilizado “garante” que remete ao sentido de certeza. Mais uma vez, uma voz que enfatiza o contraponto quanto ao posicionamento do delegado anterior. A expressão “estupro coletivo”, pelo contexto, demonstra a temática utilizada no texto.

Nos textos 9 (G1.globo), 12 (Catraca livre) e 13 (Midiamax), os títulos se iniciam com adjuntos adverbiais. O foco recai sobre esses adjuntos, mesmo assim, as palavras “estupro no Rio” ou “estupro coletivo” indicam o tema tratado. Em 9, tem-se: “Após críticas, coordenação de caso de estupro no Rio muda de delegacia”, o foco são as críticas que provocaram a “mudança”. Em 12, “Em conversa no WhatsApp, delegado desqualifica vítima de estupro coletivo no RJ”. O adjunto “em conversa no whatsApp” indica a informalidade onde a voz do delegado foi ouvida. O verbo “desqualifica” é regido pelo sujeito “delegado”. A ação é dirigida a alguém “vítima de estupro”. E em 13, “No WhatsApp, delegado desqualifica vítima de estupro coletivo: ‘teve relação consentida’”. Neste último, além do adjunto, seguido de um sujeito agente, uma oração apositiva parte final da frase com a voz aspeada, especificamente o que foi dito.

Por fim, no texto 7 (O dia.ig) há uma voz passiva: “Delegado é afastado do caso de estupro coletivo e DCAV assume investigações”. Na oração passiva, a ação não é dirigida. Quem “afasta” o delegado não é citado. Essa estratégia é utilizada para ofuscar, aqui, os motivos que levaram a esse afastamento do delegado. Na oração coordenativa que segue há uma ação dirigida: “DCAV assume investigações”.

Os modalizadores têm a função de caracterizar o discurso, segundo Koch (2002). Nessa perspectiva, esta análise se deteve em observar a sua presença, atentando para um aspecto que foge ao que se espera de uma notícia: indicar sentimentos, intenções, enfim, atitudes de quem a produz. Por isso, mesmo se tratando de expressões utilizadas por fontes destacadas, vale salientar que a seleção e utilização desses recursos são intencionais. Tal utilização, como descrito acima, por Maingueneau (2013), integra a estratégia discursiva pelo autor.

No *corpus* analisado, foram observados, de acordo com a classificação de Koch (2002), os modalizadores: epistêmicos (frases interrogativas), e aléticos (frases assertivas); além de operadores modais.

Os modalizadores epistêmicos são comuns em interrogatórios, as perguntas presentes nos textos se reportam ao depoimento prestado pela menor, durante as investigações do caso estupro coletivo no Rio. Uma das perguntas cruciais é a descrita pela menor, em que o delegado pergunta em tom de afirmação se ela “tem o hábito de participar de sexo em grupo” (textos 1, 3, 5, 6 e 8). Enquanto isso, outras frases interrogativas são utilizadas em tom afirmativo, sempre utilizando verbos no futuro do pretérito composto ou simples, o que podem ser chamados de auxiliares modais (teria sido, estaria fazendo, seria, havia informado, deveriam proteger, iria pedir). Além disso, é comum em notícias o uso de verbos no pretérito.

Os modalizadores aléticos são muito recorrentes nos textos analisados, especialmente quando se trata das vozes dos delegados responsáveis pelas investigações. Tal recurso ganha um tom de autoridade. Frases como “delegado diz ainda não saber se houve estupro” (texto 1 – BBC de Londres); “ex-chefe de polícia ... critica delegado” (texto 2 – Veja. Abril)

Os operadores “se” são recorrentes sempre em referência ao que a menina teria dito em depoimento. Tal recurso também acontece quando há o uso de advérbios de negação. As notícias utilizam outros advérbios: claramente, bastante [medo], praticamente, justamente, sinceramente, entre outros.

### 4.3.3 Coesão

Analisar os textos e seus sentidos, requer também observar a presença dos elementos coesivos utilizados na superfície textual. Koch (2008) lembra a respeito desse papel articulador de sentidos dos articuladores coesivos. Logo, é por meio deles que os elementos linguísticos são interligados. Como eles se mostram, revelam quanto ao sentido do texto. Fairclough (2016) também considera o papel preponderante dos elementos coesivos por se tratar, na percepção do linguista, de elementos integrantes da estratégia discursiva.

Partindo dessa perspectiva, observou-se a utilização, especificamente de conjunções que são recorrentes nesse papel de interligar frases e parágrafos. Uma constante é o uso de conjunções como modalizadores, em que aparece o tom ideológico, segundo Pedrosa (2017), como estratégia discursiva. Termos como nos exemplos: “A jovem afirmou que está sofrendo ameaças e julgamentos, inclusive de mulheres” (texto 11 - Elpaís); “As investigações sofreram reviravoltas nos bastidores, mas ainda não avançaram” (texto 10 - Elpaís); “A gente está investigando se houve consentimento dela, se ela estava dopada e se realmente os fatos aconteceram” (texto 1 – BBC de Londres).

Tal estratégia é utilizada para reforçar o aspecto ideológico de que a polícia (o delegado, especificamente) tem dúvidas se houve estupro ou não. Por outro lado, há uma defesa da vítima.

#### 4.3.4 Estrutura Textual

Para a construção textual, há elementos superficiais, como também, há elementos que são perceptíveis numa análise mais aprofundada. Ao avaliar a estrutura textual é possível perceber aspectos mais voltados para o tom utilizado (polidez) e quais relações sociais estão por trás disso, bem como a construção social que é feita das personagens que dialogam ou duelam nessas relações sociais. Eis o motivo de se analisar a estrutura textual na perspectiva de polidez e de *ethos*.

As relações sociais são muito bem estabelecidas nos textos analisados no *corpus* deste trabalho. Como Fairclough (2016) destaca que, ao se analisar a polidez, é possível perceber as relações estabelecidas. Para perceber, portanto, como se dá a presença da polidez, recorreremos a classificação: polidez positiva ou polidez negativa.

Como exemplo de polidez positiva, tem-se os usos de exemplos em que aparecem as expressões “solidariedade com as mulheres”; “mobilização”; “ninguém merece isso”; “eu agradeço muito”. No exemplo “Não me perguntou se eu estava bem, se eu tinha proteção, como eu estava. Só falou: ‘me conta aí’”, percebe-se a polidez positiva na colocação de frases que remetem a solidariedade. No entanto, na frase “me conta aí” o tom já soa como negativo, denota falta de empatia, em decorrência do contexto no qual os personagens estão inseridos. Tal atitude ganha mais peso por se tratar do delegado que deveria ser o agente que acolhe a vítima, ao invés de lançar-lhe questionamentos.

Na polidez negativa, tem-se a frase: “O delegado diz ainda não saber se houve estupro”. É uma estrutura recorrente nas webnotícias analisadas e sugere a dúvida. Na frase “a polícia não pode ser leviana de comprar a ideia de estupro coletivo quando na verdade a gente não sabe ainda” também sugere dúvida.

Na constituição do *ethos* analisada aqui nesta dissertação, a voz da menor, vítima do estupro coletivo, é o ponto de partida para compreender como ela se percebe e em que posição social ela se coloca. Maingueneau (2013), como foi descrito acima, destaca a função da identificação do *ethos* como forma de identificação social.

Diante disso, nota-se um embate de vozes da menor. O melhor texto para compreender como se dá a constituição do *ethos* da menina está na entrevista que a mesma concedeu à

Rede Globo, para o programa Fantástico. A menor se coloca como vítima em diversas situações além da descrita e que motivou a repercussão da imprensa: o estupro coletivo. Ela ainda descreve o comportamento do delegado e seus questionamentos; a vergonha que sentia (uma violência que indica o sentimento em que se sentia a culpada pela violência que sofreu); os comentários dos internautas nas redes sociais que a acusaram de não ser a vítima.

Por outro lado, a menor se sente fortalecida por ter tido o apoio de pessoas que não a conhecia, mas que se mobilizaram em solidariedade ao que ela sofreu. Para demonstrar isso, ela agradece: “Eu agradeço muito. Porque elas não deixaram isso ficar oculto”.

Algo que chama a atenção e a forma como ela ainda se vê, socialmente, acontece quando ela se coloca como vítima, argumentando que “ninguém merece isso”. Porém, mais adiante, em resposta ao questionamento sobre o que deseja aos seus abusadores, ela afirma: “Uma filha mulher”. Tal visão demonstra esse aspecto dialético que, muitas mulheres ainda vivenciam, em que ora se coloca como defensora de direitos de igualdade, ora defende posicionamentos controversos que indicam a formação patriarcal, onde a mulher é um ser inferior socialmente. Ao mesmo tempo, a frase também remete ao desejo da menina de que o abusador possa se tornar um ser mais humanizado, sofrendo com a dor de uma filha.

#### **4.4 Análise Textual: a interpretação das vozes discursivas nas notícias**

Partindo de uma entrevista coletiva, concedida pelo delegado titular que cuidava do caso, os portais de notícia construíram as suas narrativas a partir do que foi levantado neste momento: a dúvida do delegado se houve estupro coletivo. Fairclough (2016) destaca que esses recortes de vozes que cada veículo de informação se propõe a fazer, permitem assimilar, contradizer ou ecoar ironicamente as vozes constituintes nos textos.

Nessa perspectiva, esta análise observou a constante recorrência à dúvida suscitada pelo delegado, como pretexto para a construção de um discurso que coloca a voz do delegado num embate com outras vozes que defendem a menina. Com isso, há uma repetição em todo o *corpus* analisado, com a presença dessa declaração do delegado, tirando, na grande maioria, o foco do debate: a violência sofrida pela menor e quais medidas seriam tomadas para a punição dos culpados.

O discurso do delegado, ao afirmar que ainda tinha dúvida, é o discurso jurídico, amparado pela legislação. Ele afirma: “a gente está investigando se houve consentimento dela, se ela estava dopada e se realmente os fatos aconteceram.” (Texto 1 – BBC de Londres). Esse discurso foi acusado de ser machista e, com isso, ganhou as páginas de notícias. O título

“Delegado diz ainda não saber se houve estupro e causa polêmica: O que diz a lei” (Texto 1 – BBC de Londres) é um resumo de como a temática foi abordada.

A voz oficial (de um delegado) que afirma ter dúvidas em relação ao crime é compreendido como o posicionamento que enfatiza a perspectiva social de culpabilizar a vítima pelo ato sofrido, bem como, preservar a cultura de estupro. Em contrapartida, a imprensa passa a colocar no centro da temática, a dúvida do delegado, com uma construção discursiva que questiona tal atitude e quais implicações existem por traz desse discurso. Entre os argumentos apresentados é o fato de que ele é representante de uma instituição que tem como função investigar e punir agressores.

A partir disso, a construção discursiva é feita em torno de respostas a essa dúvida. O título: “Criminalistas criticam tratamento de vítima de estupro coletivo como suspeita” (texto 5 – Extra.globo), é um exemplo dessa repercussão. A entrevista com a menina (texto 3 – G1.globo); as vozes de especialistas, representantes de instituições não-governamentais e de autoridades políticas; bem como a consulta à legislação são tentativas de legitimar o discurso que defende a não culpabilização das vítimas de estupro. No trecho: “Quando estamos diante de uma barbárie dessa e o delegado diz que ‘está investigando se houve consentimento e que a polícia não pode ser leviana’, entendemos porque tantas mulheres deixam de ir às delegacias denunciar casos de abuso sexual e violência” (texto 2 – Veja.abril), é o recorte de uma entrevista com uma delegada, que também já foi chefe de polícia e agora está como deputada estadual.

Na entrevista concedida ao programa Fantástico, da Rede Globo, (texto 3) o discurso da menor é de defesa. As respostas às perguntas são sempre direcionadas às dúvidas que estão sendo levantadas pela polícia ou pelas redes sociais. Como um grande mosaico de vozes e discursos. Ela inicia: “O próprio delegado me culpou”. Na sequência, a menor conta como se sentiu “não me senti à vontade em nenhum momento” e a explicação quanto à escolha de muitas mulheres não denunciarem “eu acho que é por isso que muitas mulheres não fazem denúncias”. (texto 3 – G1.globo)

Na sequência dos fatos, as notícias passam a veicular a saída do delegado do caso. O discurso da instituição polícia é de amenizar: ““Em razão desse elevado desgaste que o delegado [Alessandro Thiers, delegado titular da Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática (DRCI)] está tendo, a gente vai avaliar se houve falta de habilidade dele na questão do trato com a vítima, ou não” – afirmou Fernando Veloso – chefe de polícia”, (texto 3 – G1.globo).

A imprensa compreende que as dúvidas suscitadas são o motivo para o afastamento do delegado, no título do texto 6 (BBC de Londres): “Polícia afasta delegado que disse não saber se houve estupro coletivo”. A nova delegada designada para o caso é quem assume o discurso oficial da polícia, com um tom de resposta às dúvidas suscitadas: ““Minha convicção é que houve estupro”, diz delegada da DCAV” (texto 15 – G1.globo).

O discurso da delegada Cristiana Bento é o de confirmar que a menor é a vítima. A imprensa também passa a veicular amplamente a voz da delegada. Por outro lado, enquanto as dúvidas do delegado não são acompanhadas de argumentos, as certezas da delegada são veiculadas acompanhadas de justificativas para que se comprove tal posicionamento. “Está provado, não pelo laudo, mas com outras provas. Quais? O vídeo. O vídeo prova o abuso sexual, além do depoimento da vítima” (texto 14 – R7 Grupo Record).

Desse modo, compreende-se que, para o discurso do delegado Alessandro Thiers não há uma apresentação, por parte dele, dos argumentos que sustentem as suas “dúvidas”. Enquanto isso, para a “convicção” da delegada Cristiana Bento, ela precisa apresentar diversos “fatos” que comprovem a certeza do crime. O discurso do delegado ganha força ao se deparar com os relatos da menor e de sua advogada da forma como o depoimento foi conduzido.

#### **4.5 Análise Textual: a interpretação dos modos de operação das ideologias nas notícias**

A análise dos modos de operação da ideologia, no *corpus* deste trabalho, reporta à proposta teórica de Thompson (1995). Nesse aspecto, os modos de operação da ideologia encontrados nas notícias podem reportar a uma tendência de estratégia legitimação, dissimulação e reificação. Na legitimação, a estratégia é a tentativa de racionalização, e assim explicar atitudes; na dissimulação, a estratégia é explicar atitudes, bem como deslocar o foco narrativo; já na reificação, nota-se a recorrência de tentativa de naturalizar atitudes. É o que pode ser percebido em diversos momentos, ao longo das notícias.

No texto 1 (BBC de Londres), o foco narrativo aponta para um discurso contraditório do delegado, que desloca seu discurso (estratégia de dissimulação), questionando a vítima sobre a veracidade dos fatos narrados por ela. A tomada de posição que vê como consentimento, ao invés de crime, traz a ideia de que a mulher é quem permite a violência sofrida (estratégia de reificação e de legitimação). Para isso, os locais em que ela frequenta são inapropriados, ou ainda as pessoas com as quais ela mantém relações também provoca

suspeitas. É um reflexo desse dualismo que existe na sociedade: de quem é a culpa nesses crimes? Esse questionamento sempre vem à tona, diante de casos dessa natureza.

A mesma construção discursiva é percebida nas outras notícias, no entanto, a reificação, com a estratégia de naturalização, com discursos implícitos é o mais recorrente para justificar aquilo que está culturalmente instituído, ou seja, a cultura do estupro, como pode ser visto no exemplo: “Questionada sobre o que deseja para seus estupradores, ela dá uma resposta simples: ‘Sinceramente? Uma filha mulher’”. (texto 3 – G1.globo) O que seria uma resposta simples? O que seria ter uma filha mulher? Outro exemplo é a notícia veiculada pelo Midiamax (texto 13) que traz as conversas do delegado, via redes sociais, em que ele reafirma ainda ter dúvidas e levanta suspeitas em relação ao comportamento e passado da vítima. Estratégia de naturalização de atitudes (reificação).

Na notícia 10 (Elpaís), nota-se um dualismo: comentários feitos nas redes sociais são trazidos como forma de demonstração de naturalização (modo de operação reificação), ao mesmo tempo, em que há um processo de deslocamento do assunto central (dissimulação). Um dos comentários trazidos no texto:

“Agora o mundo inteiro comovido por causa de uma maria fuzil que ia para a favela para dar para bandido. Quem mora em favela sabe muito bem que bandido não estupra e deixa viva para contar história”, escreveu em seu comentário – que recebeu mais de 4.200 curtidas. (**Aspas usadas no texto**)

Outro comentário, agora no texto 9 (G1.globo), vem do chefe da Polícia Civil do RJ, Fernando Veloso: “[...] Só aconteceu daquela forma que foi descrita, que está sendo investigada, porque o tráfico de drogas, de alguma forma, permitiu”. O uso de termo “bandido” deslocado de quem pratica estupro. A cultura de estupro permite com que a sociedade veja a prática de tal crime como algo natural. Ao mesmo tempo, tem-se um chefe de polícia que vê o tráfico de drogas como uma instituição que permite qualquer tipo de crime, inclusive, o estupro. Ou seja, o tom já é de que não há uma separação.

Thompson (1995) afirma que entre as formas simbólicas, o aspecto contextual, que trata das posições de poder, é uma das formas de manutenção e definição das relações de dominação. A mulher se sentir como um ser inferior não é à toa, entre os aspectos morais impostos, há um aspecto físico e sexual. E isso é reflexo da dialética “articulação e internalização” do discurso, como descreve Resende e Ramalho (2006). Por outro lado, Fairclough (2016) destaca a construção discursiva numa direção de realização de suas

próprias conexões entre as práticas e ideologias, com isso, o sujeito pode ressignificar sentidos.

No texto 11 (Elpaís), percebe-se a tentativa predominante de sanar as dúvidas quanto ao fato denunciado. Para isso, a voz predominante é da delegada Cristiana Bento, responsável pelo caso. A construção discursiva gira em torno da desconstrução de um discurso já instituído. Aqui, o tema predominante é em referência ao local onde aconteceu o crime e a atuação dos traficantes. Observe-se o trecho:

O exame de corpo e delito realizado na vítima não tinha como apontar quantas pessoas a violentaram, e também, não registrou vestígios de abuso e violência física. Isso porque a jovem demorou cinco dias para ir à delegacia prestar queixa. Crsitiana Bento explicou que de fato ela não iria prestar queixa caso o vídeo não tivesse vazado nas redes sociais. Isso porque ela temia morrer, como acontece com todas as mulheres vítimas de estupro de traficantes. Após o crime ser noticiado pela imprensa, diversas teorias foram publicadas pelas redes sociais. Uma delas é a que o chefe do tráfico de uma comunidade não permitiria que uma brutalidade como essas ocorra. Segundo Bento, essa teoria é infundada. Para ela, as garotas são, na verdade, vítimas do tráfico. “Os traficantes pegam as meninas e estupram. Eles não admitem é que outro o faça, mas ele faz”, disse. E não denunciam por medo de serem assassinadas. **(Grifos originais do texto)**

Numa clara relação de justificativa do que é cultural ou do que não é cultural, nota-se a tentativa de responder aos questionamentos levantados.

Um outro aspecto encontrado na análise do *corpus* é a presença de instituições estruturantes e instituições estruturadas que se mostram na defesa e manutenção do poder. Para compreender, no entanto, essas relações de poder, faz-se necessário olhar, entre outros aspectos, a atuação da imprensa, enquanto instituição estruturada, para perceber de onde o discurso é disseminado, bem como a sua função estruturante, ao veicular as críticas à postura do delegado de culpabilizar a vítima, exercendo uma pressão pela sua substituição no caso.

Assim, as matérias foram elencadas de acordo com as suas fontes: BBC de Londres – sucursal Brasil (textos 1 e 6); Veja - Grupo Abril (texto 2); G1. Globo – Organizações Globo (textos 3, 9 e 15); R7 – Grupo Record (textos 4, 8 e 14); Extra – prestadora de serviços para as Organizações Globo (texto 5); O dia – Grupo IG (texto 7); El País – sucursal Brasil (textos 10 e 11); Catraca Livre (texto 12); e Midiamax (texto 13).

Os jornais BBC de Londres e El País são estrangeiros, com sucursais espalhadas pelo país. Os grupos Abril, Globo e IG são conglomerados nacionais da comunicação, com revistas, jornais impressos e portais de notícias. A Catraca Livre e o Midiamax está fora desse eixo de grandes centros de informação. A Catraca Livre foi criada com o objetivo de promover jornalismo independente, com colabores, escrevendo e disseminando informações,

basicamente, pela Internet (site de notícias e redes sociais). Enquanto isso, o Midiamax é um tradicional jornal do Mato Grosso do Sul, com sites de notícias e a venda de jornais impressos, diariamente.

Segundo Bourdieu (1998), as instituições estruturantes necessitam de instituições estruturadas para disseminar o seu poder simbólico. A imprensa, portanto, pode ser essa instituição estruturada que organiza seu discurso ou dissemina discursos em prol da manutenção desse poder invisível, mas detentor de um controle social. Nesta pesquisa, foi visto como a imprensa ganhou um papel central tanto na mobilização para que o evento estupro coletivo viesse a ser investigado pela polícia do Rio de Janeiro, quanto para espalhar as informações.

Duas situações são destaques no material analisado: primeiro com as coletivas de imprensa que eram organizadas, recorrentemente, pela chefia da Polícia Civil do Rio, com o propósito de atualizar as informações ou dar respostas à sociedade; em outro momento foi a entrevista exclusiva que o programa de televisão “Fantástico” (das organizações Globo) com a menor de idade. Este momento caracterizou-se como o único momento em que a versão da menor foi ouvida por todos, além da própria polícia. Analisado, inclusive, como uma resposta ao tratamento que a menor disse ter sofrido com o delegado de polícia.

O que é possível notar, no entanto, é que a manutenção desse poder requer, entre outros aspectos, a seleção proposital tanto de quem tem direito a voz no discurso, quanto na seleção dos trechos do discurso que ocuparão a notícia. Dar voz é uma forma de dar poder ao outro, especialmente quando essa voz pode ser ouvida ou vista por milhões de pessoas. E escolher quais vozes serão ouvidas integra a estratégia de legitimar o discurso proferido. Logo, o leitor está atento ao que está sendo posto e quais fontes são citadas.

A escolha pelo programa Fantástico para que a menor concedesse a entrevista não foi à toa. O programa, também chamado de revista eletrônica, é considerado uma das maiores audiências nas noites de domingo, da tv aberta, no Brasil. Os dados indicam que só na noite em que a entrevista foi ao ar (28/05/2016), a audiência atingiu 21,2 pontos (Fonte: [noticiasdatv.uol.com.br](http://noticiasdatv.uol.com.br)). Esse número equivale a média anual do programa. Na sequência, além da própria Globo, outros sites de notícias se reportaram a esta entrevista.

Entre as instituições estruturadas, a própria Polícia Civil é um exemplo de órgão pela manutenção da ordem social e assim, do poder simbólico. A sua presença constante nas notícias sobre o evento estupro coletivo é uma forma de dar credibilidade ao que se informa. Quando não é a chefia da instituição ou o delegado que está à frente do caso emitir opiniões,

são as vozes de pessoas ligadas ao judiciário que permeiam as webnotícias. Como regulador social, a legislação é sempre reportada, uma vez que, segundo Bourdieu (1998), trata-se de uma instituição estruturante.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, que teve como suporte teórico-metodológico a ACD, na abordagem dialética-relacional, de Fairclough (2010; 2016), identificou e explanou os elementos linguístico-discursivos para verificar os sentidos e elementos na constituição discursiva, em torno de um evento estupro coletivo, em notícias veiculadas no webjornalismo. O objetivo foi observar nos textos analisados aspectos caracterizadores de um discurso que denota estratégias ideológicas, como forma de culpabilizar a vítima.

Para isso, foi selecionado um *corpus* composto por 15 notícias veiculadas nos *websites* nacionais e internacionais, acessados por usuários da rede mundial de computadores (*Internet*). Dentro de um amplo número de notícias sobre o estupro coletivo de uma adolescente de 16 anos, no Rio de Janeiro, em 2016, o recorte foi feito com base nas declarações do delegado que estava à frente do caso, em que afirmava ter dúvidas se o estupro havia acontecido de fato. A repercussão em torno dessa fala, bem como em torno do relato da menor de que, durante o seu depoimento, o delegado sugeriu o consentimento dela, no momento o crime.

Desse modo, considerando o arcabouço teórico em torno das concepções que fundamentam a ACD, com amplo diálogo com outras teorias das ciências sociais, o modelo tridimensional do discurso de Fairclough (2016) abre espaço para que se compreenda a prática social, a partir da percepção de prática discursiva e da materialização do discurso, por meio do texto, e vice-versa.

Para estabelecer uma dinâmica metodológica, bem como, considerando a abordagem social, a escolha pela metodologia qualitativa e transversal foi feita baseada em critérios de que as sociedades podem ressignificar práticas e repensar discursos. Para isso, necessita-se de uma reflexão. De certo modo, é ao que se propõe este trabalho: contribuir para uma mudança discursiva, baseada numa reflexão acerca de práticas, produções e consumo textual. Assim como, na compreensão do estado da arte, no campo de estudo do jornalismo, repensar sobre as suas funções estruturadas e estruturantes.

A análise do *corpus* teve como foco responder às dúvidas levantadas e que motivaram a elaboração deste trabalho. Num primeiro momento, a análise do contexto sócio histórico, brasileiro e mundial, e considerando, numa visão geral, a realização de um evento esportivo de porte global, como os Jogos Olímpicos, na cidade do Rio de Janeiro, percebeu-se que o mundo inteiro estava mais atento aos assuntos que permeavam a constituição social, política e econômica do país.

O aspecto violência contra a mulher, segundo dados do IPEA mostram que não houve uma atividade atípica, em termos de números de mulheres que sofreram violência sexual no país, naquele ano. A violência contra a mulher, pelo que foi exposto, é constante, corriqueiro e não tem hora, nem local para acontecer. Quando analisados os números de estupro coletivo *versus* estupro individual, percebe-se que, entre adolescentes (como é o caso da menina do Rio) e mulheres, a recorrência de estupro coletivo é maior do que aquele praticado por apenas um agressor. Tal prática remete à cultura de estupro que existe na sociedade.

A concepção de cultura do estupro passa pela ideia de que a violência contra a mulher é algo natural. No entanto, essa percepção vai além da visão sexual. A mulher, de um modo geral, é um ser inferiorizado, em relação ao homem. Em contrapartida, nota-se que as mulheres têm caminhado, cada vez mais, numa direção de organização. Os movimentos feministas procuram atuar em diversas instâncias, na tentativa de conscientização de que não há ser superior, nem inferior.

Nesse contexto, movimentos sociais em defesa da mulher, passaram a ter uma atuação mais vibrante, na mobilização social em prol da defesa de direitos. Tal vigilância permitiu, também, que um vídeo de uma menina veiculado nas redes sociais fosse denunciado. Com isso, a polícia passou a investigar o caso e identificou vítima e agressores. O vídeo, tido como uma “bomba”, “detonou” uma cobertura jornalística ampla, com repercussão nacional e internacional. A temática, porém, predominante nos textos foi em torno da investigação em si do caso. A polícia se tornou o centro das atenções. Um grande momento que estabeleceu um discurso antagônico aconteceu quando o delegado de polícia afirma não ter certeza se houve, de fato, o crime de estupro. A partir desse ponto, a construção discursiva gira sempre em torno dessa dúvida levantada pelo jurista, que coloca em evidência a cultura de estupro.

A análise das notícias seguiu os critérios do Modelo Tridimensional do Discurso, de Fairclough (2016), de acordo com as categorias de análise descritas. Numa escala ascendente, foi feita a análise textual, atentando para os aspectos linguístico-discursivos, como o uso do vocábulo, da gramática, da coesão e da estrutura textual. Notou-se que, as escolhas lexicais, as estruturas gramaticais das orações, as estratégias de coesão, bem como as escolhas de polidez (positiva ou negativa) são importantes aliados na disseminação de sentidos.

Outro aliado na propagação de ideologias é a maneira como são articuladas as vozes nos textos. Na análise textual das notícias, na perspectiva de análise das vozes discursivas, percebeu-se a presença de vozes marcadas (intertextualidade). No entanto, há recorrência de discursos não marcados (interdiscurso), mas que estão socialmente postos. Um exemplo é a

dúvida levantada pelo delegado ao se referir “não saber ainda se houve estupro”. Em um outro contexto, que envolvesse um outro tipo de crime, tal colocação, provavelmente não teria o impacto que teve. Porque esse discurso da dúvida é o mesmo levantado em torno de denúncias da mesma natureza.

A associação não deixa de ser feita, inclusive pela imprensa, na seleção de fontes ouvidas, na tentativa de sanar as dúvidas. Notou-se também que, enquanto as dúvidas do delegado não têm base argumentativa, o posicionamento da delegada é o tempo todo colocado com argumentos, provas, convicção.

Por fim, dentro desse mosaico de vozes, a análise textual, na perspectiva da prática social, chega aos elementos que remetem às ideologias e às forças de poder por trás dos discursos. A análise direcionou para a visão de que a mulher, de um modo geral, é estigmatizada socialmente e sofre qualquer tipo de ataque, em qualquer circunstância, independentemente de sua condição de vítima ou agente. A justificativa é a simples condição de ser mulher. E isso não está, simplesmente, condicionado ao fato de estar numa favela, num baile *funk* ou algo do tipo. Esses fatores apenas reforçam a justificativa para o crime sofrido. Tal preconceito é analisado sob o viés dos modos de operação da ideologia, proposto por Thompson (1995).

Entre as estratégias recorrentes, a reificação está presente no discurso do delegado que, mesmo diante de uma constituição textual, em que parece ser um posicionamento individual, o discurso que se constrói, numa perspectiva externa aos textos, é a de que há uma aceitação em torno dessa concepção. Assim, os textos parecem ser escritos para responder às dúvidas da sociedade: foi estupro? ou não foi estupro? Tal discurso é absorvido até pela polícia, quando substitui o delegado por uma delegada.

Neste momento, percebe-se não apenas o antagonismo de posicionamentos (a “convicção” da delegada em contraposição às incertezas), mas também, é perceptível a argumentação construída na defesa de seus respectivos posicionamentos. Enquanto o delegado afirma ter dúvidas e não destaca os elementos que ainda não foram esclarecidos; a delegada afirma ter certeza e apresenta os elementos que a fazem ter convicção.

Tratar a mulher como a responsável por sofrer o estupro é uma visão recorrente que extrapola os discursos presentes nos textos analisados. Levantar dúvidas, como o fez o delegado responsável, poderia ser compreendido, no contexto jurídico, como algo natural. Faz parte da prática de um investigador. No entanto, a temática (violência contra a mulher), bem como a forma como o delegado conduziu o depoimento da menor, faz repensar a prática

discursiva do delegado, enquanto representante de uma instituição que remete à proteção das vítimas.

No aspecto de mudança social, nota-se que a temática, por vezes contraditória, ganhou amplo espaço na imprensa. Mesmo diante de uma construção discursiva em torno de um discurso socialmente instituído, a de que a mulher é a culpada por provocar o homem a cometer o crime de estupro, houve uma abertura para que diferentes vozes fossem ouvidas. A entrevista com a menor foi crucial para determinar o ponto antagônico do que foi posto até então pelo delegado. Além de afirmar que tinha dúvidas, a conduta do mesmo na coleta de depoimentos, não foi o procedimento que respeitasse a condição de vítima da menor. Tal abordagem abriu a perspectiva também para se discutir como é feito esse atendimento às vítimas de estupro, nas delegacias de polícia brasileiras.

A atuação de movimentos feministas também foi importante no processo de desconstrução de sentidos. Por fim, cabe salientar que o evento estupro coletivo é a face de um tipo de crime recorrente no país. Pensar em estratégias que combatam esse tipo de violência deveria ser o foco das notícias.

## REFERÊNCIAS

ADGHIRNI, Zélia Leal; e MORAES, Francilaine de Moraes. Instantaneidade e memória na pesquisa sobre jornalismo *online*. In: LAGO, Cláudia e BENETTI, Marcia (orgs). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2017. Disponível no site: [http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/ANUARIO\\_11\\_2017.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/ANUARIO_11_2017.pdf)  
Acesso feito em: 1º/02/2018

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2018. Disponível no site: [http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Apresenta%C3%A7%C3%A3o\\_Anu%C3%A1rio.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Apresenta%C3%A7%C3%A3o_Anu%C3%A1rio.pdf)  
Acesso feito em 18/11/2018.

APÓS críticas, coordenação de caso de estupro no Rio muda de delegacia. G1/Globo.com, Rio de Janeiro, 29 de maio de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/apos-criticas-investigacao-de-estupro-mudara-de-delegacia-no-rio.html>

BACCEGA, Maria Aparecida. O Estereótipo e as Diversidades. **Revista Comunicação & Educação**, São Paulo, edição 13: 7 a 14, set./dez. 1998. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36820/39542> Acesso feito em 18/11/2018.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas na Poética de Dostoiévki**. Tradução de Paulo Bezerra (5ª edição). Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2010.

\_\_\_\_\_. **Teoria do Romance I – A Estilística**. 1ª edição. São Paulo: Editora 34, 2015. 256p.

\_\_\_\_\_. **Os gêneros do discurso**. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra; notas da edição russa de Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016 (1ª edição). 176p.

BARBROOK, Richard. **Futuros imaginários: das máquinas pensantes à aldeia global**. São Paulo: Peirópolis, 2009.

BLAY, Eva Alterman. Como as mulheres se construíram como agentes políticas e democráticas: o caso brasileiro. In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (orgs). **50 anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile: As construções das Mulheres como atores políticos democráticos**. 1. ed. São Paulo: Editora da USP, Fapesp, 2017.

BENETTI, Marcia. Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia e BENETTI, Marcia (orgs). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz (português de Portugal). 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 322 p.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CARDOSO, Isabela Cristina Barros. **Discursos sobre violência sexual contra a mulher no webjornalismo e nas redes sociais**. 150 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=2686393](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2686393)  
Acesso feito em 1º de outubro de 2017.

CASTRO, Luciana Andrade Cavalcante de. **O viés estruturalista da abordagem discursiva de Norman Fairclough**. 212 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Faculdade de Letras. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011. Disponível em <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tde/2400/1/Dissertacao%20Luciana%20Andrade%20Cavalcante%20de%20Castro.pdf> Acesso feito em 10 de julho de 2017

CENTRO DAS MULHERES DA UNIVERSIDADE DE MARSHALL, disponível no site <https://www.marshall.edu/wcenter/sexual-assault/rape-culture/> acessado no dia 09 de agosto de 2017

CHOULIARAKI, L; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis**. Edinburgh: Edingurgh University Press, 1999.

CRIMINALISTAS criticam tratamento de vítima de estupro coletivo como suspeita. Extra/Globo.com, Rio de Janeiro, 29 de maio de 2016. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/criminalistas-criticam-tratamento-de-vitima-de-estupro-coletivo-como-suspeita-19390897.html>

DELEGADO diz não saber se houve estupro e causa polêmica: O que diz a lei. BBC de Londres, sucursal Brasil, São Paulo, 28 de maio de 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36406987>

DELEGADO é afastado do caso de estupro coletivo e DCAV assume investigações. Jornal O dia/Portal IG, São Paulo, 29 de maio de 2016. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/conteudo/rio-de-janeiro/2016-05-29/delegado-e-afastado-do-caso-de-estupro-coletivo-e-dcav-assume-investigacoes.html>

DESOUZA, Eros; BALDWIN, John R.; ROSA, Francisco Heitor da. A Construção Social dos Papéis Sexuais Femininos. **Revista Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2000, 13(3), p.485-496.

DIJK, Teun A. van. **La noticia como discurso – comprensión, estructura y producción de la información**. Barcelona – Buenos Aires – Mexico: Ediciones Paidós, 1990.

EM CONVERSA no *WhatsApp*, delegado desqualifica vítima de estupro coletivo no RJ. Catracalivre/Informação do Jornal Extra, Rio de Janeiro, 30 de maio de 2016. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/em-conversa-no-whatsapp-delegado-desqualifica-vitima-de-estupro-coletivo-no-rj/>

ESTUPRO no Rio: adolescente entra para programa de proteção e advogada anuncia saída do caso. R7 (Da agência Brasil), São Paulo, 29 de maio de 2016. Disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/estupro-no-rio-adolescente-entra-para-programa-de-protecao-e-advogada-anuncia-saida-do-caso-03062016>

EUROSTAT: site de informações estatísticas sobre a União Europeia. <https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-eurostat-news/-/EDN-20171123-1?inheritRedirect=true&redirect=%2Feurostat%2Fnews%2Fwhats-new>  
Acesso feito em 18/11/2018.

EX-CHEFE da Polícia Civil do Rio critica delegado à frente de caso de estupro. Veja, editora Abril (Com Agências de Notícias), São Paulo, 28 de maio de 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/ex-chefe-da-policia-civil-do-rio-critica-delegado-a-frente-de-caso-de-estupro/>

FAIRCLOUGH, Norman. A dialética do Discurso. Artigo publicado na Revista Teias v. 11. n. 22, p. 225-234, maio/agosto 2010. Este artigo foi publicado originalmente, em inglês, na **Revista Textus** (XIV.2 2001a, p. 231-242). The Dialectics of Discourse. Tradução: Raquel Goulart Barreto. Disponível em <http://www.ling.lancs.ac.uk/profiles/263>

\_\_\_\_\_. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2016.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística Histórica**: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FIDÉLIS, Guido. **A grande arma da liberdade**. São Paulo: Editora Companhia Nacional. 1986.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

\_\_\_\_\_. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. 7ª edição.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

INVESTIGAÇÃO de estupro coletivo no Rio passa às mãos de uma delgada após pressão. *El país*, sucursal Brasil, São Paulo, 30 de maio de 2016. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/30/politica/1464566347\\_385913.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/30/politica/1464566347_385913.html)

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Disponível no site: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/140327\\_notatecnicadiest11.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnicadiest11.pdf) Acessado no dia 13/03/2018

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Argumentação e linguagem**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **O texto e a construção dos sentidos**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. **Intertextualidade: diálogos possíveis** / Ingedore G. Villaça Koch, Anna Christina Bentes, Mônica Magalhães Cavalcante. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

KRITEVA, Julia. **Introdução à Semanálise**. Tradução: Lúcia Helena França Ferraz. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. Disponível no link: <https://pt.scribd.com/doc/179385244/Introducao-a-semanalise-Julia-Kristeva-pdf> Acesso feito no dia: 25/11/2018.

LEI 12.015 de 07 de agosto de 2009.  
Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm)  
Acesso feito em 18/11/2018

MACHADO, Irene. Gêneros Discursivos. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

MAGALHÃES, Izabel. Introdução: A Análise de Discurso Crítica. (Introduction: Critical Discourse Analysis). **Revista D.E.L.T.A.**, 21: Especial, 2005, p. 1-9. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-44502005000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502005000300002&lng=en&nrm=iso)  
Acesso feito em: 10 de julho de 2017.

MAGALHÃES, Izabel; MARTINS, André Ricardo; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Tradução: Maria Cecília P. de Souza-e-Silva; Décio Rocha. 6. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2013.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 296 p.

MATTELART, A., e Michéle. **História das teorias da Comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 1999. 4ª edição: 2001.

‘MINHA convicção é que houve estupro’, diz delegada da DCAV. G1/Globo, Rio de Janeiro, 30/05/2016. Disponível em:  
<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/minha-conviccao-e-que-houve-estupro-diz-delegada.html>

NOTÍCIAS DA TV: AUDIÊNCIA <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/audiencias/contrageraldo-luis-superstar-volta-a-perder-para-a-record-11466> Acesso feito no dia 04/01/2019

NOVA delegada do Rio garante: está provado o estupro coletivo da jovem de 16 anos. *El País*, sucursal Brasil, São Paulo, 30 de maio de 2016. Disponível em:  
<https://www.brasildefato.com.br/2016/05/30/para-nova-delegada-do-caso-estupro-coletivo-de-jovem-de-16-anos-no-rj-esta-provado/>

NO *WHATSAPP*, delegado desqualifica vítima de estupro coletivo: ‘teve relação consentida’. Midiamax, Mato Grosso do Sul, 31 de maio de 2016. Disponível em:

<https://www.midiamax.com.br/amp/brasil/2016/no-whatsapp-delegado-desqualifica-vitima-de-estupro-coletivo-teve-relacao-consentida/>

‘O PRÓPRIO delegado me culpou’, diz menor que sofreu estupro no Rio. G1.Globo.com / entrevista concedida ao Fantástico, Rio de Janeiro, 29 de maio de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/o-proprio-delegado-me-culpou-diz-menor-que-sofreu-estupro-no-rio.html>

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE / Organização Mundial da Saúde.  
[https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5669:folha-informativa-violencia-contra-as-mulheres&Itemid=820](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5669:folha-informativa-violencia-contra-as-mulheres&Itemid=820)

Acesso feito em 18/11/2018.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. Análise Crítica do Discurso – Uma proposta para a análise crítica da linguagem. **Revista Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos**, Rio de Janeiro, p. 6-19, 2017. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/ixcnlf/3/04.htm>  
Acesso em: 17 de junho de 2017.

POLÍCIA afasta delegado que disse não saber se houve estupro coletivo. BBC de Londres, sucursal Brasil, São Paulo, 29 de maio de 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36410666>

POLÍCIA Civil transfere investigação de estupro coletivo para Delegacia da Criança e Adolescente. Portal R7, São Paulo, 29 de maio de 2016. Disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/policia-civil-transfere-investigacao-de-estupro-coletivo-para-delegacia-da-crianca-e-adolescente-03062016>

PRADO, Magaly. **Webjornalismo**. Rio de Janeiro: LTC, 2011. 241p.

PRECONCEITO. Dicionário Aurélio:  
<https://dicionariodoaurelio.com/preconceito>. Acesso feito em 18/11/2018.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane C. Vieira Sebba Ramalho. Análise de Discurso Crítica, do Modelo Tridimensional à Articulação entre Práticas: Implicações Teórico-Metodológicas. **Revista Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão, v. 5, n.1, p. 185-207, jul/dez. 2004.

\_\_\_\_\_. **Análise Crítica do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2006.

RYAN, W. **Blaming the victim**. New York: Pantheon Books, 1971. Livro eletrônico.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. Organização. Charles Bally e Albert Sechehaye. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2012 (28ª edição), 2017 (4ª reimpressão).

THOMPSON, J. B. **Ideologia e Cultura Moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TOMASSELLI, Sylvana; PORTER, Roy. **Estupro**. Tradução: Alves Calado. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Intrdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE DE LANCASTER. Disponível no site: <http://www.lancaster.ac.uk/linguistics/about-us/people/norman-fairclough> Acesso feito em: 15 de junho de 2017.

VIANNA, Hermano. *Funk e Cultura Popular Carioca*. **Revista: Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. Vol. 3, nº 6. 1990, p. 244-253. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2304/1443> Acesso feito em 18/11/2018.

VÍDEO prova estupro coletivo, diz delegada que investiga violência contra adolescente no Rio. Portal R7, São Paulo, 30 de maio de 2016. Disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/video-prova-estupro-coletivo-diz-delegada-que-investiga-violencia-contra-adolescente-no-rio-03062016>

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora 34, 2017. 376p.

WEEDWOOD, Barbara. **História concisa da Linguística**. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2002. 168p.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD – Um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Revista Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão, v. 4, n.esp, p. 223-243, 2004. Este artigo foi publicado originalmente em inglês In: WODAK, R; MEYER, M. (Orgs.). *Methods of Critical Discourse Analysis*. London: Sage, 2001. [Tradução de Débora de Carvalho Figueiredo].

WODAK, Ruth; MEYER, M. Critical Discourse Analysis: history, agenda, theory and methodology. In WODAK, R; MEYER, M. (Org.) *Methods of Critical Discourse Analysis*. 2. ed. Londres: Sage, 2009. p. 1-33.

## ANEXOS

### ANEXO A: (TEXTO 01)

#### **Delegado diz ainda não saber se houve estupro e causa polêmica: O que diz a lei**

Mariana Della Barba - @marianadbDa BBC Brasil em São Paulo

28 maio 2016

#### **O caso da menina de 16 anos estuprada por mais de 30 homens no Rio ganhou um novo desdobramento após o delegado Alessandro Thiers afirmar ainda não estar convencido de realmente houve estupro.**

"A gente está investigando se houve consentimento dela, se ela estava dopada e se realmente os fatos aconteceram. A política não pode ser leviana de comprar a ideia de estupro coletivo quando na verdade a gente não sabe ainda", disse, em entrevista coletiva após os depoimentos da vítima e de suspeitos.

A advogada da vítima, Eloísa Samy, acusou Thiers, que é titular da Delegacia de Repressão de Crimes de Informática do Rio, de machismo e pediu seu afastamento do caso.

"Ele não tem condições de conduzir esse caso. Durante o depoimento da vítima, fez perguntas que claramente tentavam culpá-la pelo estupro. Ele chegou a perguntar: 'Você tem por hábito participar de sexo em grupo'. Não acreditei e encerrei o depoimento", disse Samy à BBC Brasil.

"Ele mostra uma atitude machista por claramente desqualificar a vítima e a violência que ela sofreu, a responsabilizando pela violência do estupro. Assim, ela faz com que ela sofra duas vezes, com a violência do estupro e com a violência inconstitucional pelo descrédito que lhe é dirigido", acrescentou a advogada.

"Assim fica fácil perceber o que faz com que tantas vítimas de estupro deixem de denunciar seus agressores no Brasil."

A BBC Brasil procurou a Polícia Civil para comentar as acusações - o crime está sendo investigado em conjunto pela Delegacia da Criança e Adolescente Vítima e pela Delegacia de Repressão de Crimes de Informática.

Segundo a assessoria de imprensa do órgão, "a investigação é conduzida de forma técnica e imparcial, na busca da verdade dos fatos, para reunir provas do crime e identificar os agressores, os culpados pelo crime".

Ainda de acordo com a polícia, a delegacia comandada por Thiers afirmou que, durante o depoimento, a vítima foi questionada sobre "ter conhecimento de que havia um outro vídeo sendo divulgado em mídias sociais em que ela apareceria mantendo relações sexuais com homens, conforme relato de uma testemunha".

A jovem afirmou desconhecer as imagens e disse que elas não eram verdadeiras, segundo a polícia. "A mãe da vítima acompanhou todo o depoimento, sendo que, em determinado momento, houve discordância entre a advogada e o desejo da mãe da vítima. Por esta razão a oitiva da mãe foi feita sem a presença da advogada."

#### ***Provas***

A advogada da vítima também critica o fato de o delegado não ter pedido a prisão preventiva dos suspeitos ouvidos pela polícia.

"Ele (o delegado) reitera que divulgar imagens como essas envolvendo menores é crime, chama os suspeitos para depor, eles confessam e daí eles são liberados? Não consigo entender. O vídeo não é prova o suficiente?"

Samy afirma ainda que o fato de a gravação mostrar que a garota está desacordada já é prova o suficiente de estupro. O delegado, no entanto, alegou que não ainda havia subsídios para pedir a prisão preventiva.

Para o procurador de Justiça Mario Sarrubbo, professor da Faculdade de Direito da Faap, de São Paulo, o vídeo que mostra a garota deitada e desacordada enquanto os rapazes tocam suas partes íntimas e debocham é um "indício forte" de que houve o estupro, e deve ser confrontado com outras provas.

"Eu teria pedido a preventiva. Temos um vídeo com confissão", diz ele. "Eles afirmam (em gíria própria) que houve estupro."

**Leia também: Política brasileira precisa da corrupção para funcionar, diz pesquisador**

No vídeo, um dos rapazes diz: "Mais de 30 engravidou". Em uma foto divulgada também pelo Twitter é possível até ver o rosto de um deles, que posa para a câmera em frente à menina. O Código Penal Brasileiro, em seu artigo 213 (alterado pela Lei 12.015/09), considera atos libidinosos não consentidos como crime de estupro.

"Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso", descreve a lei.

"Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas com alguém que por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência", acrescenta.

Enviar vídeos ou fotos de menores de idade é crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com pena de três a seis anos de prisão.

***'Nítido'***

"É nítido no vídeo que ela não tinha condições de manifestar sua vontade ou não (de consentir o sexo). É claro que ela está dopada e/ou desacordada e, portanto, vulnerável. Isso por si só já está tipificado no Código Penal como violência sexual mediante fraude", avalia a advogada Ana Lucia Keunecke, diretora jurídica da ONG de defesa dos direitos das mulheres Artemis. "Não havendo assim nenhuma necessidade de outras provas, já havendo indícios suficientes para o pedido de prisão preventiva dos suspeitos."

Segundo ela, é comum ver delegados fazendo com que a vítima prove que houve estupro.

"Não creio que o fato de não se ter pedido a prisão preventiva dos suspeitos seja despreparo da autoridade, é cultura do machismo, cultura do estupro", afirma Ana Lucia.

***Trauma***

A advogada da adolescente também diz ter ficado revoltada com o fato de o delegado ter marcado o depoimento dos suspeitos para o mesmo momento em que a adolescente estava na delegacia. "Exatamente no mesmo horário e local. Ela ficou ainda mais abalada."

Segundo Samy, a jovem está extremamente traumatizada. "Ela está começando a apresentar sintomas de síndrome de pânico. Não quer sair de casa. Está muito abalada."

A advogada diz que o Estado não ofereceu nenhum tipo de acompanhamento psicológico - ela mesma teria conseguido o apoio de um profissional para sua cliente.

*Com colaboração de Adriano Brito, da BBC Brasil em São Paulo*

## **ANEXO B (TEXTO 2)**

### **Ex-chefe da Polícia Civil do Rio critica delegado à frente de caso de estupro**

*Martha Rocha, hoje deputada estadual, condena postura de colocar em dúvida se crime de fato existiu*

**Por Da Redação**

access\_time28 maio 2016, 21h37

A deputada estadual Martha Rocha, presidente da Comissão Estadual de Segurança Pública e Assuntos de Polícia da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, criticou as declarações do delegado Alessandro Thiers, um dos responsáveis pela investigação do estupro coletivo da

jovem C.B., de 16 anos, no último sábado (dia 20), no Morro da Barão, no Rio de Janeiro. Thiers colocou em xeque a versão apresentada pela menina de que foi estuprada por 33 homens e declarou na sexta-feira, em entrevista coletiva, “que seria leviano comprar a ideia de estupro coletivo” enquanto o caso não estiver “esclarecido”.

Martha Rocha, que já foi chefe da Polícia Civil do Estado do Rio, afirmou neste sábado:

“Quando estamos diante de uma barbárie dessa e o delegado diz que ‘está investigando se houve consentimento e que a polícia não pode ser leviana’, entendemos porque tantas mulheres deixam de ir às delegacias denunciar casos de abuso sexual e violência”. Ela defendeu que a investigação seja conduzida pela Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima, com apoio da Delegacia da Mulher.

Thiers, que é o titular da Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática, comanda o inquérito de forma conjunta com a Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima. Na avaliação de Martha Rocha, Thiers deveria investigar a divulgação do vídeo do ato criminoso e identificar os seus autores, e não o estupro em si.

A deputada defendeu a entrada da Delegacia da Mulher no caso, apontando a experiência de 30 anos da unidade em investigar casos de agressão como esse.

A advogada Eloísa Samy, que representa a família da adolescente, disse que vai pedir o afastamento do delegado do caso.

*(Com agências de notícias)*

## **ANEXO C: (TEXTO 03)**

29/05/2016 22h19 - Atualizado em 29/05/2016 22h54

### **‘O próprio delegado me culpou’, diz menor que sofreu estupro no Rio**

Jovem contou ao 'Fantástico' que está se sentindo em 'cárcere privado'. Ela afirma ainda que nunca havia sofrido violência sexual.

A adolescente de 16 anos que foi vítima de estupro em uma comunidade da Zona Oeste do Rio deu uma entrevista para o Fantástico que foi exibida neste domingo (29). A jovem contou que sofre ameaças e que se sentiu desrespeitada na delegacia onde prestou depoimento. "O próprio delegado me culpou", afirmou, ressaltando que pediu para que o depoimento ao delegado-titular da Delegacia de Repressão a Crimes de Informática (DRCI), Alessandro Thiers, fosse interrompido.

“O próprio delegado me culpou. Quando eu fui à delegacia eu não me senti à vontade em nenhum momento. Eu acho que é por isso que muitas mulheres não fazem denúncias. Tentaram me incriminar, como se eu tivesse culpa por ser estuprada”, relatou a menor, que afirma que chegou a pedir para que o depoimento fosse interrompido.

Ela dá detalhes sobre os motivos pelos quais considerou o ambiente no qual seu depoimento foi tomado como inadequado.

“Começando por ele, tinha três homens dentro de uma sala. A sala era de vidro, todo mundo que passava via. Ele colocou na mesa as fotos e o vídeo. Expôs e falou: ‘me conta aí’. Só falou isso. Não me perguntou se eu estava bem, se eu tinha proteção, como eu estava. Só falou: ‘me conta aí’”, relatou a adolescente.

A menor falou sobre outros motivos pelos quais considerou a conduta do delegado como inadequada.

“Ele perguntou se eu tinha o costume de fazer isso, se eu gostava de fazer isso [sexo com vários homens]”, detalhou a jovem, que conta que interrompeu o depoimento e disse que não ia mais responder as perguntas a partir daí. A adolescente deixa claro que se sentiu desrespeitada.

Questionado sobre a postura de Alessandro Thiers, o chefe de Polícia Civil, Fernando Veloso, afirmou que a conduta do delegado no caso será investigada, mas que a prioridade é definir a ordem dos fatos no caso.

“Isso será apurado. E se, realmente, o delegado teve alguma conduta inadequada, ele vai responder por isso. Mas a prioridade agora é descobrir as circunstâncias que o crime aconteceu”, explicou Veloso.

### **Momentos de terror**

Ela disse, ainda, que não pode sair de casa e relata detalhes sobre os momentos de horror que viveu. “Eu estou com medo. Bastante. Eu me sinto praticamente em cárcere privado. Eu não posso sair de casa para nada. Eu entrei no Facebook, quando eu entrei, tinham 900 mil mensagens. Tinha gente de Minas Gerais falando que ia me matar. Gente falando que se eu fosse em alguma comunidade eu ia morrer”, afirmou a menor.

A jovem conta que tinha ido outras vezes à comunidade onde o crime ocorreu, mas nunca tinha sofrido violência sexual. Ela revela qual foi a cena que viu quando acordou em uma casa desconhecida dentro da favela:

“Quando eu acordei, tinha um menino embaixo de mim, um menino em cima e dois me segurando. Eu comecei a chorar. Tinha muitos homens. Tinha fuzil, pistola. E a casa estava muito suja, relata a adolescente.

A menor conta ainda que sofreu ofensas verbais dos homens que a estupraram.

“Eles falavam que eu era piranha, vagabunda. Coisas assim”, explica a vítima de violência.

Ela nega que tenha usado qualquer tipo de droga na noite em que sofreu o estupro e acredita que foi dopada.

“Eu acho que sim [foi dopada]. Porque eu dormi por muito tempo. Não é possível que tinha todos estes homens e eu não tenha acordado, se eu não tivesse dopada”, afirmou a adolescente.

### **Redes sociais**

Inicialmente, a menor relata que não pensou em denunciar o caso, pois ficou com muita vergonha do que tinha passado. Ela agradece todas as mulheres que se mobilizaram para denunciar o caso em redes sociais e para as autoridades.

“Eu agradeço muito. Porque elas não deixaram isso ficar oculto”, contou a adolescente.

A jovem revela que ainda sente revoltada por muitas pessoas não acreditarem em seu relato do estupro que sofreu.

“Eu fico um pouco [revoltada], porque tem pessoas que estão defendendo [a violência que sofreu], afirmando que eu estou mentindo, dizendo que a minha versão da história é mentirosa. Sendo que tem um vídeo para provar que eu estava desacordada no momento, nua e eles mexeram em mim. Tem fotos. No vídeo eles falando quantas pessoas tinham”, revelou a adolescente.

Ela contou ainda que “ninguém merece” passar pelo que ela passou durante o caso de violência sexual e que nenhuma mulher, independente das circunstâncias, merece sofrer o que ela está passando.

“Ninguém merece isso. Não interessa se eu estava com roupas curtas, com roupas longas. Não interessa como eu estava, no lugar que eu estava, na hora que eu estava. Estão fazendo áudios meus, montagens com a minha foto, fotos que não são minhas, vídeos que não são meus onde eu estaria nua, armada. Tem áudio onde eu estaria falando ‘ah! Eu tô muito louca’, sendo que não sou eu.”, afirmou a vítima sobre as supostas imagens suas que circulam na internet que tentariam mostrar que ela tinha comportamento promíscuo.

A menor conta ainda que a divulgação do material difamatório tem como objetivo defender seus agressores. E que não tem dúvidas de que realmente sofreu um estupro coletivo.

“Muitas pessoas falam que é mentira, como se elas estivessem lá, inclusive mulheres. Dizendo que eu procurei, que eu estava lá porque ia. Ninguém pensa: ‘poderia ser comigo’”, explicou a adolescente.

### **Vida**

**normal**

A vítima relatou que pretende voltar a ter uma vida normal.

“Eu pretendo esquecer essa história. E, depois, que tenha justiça. Mas eu quero esquecer aqueles momentos e seguir em frente”, disse a menor.

Questionada sobre o que deseja para seus estupradores, ela dá uma resposta simples: “Sinceramente? Uma filha mulher”.

### **Mudança**

**nas**

**investigações**

Toda a coordenação da investigação do caso de estupro coletivo de uma adolescente na Zona Oeste do Rio passará para a ser conduzida pela Delegacia da Criança e Adolescente Vítima (DCAV), afirmou entrevista à TV Globo, na tarde deste domingo (29), o chefe da Polícia Civil, Fernando Veloso:

"Em razão desse elevado desgaste que o delegado [Alessandro Thiers, delegado titular da Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática (DRCI)] está tendo, a gente vai avaliar se houve falta de habilidade dele na questão do trato com a vítima, ou não. Até para tentar preservar o delegado e garantir a imparcialidade da investigação, para que a gente não tenha que enfrentar discussão sobre a investigação ser conduzida de forma imparcial".

As investigações ficarão sob responsabilidade de Cristiana Onorato, delegada titular da DCAV, que já acompanhava as investigações: "Os autos estão indo para a mão dela. Estarão com ela ainda hoje [neste domingo (29)]. Já conversamos e ela vai se inteirar de todas as provas já colhidas e materializadas; e amanhã, a delegada irá se manifestar quanto à necessidade, ou não, de alguma medida cautelar, seja ela de prisão ou não. Mas pode ser se manifestar hoje ainda".

Veloso confirmou a possibilidade de a prisão de alguns dos suspeitos ser pedida ainda neste domingo. "Alguma coisa ela [Cristiana] já tinha conhecimento. Se ela vislumbrar elementos suficientes para a representação de uma medida cautelar, seja de prisão ou até outra, nesse sentido ela o fará ainda hoje", explicou o chefe da Polícia Civil.

Segundo Veloso, a questão suscitada pela até então advogada da vítima, Eloísa Samy, de que a menor teria ficado acuada durante depoimento ao delegado Thiers, foi levada em consideração.

"A gente entende que, ainda que o delegado [Alessandro Thiers] estivesse buscando o melhor caminho para esclarecer os fatos, a Dra. Cristiana tem essa habilidade [de tratar com menores vítimas], além de ter o mesmo conhecimento que o Dr. Alessandro. Ela é tão competente quanto ele, são dois excelentes delegados. Ela tem sensibilidade e um conhecimento melhor nessa questão do trato com a vítima. Afinal de contas, esse é o dia a dia dela", afirmou Veloso.

### **Advogada**

**é**

**dispensada**

No fim da tarde deste domingo (29), a advogada Eloísa Samy Santiago informou que a

família da menor que teria sofrido violência sexual de 30 homens em uma comunidade na Zona Oeste do **Rio de Janeiro** dispensou os seus serviços porque a jovem estaria, a partir de agora, aos cuidados da Secretaria de Direitos Humanos do Estado do RJ.

“Hoje à tarde recebi pelo WhatsApp um áudio da avó da adolescente me agradecendo pelo meu empenho e dedicação ao caso, mas dispensando a continuidade dos meus serviços em razão da família agora estar sob os cuidados e a proteção da Secretaria de Direitos Humanos do Estado”, afirmou Eloísa em uma postagem em uma rede social.

### **Proteção de testemunhas**

A menor de 16 anos de idade que teria sido vítima de um estupro coletivo em uma comunidade da Zona Oeste do Rio de Janeiro entrou no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAM), executado pela Secretaria de Direitos Humanos do Estado do RJ. A adolescente já saiu de casa e está em um local que não foi divulgado, como informou a Globo News.

O programa de proteção foi criado em 2003 como uma das estratégias do governo federal para o enfrentamento dos casos de assassinato de crianças e adolescentes. A delegada que assumiu a coordenação do caso a partir deste domingo (29), Cristina Bento, titular da Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente Vítima (DCAV) afirmou que está estudando o inquérito e que a medida foi necessária para garantir a segurança da jovem.

“É muito importante, para garantir a integridade física da vítima. Se houver alguma dúvida, vamos ter que requisitar a oitiva dela e ver uma forma de novamente ouvi-la. Mas eu acredito que não será necessário. Mas eu preciso analisar cada termo de declaração tomado. Estou vendo parágrafo por parágrafo e vou dar uma resposta. Vocês podem confiar”, afirmou a delegada.

## **ANEXO D: (TEXTO 04)**

### **Estupro no Rio: adolescente entra para programa de proteção e advogada anuncia saída do caso**

Delegacia da Criança e do Adolescente assumiu investigações neste domingo após polêmica

- RIO DE JANEIRO

#### **1. Da Agência Brasil**

- 29/05/2016 - 20H40 (ATUALIZADO EM 03/06/2016 - 15H2)

A advogada Eloisa Samy afirmou, na noite deste domingo (29), que deixou o caso da adolescente de 16 anos, que diz ter sido estuprada por mais de 30 homens, em uma comunidade da zona oeste do Rio de Janeiro. A defensora confirmou ainda que a adolescente está aos cuidados do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, da Secretaria de Estado de Direitos Humanos.

Em ligação telefônica, a advogada disse que deixou a defesa a pedido da avó da jovem. Segundo Eloisa, a avó da adolescente agradeceu sua dedicação no caso.

- Estou aliviada. Na verdade, eu não imaginava que a denúncia tivesse esse alcance todo. E eu não tenho pernas para isso. Sou autônoma, não tenho um grande escritório por trás de mim e faço isso pela militância feminina mesmo.

## Polícia Civil transfere investigação de estupro coletivo para Delegacia da Criança e Adolescente

A advogada destacou que, só neste ano, Já atendeu mais de 30 mulheres em situação semelhante à da adolescente, sem que nada aparecesse na imprensa.

— Estou surpresa com essa repercussão toda.

### Investigação

A Polícia Civil do Rio de Janeiro havia informado, em nota divulgada no início desta noite, que a delegada da Criança e do Adolescente, Cristiana Bento, assumiu a investigação do caso.

## Polícia localiza casa em que adolescente sofreu violência sexual no Rio

Segundo a nota, a medida visa “evidenciar o caráter protetivo à menor vítima na condução da investigação, bem como afastar futuros questionamentos de parcialidade no trabalho”. A decisão foi tomada depois de críticas à conduta do delegado Alessandro Thiers, da Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática.

Com a decisão da Polícia Civil, as investigações sobre o estupro serão desmembradas como queriam a advogada Eloisa Samy. O delegado Alessandro Thiers cuidará das investigações relativas ao vazamento do vídeo divulgado na internet, detalhando o estupro da jovem por 33 homens da favela do Morro São José Operário.

No início da manhã, sob o título de Vitória das Mulheres, uma das advogadas da adolescente, Eloisa chegou a comemorar a troca da coordenação das investigações na internet. “O delegado Alessandro Thiers não é mais o encarregado da investigação do estupro coletivo”, escreveu a advogada em uma rede social. No entanto, essa informação foi desmentida no início da tarde pelo Tribunal de Justiça do Rio.

## ANEXO E: (TEXTO 05)

29/05/16 06:00

### **Criminalistas criticam tratamento de vítima de estupro coletivo como suspeita**

Ana Clara Veloso

Inoportuna, abominável e machista. Foi assim que a pergunta feita pelo delegado Alessandro Thiers à adolescente vítima de estupro coletivo foi tratada por advogados criminalistas ouvidos, ontem, pelo EXTRA. Segundo a advogada da vítima Eloisa Samy Santiago, o titular da Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática (DRCI) questionou se a jovem, de 16 anos, tinha por hábito fazer sexo em grupo. Para os criminalistas, essa postura tende a transferir a culpa para a vítima.

— Uma das principais queixas das vítimas de violência sexual é justamente essa falta de acolhimento por parte da polícia, que tende a tratar a pessoa agredida como uma suspeita — apontou Luciana Boiteux, professora de Direito Penal da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Após encerrar o depoimento da vítima antes do fim, a advogada Eloisa pediu a saída de Alessandro do caso. Na sexta-feira, Thiers chegou a falar, em coletiva, que ainda estava “investigando se houve consentimento dela, se ela estava dopada e se realmente os fatos aconteceram”.

— Quando você tem o próprio delegado criminalizando a vítima, você entende por que tantas mulheres deixam de levar ao conhecimento das autoridades as denúncias sobre abuso sexual e violência — disse Eloisa.

Em nota, a Polícia Civil afirmou que a investigação é conduzida de “forma técnica e imparcial”, mesmo argumento usado por Thiers ao jornal “O Globo”:

— A investigação é técnica. Tudo o que está sendo levantado tem coerência. Estamos buscando informações. Todos os fatos estão sendo investigados. O que ainda não foi passado até agora é porque ainda não há conclusão — disse Thiers.

O professor de Direito Penal da Universidade Cândido Mendes Rafael Faria, porém, aponta que o vídeo prova o estupro.

— Fazer sexo é saudável, e se é com uma pessoa ou grupal não compete a ninguém. O problema é ser feito sem consentimento. (Pelo vídeo) Ela não tinha capacidade de dizer sim ou não à prática sexual, seja por uma embriaguez, uma dopagem ou um remédio dado pelo grupo. Logo, ela foi estuprada e teve sua vulnerabilidade atingida.

Para Luciana Boiteux, a versão de que a vítima teria concordado com o sexo grupal anteriormente não se sustenta e nem inviabiliza a acusação de estupro.

— O fato de ela estar desacordada já configura estupro, independentemente de qualquer questão que tenha acontecido antes. Mas eu insisto que, para mim, isso é uma grande mentira contada em defesa dos acusados. É uma mentira típica de uma sociedade machista, prática comum nesses processos de crimes sexuais.

Presidente da Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), a deputada estadual Martha Rocha (PDT) também criticou a indefinição de Thiers sobre o caso. Ela disse que as declarações sobre ainda não ser possível dizer se houve consentimento é uma das razões para mulheres deixarem de denunciar casos de abuso sexual e violência.

#### **Participação da Deam é pedida**

Na mesma nota, a deputada Matha Rocha lamentou que a investigação não conte com a participação da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam). A professora Luciana concorda que seria a melhor medida:

— A vítima merece todo respeito, cuidado, apoio, especialmente nesse caso, que foi um trauma muito grande. Tem que ser protegida. Eu acho, inclusive, que esse caso deveria ir para a Delegacia da Mulher, que é onde há maiores condições de assistência — defendeu.

## **ANEXO F: (TEXTO 06)**

### **Polícia afasta delegado que disse não saber se houve estupro coletivo**

Mariana Della Barba - @marianadbDa BBC Brasil em São Paulo

- 29 maio 2016

Após afirmar que não estava convencido de que realmente houve estupro coletivo no caso da menina de 16 anos estuprada por mais de 30 homens no Rio de Janeiro, o delegado Alessandro Thiers foi afastado do caso pela Polícia Civil.

A advogada da vítima, Eloísa Samy, e o Ministério Público pediram o afastamento de Thiers alegando machismo e misoginia no tratamento da adolescente.

No final da tarde de domingo, a Polícia Civil do Rio anunciou que o caso ficará sob a responsabilidade da delegada Cristiana Bento, da Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima (DCAV). Em nota, a Polícia afirmou que a decisão "visa evidenciar o caráter protetivo à vítima na condução da investigação, bem como afastar futuros questionamentos de parcialidade no trabalho".

Segundo o canal *Globonews*, Bento afirmou que a garota entrou no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAM), executado pela Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro. Ela já teria saído de casa e estaria em local não divulgado.

Em seu perfil de Facebook, Eloísa Samy afirmou que a família da adolescente dispensou seus serviços.

"Hoje à tarde recebi pelo WhatsApp um áudio da avó da adolescente me agradecendo pelo meu empenho e dedicação ao caso, mas dispensando a continuidade dos meus serviços em razão da família agora estar sob os cuidados e a proteção da Secretaria de Direitos Humanos do Estado", disse.

#### **Acusações**

Até o momento, não houve prisões relacionadas ao caso. Em entrevista coletiva após o depoimento da vítima e de suspeitos, o delegado Alessandro Thiers afirmou que a polícia estava "investigando se houve consentimento dela, se ela estava dopada e se realmente os fatos aconteceram. A polícia não pode ser leviana de comprar a ideia de estupro coletivo quando na verdade a gente não sabe ainda".

Samy havia pedido o afastamento de Thiers do caso afirmando que suas perguntas "desqualificavam a vítima".

"Ele não tem condições de conduzir esse caso. Durante o depoimento da vítima, fez perguntas que claramente tentavam culpá-la pelo estupro. Ele chegou a perguntar: 'Você tem por hábito participar de sexo em grupo'. Não acreditei e encerrei o depoimento", disse Samy à BBC Brasil.

"Ele mostra uma atitude machista por claramente desqualificar a vítima e a violência que ela sofreu, a responsabilizando pela violência do estupro. Assim, ela faz com que ela sofra duas vezes, com a violência do estupro e com a violência inconstitucional pelo descrédito que lhe é dirigido", acrescentou a advogada.

"Assim fica fácil perceber o que faz com que tantas vítimas de estupro deixem de denunciar seus agressores no Brasil."

A BBC Brasil procurou a Polícia Civil para comentar as acusações. A delegacia comandada por Thiers afirmou que, durante o depoimento, a vítima foi questionada sobre "ter conhecimento de que havia um outro vídeo sendo divulgado em mídias sociais em que ela apareceria mantendo relações sexuais com homens, conforme relato de uma testemunha".

A jovem afirmou desconhecer as imagens e disse que elas não eram verdadeiras, segundo a polícia. "A mãe da vítima acompanhou todo o depoimento, sendo que, em determinado momento, houve discordância entre a advogada e o desejo da mãe da vítima. Por esta razão a oitiva da mãe foi feita sem a presença da advogada."

### **Provas**

A advogada da vítima também critica o fato de o delegado não ter pedido a prisão preventiva dos suspeitos ouvidos pela polícia.

"Ele (o delegado) reitera que divulgar imagens como essas envolvendo menores é crime, chama os suspeitos para depor, eles confessam e daí eles são liberados? Não consigo entender. O vídeo não é prova o suficiente?"

Samy afirma ainda que o fato de a gravação mostrar que a garota está desacordada já é prova o suficiente de estupro. O delegado, no entanto, alegou que não ainda havia subsídios para pedir a prisão preventiva.

Para o procurador de Justiça Mario Sarrubbo, professor da Faculdade de Direito da Faap, de São Paulo, o vídeo que mostra a garota deitada e desacordada enquanto os rapazes tocam suas partes íntimas e debocham é um "indício forte" de que houve o estupro, e deve ser confrontado com outras provas.

"Eu teria pedido a preventiva. Temos um vídeo com confissão", diz ele. "Eles afirmam (em gíria própria) que houve estupro."

No vídeo, um dos rapazes diz: "Mais de 30 engravidou". Em uma foto divulgada também pelo Twitter é possível até ver o rosto de um deles, que posa para a câmera em frente à menina. O Código Penal Brasileiro, em seu artigo 213 (alterado pela Lei 12.015/09), considera atos libidinosos não consentidos como crime de estupro.

"Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso", descreve a lei.

"Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas com alguém que por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência", acrescenta.

Enviar vídeos ou fotos de menores de idade é crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com pena de três a seis anos de prisão.

### **'Nítido'**

"É nítido no vídeo que ela não tinha condições de manifestar sua vontade ou não (de consentir o sexo). É claro que ela está dopada e/ou desacordada e, portanto, vulnerável. Isso por si só já está tipificado no Código Penal como violência sexual mediante fraude", avalia a advogada Ana Lucia Keunecke, diretora jurídica da ONG de defesa dos direitos das mulheres Artemis.

"Não havendo assim nenhuma necessidade de outras provas, já havendo indícios suficientes para o pedido de prisão preventiva dos suspeitos."

Segundo ela, é comum ver delegados fazendo com que a vítima prove que houve estupro.

"Não creio que o fato de não se ter pedido a prisão preventiva dos suspeitos seja despreparo da autoridade, é cultura do machismo, cultura do estupro", afirma Ana Lucia.

### **Trauma**

A advogada também diz ter ficado revoltada com o fato de o delegado ter marcado o depoimento dos suspeitos para o mesmo momento em que a adolescente estava na delegacia.

"Exatamente no mesmo horário e local. Ela ficou ainda mais abalada."

Segundo Samy, a jovem está extremamente traumatizada. "Ela está começando a apresentar sintomas de síndrome de pânico. Não quer sair de casa. Está muito abalada."

A advogada diz que o Estado não ofereceu nenhum tipo de acompanhamento psicológico - ela mesma teria conseguido o apoio de um profissional para a adolescente.

*Com colaboração de Adriano Brito, da BBC Brasil em São Paulo*

## **ANEXO G: (TEXTO 07)**

### **Delegado é afastado do caso de estupro coletivo e DCAV assume investigações**

Titular da DRCI, Alessandro Thiers, está cuidando somente dos crimes que envolvem a divulgação de vídeos da adolescente de 16 anos nas redes sociais

#### **Por O Dia**

29/05/2016 20h31 Atualizado às 29/05/2016 20h38

Rio - A Delegada de Polícia Cristiana Bento da Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima (DCAV) assumiu a coordenação da investigação do crime de estupro coletivo sofrido pela adolescente de 16 anos, ocorrido em uma comunidade na Praça Seca, na Zona Oeste do Rio.

Em nota, a Polícia Civil informou que "a medida visa evidenciar o caráter protetivo à menor vítima na condução da investigação, bem como afastar futuros questionamentos de parcialidade no trabalho".

A delegada Cristiana está analisando as provas colhidas até o momento no inquérito policial, incluindo depoimentos e outras diligências realizadas pela Polícia Civil, definindo os próximos passos da investigação.

Ainda neste domingo de manhã, o Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ) havia negado o afastamento do delegado de polícia Alessandro Thiers, titular da Delegacia de Repressão a Crimes de Informática (DRCI), que estava a frente do caso. A juíza Angélica dos Santos Costa, do plantão do TJ, havia alegado não ter condições de julgar o caso, uma vez que teve acesso apenas ao termo da declaração das advogadas.

A representante que defende a adolescente, a advogada Eloisa Samy, fez um pedido no Ministério Público, neste sábado, solicitando o desmembramento do caso, onde Thiers cuidaria apenas dos delitos que envolvem a divulgação de vídeos nas redes sociais. Já a DCAV apuraria o crime de estupro.

O Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (Sindepol-RJ) divulgou, neste domingo, comunicado em que critica a advogada da adolescente vítima de um estupro coletivo, Eloísa Samy. No texto, a entidade afirma repudiar "de forma veemente as declarações impertinentes e oportunistas da advogada, assim como qualquer tipo de ingerência nas investigações do caso". O Sindepol, segundo a nota, recebe o apoio do Sindicato de Delegados Federais do Rio de Janeiro (SindiPF-RJ).

No comunicado, o Sindipol-RJ afirma que a Polícia Civil do Estado do Rio se "notabiliza pela defesa intransigente dos direitos humanos e guarda dos direitos fundamentais, em especial os das crianças, dos adolescentes e das mulheres". A entidade ainda destaca "as biografias dos delegados responsáveis pela investigação", que são "a certeza da imparcialidade e eficiência na apuração dos fatos".

## **ANEXO H: (TEXTO 08)**

### **Polícia Civil transfere investigação de estupro coletivo para Delegacia da Criança e Adolescente**

*Fernando Veloso não esperou decisão do Tribunal de Justiça e transferiu inquérito*

- 
- RIO DE JANEIRO
  - **1. Do R7**
  - 29/05/2016 - 17H06 (ATUALIZADO EM 03/06/2016 - 15H22)

O chefe da Polícia Civil, Fernando Veloso, decidiu neste domingo (29) que a investigação do crime de estupro coletivo contra uma adolescente de 16 anos será transferido para a DCAV (Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima). Em nota, a Civil informou que "a medida visa evidenciar o caráter protetivo à menor vítima na condução da investigação, bem como afastar futuros questionamentos de parcialidade no trabalho".

A Civil não informou se Alessandro Thiers, que conduzia o caso, continuará investigando o vazamento das imagens do crime na internet.

Críticas ao delegado

As críticas ao delegado Alessandro Thiers começaram na sexta (27). A advogada da adolescente, Eloisa Samy, disse, na ocasião, que iria pedir o afastamento do titular da DRCI (Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática) porque ele criminalizou a vítima.

Thiers questionou se a menina, que afirma ter acordado em uma casa com 33 homens e sido estuprada, teria o hábito de fazer sexo em grupo. Também foram ouvidos dois homens que disseram que a jovem teria feito sexo consensual com um deles.

A deputada Martha Rocha (PDT), ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro, divulgou na tarde deste sábado (28) nota em repúdio a declarações do delegado. Ela também diz acreditar que falas do agente publicadas na imprensa "criminalizam e culpabilizam" a vítima.

## **ANEXO I: (TEXTO 09)**

29/05/2016 16h49 - Atualizado em 29/05/2016 18h13

### **Após críticas, coordenação de caso de estupro no Rio muda de delegacia**

Chefe da Polícia Civil, Fernando Velloso transfere coordenação para DCAV. Advogada de vítima pediu o afastamento de delegado, após depoimento.

Toda a coordenação da investigação do caso de estupro coletivo de uma adolescente na Zona Oeste do Rio passará para a ser conduzida pela Delegacia da Criança e Adolescente Vítima (DCAV), afirmou entrevista à TV Globo, na tarde deste domingo (29), o chefe da Polícia Civil, Fernando Velloso:

"Em razão desse elevado desgaste que o delegado [Alessandro Thiers, delegado titular da Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática (DRCI)] está tendo, a gente vai avaliar se houve falta de habilidade dele na questão do trato com a vítima, ou não. Até para tentar preservar o delegado e garantir a imparcialidade da investigação, para que a gente não tenha que enfrentar discussão sobre a investigação ser conduzida de forma imparcial".

As investigações ficarão sob responsabilidade de Cristiana Onorato, delegada titular da DCAV, que já acompanhava as investigações: "Os autos estão indo para a mão dela. Estarão com ela ainda hoje. Já conversamos e ela vai se inteirar de todas as provas já colhidas e materializadas; e amanhã, a delegada irá se manifestar quanto à necessidade, ou não, de alguma medida cautelar, seja ela de prisão ou não. Mas pode ser se manifestar hoje ainda".

Velloso confirma, ainda, que existe a possibilidade da prisão de alguns dos suspeitos ser pedida ainda neste domingo. "Alguma coisa ela [Cristiana] já tinha conhecimento. Se ela vislumbrar elementos suficientes para a representação de uma medida cautelar, seja de prisão ou até outra, nesse sentido ela o fará ainda hoje", explicou o chefe da Polícia Civil.

Segundo Velloso, a questão suscitada pela advogada da vítima, Eloísa Samy, de que a menor teria ficado **acuada durante depoimento ao delegado Thiers**, foi levada em consideração.

"A gente entende que, ainda que o delegado [Alessandro Thiers] estivesse buscando o melhor caminho para esclarecer os fatos, a Dra. Cristiana tem essa habilidade [de tratar com menores vítimas], além de ter o mesmo conhecimento que o Dr. Alessandro. Ela é tão competente quanto ele, são dois excelentes delegados. Ela tem sensibilidade e um conhecimento melhor nessa questão do trato com a vítima. Afinal de contas, esse é o dia a dia dela", afirmou Veloso.

Nesta segunda-feira (30), de acordo com Veloso, a delegada Cristiana Onorato dará mais informações sobre o caso durante coletiva de imprensa. "Vamos fazer um balanço amanhã. A dra. Cristiana já vai se manifestar quanto a decisões tomadas", afirmou.

**Adolescente se sente acuada, diz advogada**  
Neste sábado (28), a advogada da adolescente de 16 anos que denunciou ter sido estuprada por 33 homens, Eloisa Samy, disse que pediria a substituição do delegado Alessandro Thiers, que estava à frente do caso.

Segundo Samy informou ao RJTV, durante o novo depoimento da jovem na noite de sexta (27), o delegado deixou a menor se sentindo acuada.

"Havia três homens no ambiente e o delegado, ainda por cima, fez a pergunta se ela tinha hábito de fazer sexo em grupo.", afirmou a advogada.

O pedido da advogada para que Thiers fosse afastado chegou, neste domingo, ao plantão judiciário do Tribunal de Justiça do Rio, mas, a juíza Angélica Costa adiou decisão sobre o caso. Com isso o processo será remetido nesta segunda-feira (30) para uma vara criminal.

**Operação na Zona Oeste**  
A Polícia Militar realizou na manhã deste domingo uma operação nas comunidades de São José Operário e Covanca, na Praça Seca, Zona Oeste do Rio, para, entre outros objetivos, buscar suspeitos de participação no caso da adolescente que denunciou ter sido vítima de um estupro coletivo envolvendo 33 homens. Setenta policiais participaram da ação.

Veloso comentou a operação: "Quanto à operação de hoje. Ela é uma de uma série. Há interesse que sejam ouvidas quaisquer pessoas que tenham alguma relação, algum tipo de ligação com o tráfico daquela localidade. Só aconteceu daquela forma que foi descrita, que está sendo investigada, porque o tráfico de drogas, de alguma maneira, permitiu isso".

## ANEXO J: (TEXTO 10)

### **Investigação de estupro coletivo no Rio passa às mãos de uma delegada após pressão**

*Cristiana Bento, da Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima, assume o caso*  
*As investigações sofreram reviravoltas nos bastidores, mas ainda não avançaram*

**São Paulo** 30 MAI 2016 - 17:19 CEST

A investigação sobre o caso da jovem de 16 anos violentada no dia 21 no complexo de favelas São José Operário, zona oeste do Rio, sofreu reviravolta neste domingo, 29, ainda que haja pouco avanço nas investigações propriamente ditas. Nem Alessandro Thiers, o delegado da Delegacia de Repressão a Crimes de Informática que estava apurando o crime, nem a advogada da adolescente, Eloísa Samy, estão mais no caso. Thiers foi afastado após Samy pressionar por sua saída e acusá-lo de agir de forma “machista” e de haver constrangido a vítima durante depoimento. A advogada deixou a defesa da adolescente a pedido da família.

A partir de agora quem está à frente da investigação é a delegada Cristiana Bento, titular da DCAV (Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima).

O desgaste ao redor da investigação do estupro coletivo – que ocorreu há uma semana e tem mobilizado o país desde que veio à tona, no dia 25 – foi o motivo pelo qual o chefe da Polícia Civil, delegado Fernando da Silva Veloso, não tratou de contornar a pressão pela saída de delegado, tomando essa decisão antes da Justiça dar seu parecer oficial a respeito. Thiers provocou controvérsia ao afirmar que não haveria comprovação de estupro, que estava investigando "se houve consentimento dela, se ela estava dopada e se realmente os fatos aconteceram".

Em entrevista na noite deste domingo ao *Fantástico*, da TV Globo, a jovem disse que o depoimento dado ao delegado da divisão de Informática foi constrangedor. Depois de expor as fotos e o vídeo compartilhados na Internet diante dela, da advogada que a acompanhava e de três policiais homens em uma sala de vidro da delegacia, ele teria começado a conversa com um "me conta aí". A certa altura, "ele me perguntou se eu tinha costume de fazer aquilo. (...) Perguntou se eu gostava", relatou a menina, acrescentando que, neste momento, pediu imediatamente para parar de depor.

No vídeo que circula na Internet e no WhatsApp que detonou a apuração do caso, a jovem aparece desacordada enquanto homens a manipulam, tocam sua pelve e debocham dela. Em uma entrevista deste domingo, Veloso disse que vai analisar se houve falta de habilidade na conduta do colega. "Para preservar o delegado e garantir a imparcialidade da investigação, decidimos transferir a coordenação das investigações para a doutora Cristiana, que já estava acompanhando as investigações porque a DCAV vinha dando apoio. Ela está recebendo os autos hoje, vai se inteirar e avaliar a necessidade de uma medida cautelar, seja ela de prisão ou não", declarou.

Com a decisão, o caso saiu definitivamente da esfera da delegacia de informática – mesmo envolvendo um crime adicional ao estupro, que foi o compartilhamento das imagens via redes sociais por parte dos agressores– e se concentra agora nas mãos de Bento. Ela já vinha

acompanhando o processo e participou da primeira coletiva dada pela Polícia Civil do Rio de Janeiro à imprensa. Ao contrário da conduta de Thiers, a sua foi elogiada até o momento pela vítima e sua ex-advogada.

Eloisa Samy, ativista de direitos humanos, deixou caso na manhã deste domingo, quando foi dispensada pela avó da garota através de uma mensagem gravada pelo Whatsapp, em que disse que agradecia seus serviços e seu empenho, mas que sua neta passou à proteção da Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Rio. Por telefone, Samy contou ao EL PAÍS que a adolescente “entrou no programa de proteção [às vítimas], o que não seria um impedimento [para que ela seguisse sendo sua advogada]. Mas a família foi coibida a não receber ajuda externa”. Samy e Thiers já haviam se cruzado no passado, quando o delegado pediu a prisão da ativista em 2014, parte de ofensiva legal contra os protestos anti-Copa naquele ano.

### **Batida policial**

Na manhã deste domingo, mais uma batida policial aconteceu na comunidade onde o estupro aconteceu. Uma nova coletiva de imprensa acontece nesta segunda-feira, 30 de maio, para que Cristiana Bento anuncie suas primeiras conclusões. Quatro pessoas foram ouvidas até agora no caso, mas a polícia não prendeu nenhum dos envolvidos. Dois suspeitos deram depoimentos na última sexta-feira, mas foram liberados em seguida. Outro foi detido durante uma operação da polícia no sábado também seguiu em liberdade.

Agora sob proteção da Justiça, a jovem disse que está sofrendo uma enxurrada de ofensas na Internet – apesar de muitos, indignados, terem saído em sua defesa – e já deixou sua casa junto com a família. Uma medida cautelar emitida antes disso já a protegia de pessoas que estariam tratando de intimidá-la. Um suspeito de fazer isso é Rafael Belo – um possível autor do crime, segundo afirmou Eloisa Samy.

Em seu perfil no Facebook, ela postou no sábado uma nota oficial da ministra Carmem Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, que declarou: “A nós mulheres não cabe perguntar quem é a vítima: é cada uma e todas nós”. No post, um comentário feito por uma usuária da rede social que se diz “contra o estupro” a acusa de ser “uma maria-fuzil”. “Agora o mundo inteiro comovido por causa de uma maria fuzil que ia para a favela para dar para bandido. Quem mora em favela sabe muito bem que bandido não estupra e deixa viva para contar história”, escreveu em seu comentário – que recebeu mais de 4.200 curtidas.

### **Novos protestos**

Muitas cidades brasileiras continuam protestando contra o crime da jovem carioca e contra a cultura do estupro em que está imerso o país. A principal manifestação registrada neste domingo aconteceu em Brasília, onde um grupo de mulheres marchou fazendo uma contagem regressiva de 30 a zero – em referência aos “mais de 30” que dizem no vídeo terem estuproado a menina. A *Marcha das Flores* terminou em confronto com a polícia quando algumas participantes tentaram pular a grade que as separava do prédio do Supremo Tribunal Federal. Os policiais dispararam spray de pimenta contra as manifestantes. Elas rodearam a estátua da Justiça com flores.

## **DEPOIMENTO COMEÇARIA COM "ME CONTA AÍ"**

Neste domingo, mesmo dia em que passou ao programa de proteção de vítimas da Justiça do Rio de Janeiro, a menor de idade que sofreu um estupro coletivo foi entrevistada exclusivamente pelo *Fantástico*, da rede Globo.

Na entrevista à jornalista Renata Ceribelli, ela descreve o que lembra da violência que sofreu e também fala do depoimento na polícia, prestado um dia depois de voltar para casa. Nele, o delegado Alessandro Thiers, encarregado do caso no momento, teria começado a conversa expondo as fotos e o vídeo dela, que foram distribuídos pela internet, antes de pedir: "Me conta aí". Ela teria pedido para interromper o depoimento – em que diz ter se sentido desconfortável todo o tempo – quando ele perguntou se ela tinha "o costume" de participar desse tipo de encontros e "se gostava". O chefe da polícia do Rio de Janeiro, Fernando Veloso, disse ao *Fantástico* que vai apurar se a conduta do delegado foi inadequada. A adolescente, que se sente atualmente "em cárcere privado", tem certeza de que sofreu um estupro coletivo. Acredita que foi dopada, do contrário teria percebido que "tinha um cara debaixo de mim, um embaixo e dois me segurando quando eu acordei". Disse também que a casa onde tudo aconteceu estava suja e que seus agressores tinham fuzis e a chamavam de "piranha" e "vagabunda".

Desde que seu caso se tornou público, inclusive na imprensa nacional e internacional, a jovem diz que recebe milhares de mensagens no Facebook – grande parte delas dizendo que ela é mentirosa. Haveria, inclusive, ameaças de morte. Agora, ela quer "esquecer". Agradece às mulheres que se mobilizaram para denunciar seu caso antes mesmo que ela o fizesse, até perante a família, "por vergonha". Finaliza dizendo que deseja que seus algozes "tenham uma filha".

## **ANEXO K: (TEXTO 11)**

30/05/2016

### **Nova delegada do Rio garante: está provado o estupro coletivo da jovem de 16 anos**

Cristiana Bento, nova responsável pelas investigações, diz que o vídeo e o depoimento da jovens já são suficientes para confirmar o crime

A delegada Cristiana Bento, que acaba de assumir as investigações sobre a garota de 16 anos que foi estuprada na zona oeste do Rio de Janeiro na semana passada, afirmou que o crime está provado e que foi um estupro coletivo. "Quero provar agora a extensão desse estupro, quantos participaram", disse em entrevista coletiva nesta segunda-feira. "Mas que houve [estupro], houve", garantiu ela, que entrou neste domingo no lugar do delegado Alessandro Thiers para conduzir o caso.

Até o momento, foram identificados seis responsáveis pelo crime, entre eles, Raí de Souza, 18, que se entregou na tarde desta segunda para a polícia e seria o dono do celular no qual foi feita a gravação da vítima nua e desacordada, e Lucas Perdomo, 20, apontado como o namorado da vítima. De acordo com o site UOL, Perdomo foi preso em flagrante na tarde desta segunda em um restaurante no Rio de Janeiro. Ambos haviam prestado depoimento na última sexta-feira e liberados em seguida. As investigações agora seguem em segredo de Justiça.

Ainda não se sabe quantos efetivamente praticaram o crime. Os 33 apontados pela menor ainda não foram identificados pela polícia pois o vídeo e as imagens disponíveis até o momento só mostraram alguns dos estupradores. Mas a polícia admite que pode vir a provar que foram 33 pois um dos que exibiu o vídeo nas redes sociais narra que “mais de 30” passaram por ali, apontando para as genitálias da adolescente desacordada. "Houve estupro coletivo", disse Cristiana Bento. "Mas não sei [praticado por] quantas pessoas".

A delegada explicou que o vídeo da jovem nua, que foi divulgado nas redes sociais por alguns de seus algozes, juntamente com o depoimento da vítima, são as principais provas que confirmam o crime. O chefe da Polícia Civil, Fernando Veloso, que participou da entrevista nesta segunda, também colocou as imagens como principal prova do crime. "No vídeo há mais de uma voz no fundo, um cara toca e manipula a jovem desacordada. Isso é estupro", disse. "Não há dúvida nenhuma".

O exame de corpo de delito realizado na vítima não tinha como apontar quantas pessoas a violentaram, e também não registrou vestígios de abuso e violência física. Isso porque a jovem demorou cinco dias para ir à delegacia prestar queixa. Cristiana Bento explicou que de fato ela não iria prestar queixa caso o vídeo não tivesse vazado nas redes sociais. Isso porque ela temia morrer, como acontece com todas as mulheres vítima de estupro de traficantes. Após o crime ser noticiado pela imprensa, diversas teorias foram publicadas pelas redes sociais. Uma delas é que o chefe do tráfico de uma comunidade não permitiria que uma brutalidade como essas ocorra. Segundo Bento, essa teoria é infundada. Para ela, as garotas são, na verdade, vítimas dos tráfico. "Os traficantes pegam as meninas e estupram. Eles não admitem é que outro o faça, mas ele faz", disse. E não denunciam por medo de serem assassinadas.

Segundo Adriane Rego, do Instituto Médico Legal do Rio, a demora entre o estupro e a realização do exame dificultou encontrar provas. Mas isso não significa que o crime não ocorreu. "Não encontrar vestígios não significa que ela não foi abusada", disse.

Bento também afirmou que o exame de corpo de delito não é determinante. Segundo ela, "produzir e distribuir cena com menor" já constitui o crime de estupro. E "se uma pessoa abusa, e a outra olha, ela é partícipe e vai responder pelo mesmo crime", afirmou.

A delegada, que recebeu o comando do caso no domingo, disse que se debruçou sobre as investigações iniciadas pelo seu colega Alessandro Thiers na tarde de domingo até a madrugada desta segunda. A partir da leitura das provas coletadas até o momento foi deflagrada uma operação de busca e apreensão de seis suspeitos de participarem do crime.

Além de Raí de Souza e Lucas Perdomo, já detidos, outras quatro pessoas apontadas como participantes do crime seguem foragidos: Sérgio Luís da Silva Junior, conhecido como Da Rússia, conhecido como chefe do tráfico do Morro do Barão, onde ocorreu o crime, Raphael Assis Duarte Belo, Marcelo Miranda da Cruz e Michel Brasil da Silva. Os dois últimos publicaram o vídeo da garota desacordada e nua.

### **Polícia despreparada**

As investigações correm sob segredo de Justiça desde esta segunda-feira. Mas antes disso, a condução do caso foi alvo de acusações de machismo e exposição à vítima, que agora, está sob proteção do Estado. Em entrevista ao Fantástico neste domingo, a jovem reclamou da

maneira como foi tratada na delegacia ao prestar depoimento. “O próprio delegado me culpou. Quando eu fui na delegacia, eu não me senti à vontade em nenhum momento. E eu acho que é por isso que muitas mulheres não fazem denúncia”, afirmou. “Tentaram me incriminar, como se eu tivesse culpa por ser estuprada (...) Ele [o delegado que estava na condução do caso, Alessandro Thiers] botou na mesa as fotos e o vídeo e me falou ‘me conta aí ’”, disse. “Ele perguntou se eu tinha o costume de fazer isso, se eu gostava disso. Aí eu falei que não ia mais responder”.

A postura do delegado fez com que a então advogada da vítima, Eloisa Samy, pedisse seu afastamento do caso, o que ocorreu no domingo. A Polícia Civil solicitou que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Rio acompanhasse as investigações. A instituição elegeu Breno Melaragno, presidente da Comissão de Segurança, para o trabalho de acompanhamento. A pedido da família, Samy também deixou o caso.

Nesta segunda-feira, o jornal Extra publicou conversas via WhatsApp feitas por Alessandro Thiers em que ele desqualifica a vítima, afirmando que não houve estupro, e que o vídeo divulgado é antigo. Perguntado sobre as supostas mensagens, o chefe da Polícia Civil Fernando Veloso disse apenas: “quero crer que ele não fez isso”. A Rede Globo, porém, disse ter confirmado que de fato as mensagens atribuídas a Thiers sobre o assunto eram dele mesmo, ou seja, ele não acreditava na inocência da jovem.

Antes da coletiva, Veloso havia afirmado ao Fantástico neste domingo que o resultado da perícia do vídeo trouxe repostas que podem "contrariar o senso comum" formado pela opinião pública em relação ao caso. A frase chegou a gerar dúvidas se a polícia teria outros detalhes que viessem a incriminar a jovem. Mas, a operação de busca e apreensão deflagrada na manhã desta segunda na casa dos suspeitos mostrou que as investigações ainda estavam em andamento.

### **Manifestações**

A jovem de 16 anos afirmou ao Fantástico que está sofrendo ameaças e julgamentos, inclusive de mulheres. “Muitas mulheres disseram que eu procurei [os suspeitos de estupro]”, disse. “Ninguém pensa ‘poderia ser comigo’”.

Por outro lado, diversas manifestações contra o crime estão ocorrendo. No domingo, houve marchas ao menos em Brasília, Porto Alegre, Boa Vista contra a cultura do estupro. Em São Paulo, uma manifestação está marcada para acontecer nesta quarta-feira na avenida Paulista. Ainda no domingo, a ministra e vice-presidenta do Supremo Tribunal Federal, Carmen Lúcia, escreveu uma carta onde classifica o caso como “inadmissível”, “insuportável” e “inaceitável”. Diversas ativistas se manifestaram publicamente nas redes sociais.

## **ANEXO L: (TEXTO 12)**

### **Em conversa no WhatsApp, delegado desqualifica vítima de estupro coletivo no RJ**

30/05/2016 - 12:20

Por: Redação | [Comunicar erro](#)

Tags: [#Agenda Rio de Janeiro](#) [#Estupro Coletivo](#)

Em uma conversa num grupo de WhatsApp, o delegado Alessandro Thiers, titular da Delegacia de Repressão a Crimes de Informática (DRCI), desqualifica a jovem de 16 anos que denunciou um estupro coletivo ocorrido na zona oeste do Rio de Janeiro. A informação foi obtida com exclusividade pelo [jornal EXTRA](#).

No texto, o policial afirma que não houve estupro. “Ela teve relação consentida com uma pessoa e não usou drogas ou álcool nesse dia, conforme ela e as pessoas que estavam com ela declararam”, disse.

O delegado foi afastado do caso no domingo, dia 29, após um pedido da então advogada da vítima, Eloisa Samy, com a alegação de que Alessandro estava criminalizando a vítima. Segundo Eloisa, ele chegou a perguntar à menor, durante seu depoimento, se ela tinha o hábito de praticar sexo em grupo.

Em entrevista exibida no programa Fantástico, a jovem também afirmou que se sentiu desrespeitada na delegacia durante o depoimento. “Eram três homens dentro de uma sala de vidro, todo mundo que passava via. Ele botou na mesa as fotos, o vídeo exposto e falou ‘me conta aí’”, lembrou. “Ele perguntou se eu tinha o costume de fazer isso, se eu gostava de fazer isso. Eu parei imediatamente e falei: ‘não vou mais responder’”, continuou.

Saiba como denunciar assédio no Rio de Janeiro:

## **ANEXO M: (TEXTO 13**

### **No WhatsApp, delegado desqualifica vítima de estupro coletivo: ‘teve relação consentida’**

Midiamax Em 17h23 - 31/05/2016

"Único crime seria a divulgação do vídeo", disse

Durante uma conversa em um grupo de WhatsApp, o delegado Alessandro Thiers, titular da Delegacia de Repressão a Crimes de Informática (DRCI), do Rio de Janeiro desqualifica a jovem que denunciou um estupro coletivo a ele. No texto, o policial – afastado do caso neste domingo (29), após um pedido da então advogada da vítima, Eloisa Samy – afirma que não houve estupro.

"Alguns esclarecimentos sobre os fatos", começa ele, para em seguida dizer que o "termo de declaração da adolescente foi filmado". E vai além, afirmando: não houve estupro. Ele ainda comenta a entrevista da jovem ao "Fantástico", na qual ela contou detalhes sobre como se sentiu após o estupro coletivo: "No 'Fantástico' era outra pessoa. Sabe que temos fortes indícios de que não existiu estupro".

O delegado ainda faz referência ao estado das partes íntimas da jovem no vídeo.

Nas conversas obtidas pelo Jornal Extra, o policial prossegue: "Ela teve relação consentida com uma pessoa e não usou drogas ou álcool nesse dia, conforme ela e as pessoas que estavam com ela declararam. O relato de abuso que ela fala no 'Fantástico', ela relata que foi

há tempos atrás e inclusive que os autores não foram mortos pelo chefe do tráfico local (Da Russa) por pedido da adolescente. O único crime seria a divulgação do vídeo".

Sobre o número de pessoas que, segundo a jovem, a estupraram, Thiers diz que ele é alusão a um funk: "Os 33 no vídeo foi alusão a um funk onde diz mais de 20 engravidou (sic), onde o autor do vídeo diz que engravidou mais de 30 em alusão ao funk para tirar onda de 'comedor'".

O delegado ainda diz que "tem o envolvimento claro da adolescente com pessoas ligadas ao tráfico, tendo a mãe inclusive declarado que a filha é a todo o momento aliciada e que bastaria saber atirar para trabalhar no tráfico".

Ainda de acordo com Thiers, "a advogada, que acompanhou os termos junto com a mãe, pediu à adolescente que parasse de responder perguntas quando estava sendo questionada se conhece pessoas ligadas ao tráfico local, conforme declarado pela mãe e pela própria adolescente, alegando que essas respostas poderiam incriminá-la, mas a intenção era tentar ver se ela reconhecia algum dos alegados '33' que estariam no quarto".

O delegado diz que "diversas pessoas, inclusive a própria adolescente, confirmaram que a mesma frequentava a comunidade da Barão (o morro na Praça Seca, na Zona Oeste do Rio, onde a jovem contou que crime ocorreu), inclusive com contato direto e íntimo com traficantes da área".

E, no fim, Thiers insinua que a adolescente pode ter sido influenciada por Elisa Quadros, a Sininho – ativista acusada de envolvimento com uma série de protestos violentos ocorridos no Rio em 2014 -, já que Eloisa defende outros ativistas. "Por fim, tem que ser melhor investigado a participação de Eloisa Samy e Sininho influenciando a adolescente a apresentar da versão de estupro coletivo na polícia".

O relato de abuso que ela fala no fantástico, ela relata q foi há tempos atrás e inclusive q os autores não foram mortos pelo chefe do tráfico loca (Da Russa) por pedido da adolescente. Único crime seria a divulgação do vídeo.

Os "33" no vídeo foi alusão a um funk onde diz mais de 20 engravidou, onde o autor do vídeo diz q engravidou mais de 30 em alusão ao funk para tirar onde se "comedor".

A advogada, que acompanhou os termos junto com a mãe, pediu a adolescente q parasse de responder perguntas quando estava sendo questionada se conhece pessoas ligadas ao tráfico local, conforme declarado pela mãe e pela própria adolescente, alegando q essas resposta poderiam incrimina-la, mas a intenção era tentar ver se ela reconhecia algum dos alegado "33" que estariam no quarto.

Diversas pessoas inclusive a própria adolescente, confirmaram q a mesma frequentava a comunidade da barão, inclusive com contato direto e íntimo com traficantes da área.

Por fim, tem q ser melhor investigado a participação de Heloisa Samy e Sininho influenciando a adolescente a apresentar da versão de estupro coletivo na polícia

## **ANEXO N: (TEXTO 14)**

### **Vídeo prova estupro coletivo, diz delegada que investiga violência contra adolescente no Rio**

*Cristiana Onorato, da DCAV, disse que objetivo da investigação é identificar os suspeitos*

- RIO DE JANEIRO
- **1. Do R7**
- 30/05/2016 - 14H38 (ATUALIZADO EM 03/06/2016 - 17H05)

A delegada Cristiana Onorato, da DCAV (Delegacia da Criança e Adolescente Vítima), afirmou em entrevista à imprensa, nesta segunda-feira (30), que vídeo publicado em redes sociais prova o estupro coletivo da adolescente de 16 anos em uma comunidade da zona oeste do Rio. Durante a entrevista, a polícia informou que Raí de Souza, suspeito de gravar o vídeo,

se apresentou à DCAV. Ele teve a prisão temporária decretada. O jogador de futebol Lucas Perdomo também foi detido.

— Está provado, não pelo laudo, mas com outras provas. Quais? O vídeo. O vídeo prova o abuso sexual, além do depoimento da vítima.

Segundo a responsável pelas investigações, a polícia quer descobrir agora quantos suspeitos participaram da ação. Apesar de o vídeo não mostrar a identidade dos suspeitos, o registro revela que há mais de uma pessoa no local, o que já configuraria abuso sexual coletivo, segundo a delegada. Cristiana disse, além de ser vítima da violência, a adolescente ainda está sendo "criminalizada".

— A minha convicção é de que houve estupro, até porque o vídeo mostra o rapaz manipulando a menina. O que quero provar é a extensão desse estupro se foram cinco, dez ou

30. A gente quer determinar quantas pessoas praticaram esse crime.

Segundo a delegada, é possível identificar que ao menos três homens estavam presentes no local onde a garota foi gravada nua e desacordada. A polícia diz acreditar que dois deles seriam Raí de Souza, cujo advogado nega que ele tenha gravado o vídeo, e Raphael Assis Duarte Belo, que postou uma selfie ao lado da jovem.

O laudo do exame feito no IML (Instituto Médico Legal) não revelou indícios da violência em razão do tempo que se passou desde o estupro. A adolescente foi abusada na madrugada do domingo (22), mas o exame só foi realizado na quinta-feira seguinte (26). Adriane Rego, subdiretora do IML, falou sobre o prejuízo do exame.

— Após 72 horas, o organismo destrói os espermatozóides. Muito dificilmente será encontrado depois desse tempo. Não é possível determinar quantos estupradores abordaram determinada vítima pelo exame pericial.

Para a delegada, no entanto, o exame de corpo de delito é importante, mas não determinante.

— Se ela estava desacordada, não vai ter lesão porque ela não ofereceu resistência. Pra mim, [o exame] é importante, mas não determinante para a minha convicção.

O chefe da Polícia Civil, Fernando Veloso, afirmou que "não há provas tão robustas" de que o crime teria sido cometido por mais de 30 homens — a jovem relatou a presença de 33 homens quando retomou a consciência —, mas que a polícia continua a buscar elementos que possam comprovar o que foi dito pela própria vítima e por um homem que aparece no vídeo divulgado na internet.

Nesta manhã, a polícia fez operação para cumprir seis mandados de prisão contra suspeitos de envolvimento no crime.

Os mandados de prisão temporária e de busca e apreensão expedidos pela Justiça são contra Marcelo Miranda da Cruz Correa, Michel Brasil da Silva, suspeitos de divulgar o vídeo, Sergio Luiz da Silva Junior, Raphael Assis Duarte Belo, Raí de Souza e Lucas Perdomo Duarte Santos, por suspeita de estupro.

As investigações do caso estavam sendo feitas pela DRCI (Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática), mas, no domingo (29), o chefe da Polícia Civil, Fernando Veloso, decidiu que a investigação do crime de estupro coletivo seria transferida para a DCAV.

Em nota, a Civil informou que "a medida visa evidenciar o caráter protetivo à menor vítima na condução da investigação, bem como afastar futuros questionamentos de parcialidade no trabalho". Alessandro Thiers, que conduzia o caso, também não continuará investigando o vazamento das imagens do crime na internet.

## **ANEXO O: (TEXTO 15**

30/05/2016 14h20 - Atualizado em 30/05/2016 17h33

### **'Minha convicção é que houve estupro', diz delegada da DCAV**

Suspeitos de violentar jovem estão sendo procurados; um deles se entregou. Após ameaças, jovem terá que sair do estado.

A delegada responsável pelo caso de violência contra uma jovem de 16 anos na Zona Oeste do Rio afirmou, em entrevista nesta segunda-feira (30), que está convicta de que houve estupro. As principais provas são o depoimento da vítima e vídeo divulgado nas redes sociais pelos suspeitos. A polícia, entretanto, ainda não tem elementos para confirmar a versão de que 33 pessoas participaram do crime. "Minha convicção é que houve estupro. Tanto que está no vídeo. Quero provar agora é a extensão desse estupro. Se foram cinco, dez, trinta", disse Cristiana Bento, delegada titular da Delegacia da Criança e Adolescente Vítima (DCAV).

"O vídeo prova o abuso sexual, além do depoimento da vítima", afirmou a delegada, acrescentando que, na avaliação dela, o vídeo prova ainda o estupro coletivo.

O chefe da Polícia Civil, Fernando Veloso, explicou que a investigação se debruça sobre dois momentos: o vídeo, que mostra provas e envolvimento de alguns suspeitos, e o momento

anterior, do estupro coletivo denunciado, que está na fase de coleta de provas e depoimentos. Não há "prova técnica", segundo ele, da participação de 33 pessoas.

Para a Polícia Civil, porém, é claro que houve estupro coletivo, porque o vídeo mostra um homem tocando a adolescente e há vozes de outros no mesmo ambiente.

Sobre o vídeo, os suspeitos podem ser indiciados por estupro de vulnerável e produção, armazenamento e distribuição de pornografia com menores de idade, de acordo com os artigos 240 e 241A do Código Penal.

#### **Laudo do exame**

De acordo com a perita legista do Instituto Médico Legal (IML), Adriane Rego, não foi constatada violência física no exame (*veja o vídeo acima*). A perita ressaltou, no entanto, que o exame foi feito cinco dias depois do ocorrido. O inquérito corre em segredo de Justiça. Cristiana Bento explicou que o fato de o exame físico não constatar lesão na vítima não quer dizer que não houve o crime. "Nesse tipo de investigação, pode não ter acontecido lesão e haver estupro; e pode ter acontecido lesão e não ter acontecido estupro", explicou. "Se ela estava desacordada, não vai ter lesão, porque ela não ofereceu resistência."

#### **Troca de delegado**

Veloso afirmou que o fato de que os pedidos de prisão de seis suspeitos ter acontecido nesta segunda-feira, e não antes, está sendo avaliado, assim como a conduta do delegado Alessandro Thiers, da Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática, que deixou o caso neste domingo (29).

Thiers foi criticado por afirmar após dizer que não via indícios de que houve estupro. Além disso, a vítima afirmou que sentiu acuada durante o depoimento que deu ao delegado. "Até o próprio delegado me culpou", disse ao Fantástico.

O chefe da polícia afirmou, entretanto, que pesou na decisão de trocar o comando das investigações a experiência de Bento no trato com vítimas de violência sexual. Veloso disse ainda que Thiers já contribuiu com o caso.

"Pessoalmente, entendo que não era conveniente que o delegado Alessandro Thiers continuasse à frente da investigação, até para preservá-lo", diz Veloso. Ele disse que Thiers é muito competente, mas não está isento de cometer erros ou impropriedade.

Veloso admitiu que Cristiana Bento tem mais conhecimento na questão do trato com a vítima. "Mais até do que eu", afirmou.

#### **Áudios do WhatsApp falsos**

"É importante acrescentar aqui que chegam muitos áudios do WhatsApp desse caso – a maioria especulação". Como exemplo, a delegada cita o áudio que um suposto morador da comunidade onde aconteceram os crimes afirma que não houve estupro na favela porque o tráfico não deixa. "Chegaram muitos áudios do WhatsApp que dizem que isso não ia acontecer porque os traficantes não deixam. Mas eles estupram sim. Eles entram nas casas e violentam meninas. Muitas não falam. Eles não permitem que outros estupram, mas eles estupram sim. Essa menina mesmo ia ficar calada e foi convencida a denunciar", disse a delegada.

Participaram da coletiva de imprensa o delegado da Polícia Civil, Fernando Veloso; Cristiana Bento, delegada titular da Delegacia da Criança e Adolescente Vítima (DCAV); Adriane Rego, perita legista do Instituto Médico Legal (IML); Márcia Noeli, delegada da Divisão Policial de Atendimento à Mulher.

#### **Polícia Civil procura suspeitos**

A DCAV deflagrou nesta segunda-feira uma operação policial para cumprir seis mandados de prisão contra suspeitos de estuprar a jovem. Raí de Souza, de 22 anos, um dos seis suspeitos já identificados, se entregou à Polícia Civil nesta tarde. Ele já tinha admitido ter sido responsável pela divulgação na internet das imagens da adolescente

Entre os procurados estão Lucas Perdomo Duarte Santos, de 20 anos, jogador do time de futebol Boa Vista, apontado como namorado da vítima, e Marcelo Miranda Correa, suspeito de divulgar as imagens.

Também são procurados Raphael Assis Duarte Belo, que aparece em uma foto fazendo selfie com a jovem desacordada na cama, Sérgio Luiz da Silva Júnior, o "Da Rússia", apontado como chefe do tráfico no Morro do Barão, e Michel Brasil da Silva, também suspeito de divulgar o vídeo.

Além de mandados de prisão, a polícia também busca computadores e celulares na casa dos suspeitos. As buscas são realizadas na Cidade de Deus, Taquara, Recreio, Favela do Rola e Praça Seca.